

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

VANDO ROCHA DA SILVA

PRÁTICAS COTIDIANAS E DIREITOS: AS TÁTICAS DA REDE DÊBANDEIRA
PELA VIDA DOS LGBT+ EM MOSSORÓ/RN (2015-2020)

Marechal Cândido Rondon

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

VANDO ROCHA DA SILVA

PRÁTICAS COTIDIANAS E DIREITOS: AS TÁTICAS DA REDE DÊBANDEIRA
PELA VIDA DOS LGBT+ EM MOSSORÓ/RN (2015-2020)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre em História, pela
Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Orientadora: Dr^a. Carla Luciana Souza da Silva.

Marechal Cândido Rondon

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Rocha da Silva, Vando

Práticas cotidianas e direitos: as táticas da Rede
Dêbandeira pela vida dos LGBT+ em Mossoró/RN (2015-2020) /
Vando Rocha da Silva; orientador Carla Luciana Souza da
Silva. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.
130 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido
Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História,
2023.

1. Rede Dêbandeira. 2. Movimento LGBT+. 3. LGBTfobia. 4.
Direitos. I. Luciana Souza da Silva, Carla , orient. II.
Título.

Programa de Pós-Graduação em História

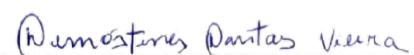
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VANDO ROCHA DA SILVA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 17 dia(s) do mês de agosto de 2023 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Vando Rocha da Silva**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Demóstenes Dantas Vieira, Carla Luciana Souza da Silva, Rodrigo Ribeiro Paziani. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Carla Luciana Souza da Silva. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "**Práticas cotidianas e direitos: as táticas da rede Dêbandeira pela vida dos LGBT+em Mossoró/RN (2015-2020)**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Demóstenes Dantas Vieira, Rodrigo Ribeiro Paziani. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de **Dissertação** foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.



Orientador(a) - Carla Luciana Souza da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

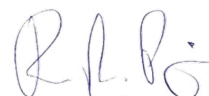


Demóstenes Dantas Vieira

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VANDO ROCHA DA SILVA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.



Rodrigo Ribeiro Paziani

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Vando Rocha da Silva

Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Marcos Nestor Stein
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 1633/2023-GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DEFESA
DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof^a. Dr^a. Carla Luciana Souza da Silva, declaro, como **ORIENTADORA**, que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de de Defesa de Mestrado do(a) candidato(a) Vando Rocha da Silva deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): **APROVADO(A)** na banca realizada na data de 17/08/2023.

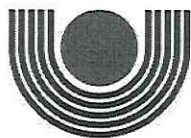
Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A banca destacou pontos positivos do trabalho.

Atenciosamente,



Carla Luciana Souza da Silva
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Demóstenes Dantas Vieira** declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Vando Rocha da Silva, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 17/8/2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

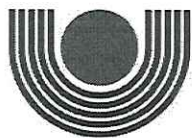
O trabalho apresenta tema de grande relevância no cenário atual, principalmente, no que se refere à historiografia do movimento LGBTQ+ no Nordeste, mais especificamente, no estado do Rio Grande do Norte – RN. Destaco o rigor metodológico e a contribuição da pesquisa para as Ciências Sociais e Humanas, em especial, para o Programa de Pós-Graduação em História

Atenciosamente,

Demóstenes Dantas Vieira

Demostenes Dantas Vieira

IFRN



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. RODRIGO RIBEIRO PAZIANI, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Vando Rocha da Silva, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 17/8/2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O texto de dissertação apresenta importantes pontos de avanço e amadurecimento teórico, metodológico e historiográfico da pesquisa e atinge plenamente todos os seus objetivos. Necessita, principalmente, de algumas correções ortográfico-gramaticais e uns poucos ajustes técnicos relacionados a normas de citação. No mais, uma pesquisa de referência histórica tanto em âmbito nacional, quanto local e regional.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani
UNIOESTE Campus Marechal Cândido Rondon

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Vando Rocha da Silva, declaro que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho intitulado: PRÁTICAS COTIDIANAS E DIREITOS: AS TÁTICAS DA REDE DÊBANDEIRA PELA VIDA DOS LGBT+ EM MOSSORÓ/RN (2015-2020), para banca examinadora realizada na data de 17 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

VANDO ROCHA DA SILVA

Vando Rocha da Silva
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DEDICATÓRIA

À comunidade LGBTQ+, cujas vozes ecoam em busca de justiça e igualdade. Ao longo das páginas que se seguem, busco ampliar suas histórias, suas lutas e suas vitórias. O meu objetivo é contribuir para um mundo mais inclusivo, onde cada pessoa possa viver plenamente sua identidade, sem temer o ódio ou a opressão. Minha jornada acadêmica não é apenas um exercício intelectual, mas um compromisso sincero em contribuir para a transformação social. Desejo que esta dissertação seja uma voz em defesa dos direitos humanos, um instrumento para sensibilizar mentes e corações e um catalisador para a mudança.

Às vítimas de LGBTQFobia, em especial, à memória de Eliel Ferreira Cavalcante Júnior.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao Deus que me guia e ilumina os meus passos, no qual acredito ser um Deus de amor, que não despreza os seus filhos por amarem diferente e que ama a diversidade criada por ele.

Agradeço a Kenilda e vovó Nice, as duas grandes mulheres da minha vida, as melhores mães que eu poderia ter. Gratidão por todo apoio ao longo da vida e de minha jornada acadêmica até aqui. Tudo que sou hoje, devo a vocês. Sempre amarei vocês!

Agradeço ao único e mais importante pai que eu tive, meu avô Pedro (*in memoriam*). Obrigado por tanto. Você faz muita falta!

Agradeço a Wellington Di Lima, meu companheiro. Obrigado por todo apoio, por me acolher nos momentos difíceis e por acreditar que no final, tudo daria certo. Te amo, vida!

Agradeço aos amigos fiéis que a UERN me presenteou na época da graduação, Anderson, Vanessa, Ana Martins, Manu, Marliane e Cris. Obrigado por acreditarem sempre no meu potencial, sou melhor e mais feliz os tendo como amigos. Amo e sou grato pela existência de pessoas tão maravilhosas como vocês!

Agradeço aos laços de afeto que criei durante o mestrado, Núbia, Maria, Mariana, Talia, Tatiana, Ana Cláudia, Vanile e Pazi. Eu tenho muito orgulho de cada um de vocês, gratidão por tornarem essa caminhada mais leve, doce e feliz.

Agradeço a todos os professores da linha de Pesquisa Estado e Poder, especialmente ao Márcio Both, Rodrigo Paziani, Gilberto Calil e Ângela Meirelles. Obrigado por todas as contribuições teóricas, que de certo modo, estão nas reflexões desta dissertação.

Estendo os meus agradecimentos também aos professores Rodrigo Ribeiro Paziani e Demóstenes Dantas Vieira que compuseram a banca desta dissertação, tanto no exame de qualificação quanto agora para a banca de defesa. Obrigado por todas as valiosas contribuições, que só engrandeceram a minha pesquisa.

Agradeço especialmente a minha Orientadora, Carla Luciana Silva, por todas as riquíssimas orientações, por todo zelo, respeito e, principalmente, por toda paciência que teve comigo durante o difícil e solitário processo de escrita, mesmo quando eu não conseguia enviar o texto dentro dos prazos certinhos. Gratidão por ter acolhido tão bem a minha pesquisa desde o início. Por você tenho carinho, admiração, respeito e uma imensa gratidão!

Por fim, agradeço à CAPES pela bolsa, foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

EPÍGRAFE

*“Perdi-me do nome,
Hoje podes chamar-me de tua
Dancei em palácios
Hoje danço na rua
Vesti-me de sonhos
Hoje visto as bermas da estrada
De que serve voltar
Quando se volta para o nada”
(Maria Bethânia)*

RESUMO

PRÁTICAS COTIDIANAS E DIREITOS: AS TÁTICAS DA REDE DÊBANDEIRA PELA VIDA DOS LGBT+ EM MOSSORÓ/RN (2015-2020)

O objetivo da pesquisa foi analisar as táticas empreendidas pela Rede DêBandeira entre os anos de 2015 e 2020, no que tange à consolidação dos direitos LGBT+ na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. O coletivo possui sua formação doravante o ano de 2013, mas foi em 2015 que se organizou oficialmente. Neste trabalho, buscou-se compreender como se deu tal processo de formação, bem como as ações que esse grupo vem acionando na luta pelos direitos da população LGBT+ Mossoroense. Dentro dessa perspectiva, destacaram-se os três eixos de atuação da Rede, a saber: justiça, direitos humanos e políticas públicas; educação; e militância em ambientes virtuais. Nessa direção, analisou-se como esses eixos se articulam às pautas locais e nacionais da população LGBT+, quais as demandas pautadas por cada um dos eixos, e como a Rede atua sobre eles. Como objetivo específico, o trabalho ainda buscou identificar metodologicamente os caminhos da produção historiográfica brasileira recente sobre a história dos movimentos LGBT+ no Brasil. Para tanto, sob o prisma metodológico, combinou-se a análise bibliográfica e o estudo de campo. Foram realizadas entrevistas com os militantes fundadores da Rede DêBandeira e que atuam ainda hoje no coletivo. As entrevistas foram conduzidas por meio de perguntas abertas, gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas a partir da interpretação de dados e diálogo bibliográfico. Os resultados apontaram para uma forte atuação da Rede DêBandeira por vias institucionais, uma vez que, seus militantes atuam em diferentes grupos e espaços da política, como conselhos e partidos políticos. Ademais, outros espaços de militância também são acionados, como as universidades, as escolas e as redes sociais. A Rede DêBandeira tem buscado todos esses anos empreender um diálogo direto com o Poder Público, mesmo enfrentando inúmeros desafios para isso. Dessa senda, concluiu-se pela necessidade de uma mais ampla articulação com os movimentos sociais e setores da população, visando impor maior pressão aos governantes que se mostram inertes diante das demandas da comunidade LGBT+ em Mossoró. Em tese, ainda há um caminho muito longo pela frente, mas ele precisa mobilizar as massas no sentido às ruas.

Palavras-chave: Rede DêBandeira. Movimento LGBT+. LGBTfobia. Direitos.

ABSTRACT

EVERYDAY PRACTICES AND RIGHTS: THE TACTICS OF THE DÊBANDEIRA NETWORK FOR THE LIVES OF LGBT+ PEOPLE IN MOSSORÓ/RN (2015-2020)

The objective of the research was to analyze the strategies undertaken by the DêBandeira Network between the years 2015 and 2020, regarding the consolidation of LGBT+ rights in the city of Mossoró, Rio Grande do Norte. The aforementioned collective was formed in 2013, but it was in 2015 that it officially organized itself. This work sought to understand the process of formation, as well as the actions that this group has been undertaking in the fight for the rights of the LGBT+ population in Mossoró. Within this perspective, three axes of action of the Network were highlighted: justice, human rights, and public policies; education; and activism in virtual environments. In this direction, the study analyzed how these axes are articulated with local and national LGBT+, what demands are addressed by each axis, and how the Network acts upon them. As a specific objective, the study also sought to methodologically identify the paths of recent Brazilian historiographical production on the history of LGBT+ movements in Brazil. Therefore, from a methodological standpoint, a combination of bibliographic analysis and field study was employed. Interviews were conducted with the founding activists of the DêBandeira Network who are still involved in the collective today. The interviews were conducted through open-ended questions, recorded, and later transcribed and analyzed based on data interpretation and bibliographic dialogue. The results indicated a strong institutional involvement of the DêBandeira Network, as its activists operate in different political groups and spaces, such as councils and political parties. Additionally, other areas of activism are also engaged, such as universities, schools, and social media. Over the years, the DêBandeira Network has sought to establish a direct dialogue with the government, despite facing numerous challenges. It was pointed out that there is a need for broader articulation with social movements and sectors of the population, aiming to exert greater pressure on government officials who show inertia in the face of the demands of the LGBT+ community in Mossoró. In theory, there is still a long way to go, but it needs to mobilize the masses towards the streets.

Keywords: DêBandeira Network. LGBT+ Movement. LGBTphobia. Rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. HISTÓRIAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO LGBT+ NO BRASIL E EM MOSSORÓ/RN.....	21
1.1 REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS DOS LGBT+ NA DITADURA MILITAR (1978-1980).....	22
1.2 GRUPOS DE RESISTÊNCIA E OS PRIMEIROS ANOS DO MOVIMENTO LGBT+ NO BRASIL	28
1.3 OS LIMITES DA DEMOCRACIA E OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT+	36
1.4 CONTEXTO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO LGBT+ EM MOSSORÓ/RN ...	47
2. REDE DÊBANDEIRA: HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO	55
2.1 SURGIMENTO DA REDE DÊBANDEIRA: CONTEXTO POLÍTICO E ESTRUTURA INTERNA	55
2.2 A CONSTRUÇÃO DA LUTA E AS CORRELAÇÕES DE FORÇA	67
2.3 COMBATE À LGBTFOBIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS	71
3. DAS TÁTICAS EMPREENNNDIDAS PELA REDE DÊBANDEIRA	86
3.1 A ATUAÇÃO DA REDEDEBANDEIRA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN.....	86
3.1.1 O Conselho Municipal LGBT+ e os mecanismos de participação.....	86
3.2 OS EIXOS DE ATUAÇÃO DA REDE DÊBANDEIRA	93
3.2.1 Eixo 1: Justiça, Direito e Políticas Públicas	93
3.2.2 Eixo 2: Educação	99
3.2.3 Eixo 3: Militância em mídias virtuais.....	106
CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	121

INTRODUÇÃO

A luta dos movimentos e agrupamentos que aludem à resistência LGBTQ+ por direitos é histórica no Brasil. Socialmente estigmatizados, excluídos e, no decurso do tempo, alocados às margens dos processos políticos, os indivíduos *gays*, lésbicas, travestis, transexuais tiveram, e ainda têm, de enfrentar um longo caminho para verem sua cidadania ser respeitada e consolidada, assim como, sua dignidade ser garantida pelo Estado de Direito. Buscar compreender os caminhos percorridos por esse movimento nos permite elaborar um balanço crítico a respeito da sua trajetória, das conquistas e dos retrocessos que tais sujeitos vulnerabilizados padeceram no tocante às demandas sociais.

No âmbito jurídico federal, responsável por nortear as resoluções estaduais e municipais, assistimos nos últimos anos, importantes conquistas angariadas pelo movimento. Uma breve retrospectiva sobre o tema destaca que, em 2008, foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal brasileiro a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF, nº 132, de autoria do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, pleiteando a extensão de direitos de união estável aos funcionários públicos homoafetivos daquele estado. Em suma, requeria-se que o artigo 1723 do Código Civil fosse interpretado à luz da Constituição Federal, permitindo que se declarasse a sua aplicação também sobre a união de pessoas do mesmo sexo. A referida Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI arguiu que o não reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como união estável, configuraria uma violação aos preceitos fundamentais da Constituição, notadamente aos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, liberdade e proteção à segurança jurídica¹

Com a ADI 4277, proposta pela Procuradoria Geral da República, em 2009, foi pleiteado que a Corte declarasse como obrigatório o reconhecimento, no Brasil, da união entre pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, desde que atendidos os requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher² (BRASIL, 2011, p. 8). Tanto a ADPF quando a ADI foram julgadas em conjunto e consideradas procedentes pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

¹BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF no 132**. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, DF, 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em: 19 mar. 2023.

²BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI no 4277**. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, DF, 05 de maio de 2011, p. 8. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 19 mar.2023.

Naquele julgamento, por unanimidade, 10 Ministros do STF decidiram que a união homoafetiva também era entidade familiar e que dela emanava os mesmos direitos e deveres da união estável entre homens e mulheres. Dessa forma, as uniões homoafetivas foram equiparadas as uniões estáveis. Posteriormente, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, através da Resolução nº 175, de 14 de maio, deliberou uma resolução estabelecendo a obrigatoriedade dos cartórios de todo o país realizarem casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

No ano de 2016, foi aprovado o decreto 8.727/2016, o qual preconiza que os órgãos e entidades de administração pública federal direta, autárquica e funcional devem admitir em seus atos e procedimentos o nome social de pessoas transexuais e travestis. Posteriormente, em 2018, novamente o STF decidiu por maioria, que pessoas trans pudessem alterar seus nomes nos registros de nascimento. Na trilha das conquistas, em 2019 foi a vez do STF determinar por oito votos a três, pela criminalização da homofobia e transfobia, enquadrando-as na legislação do crime de racismo, tipificado pela Lei 7.716/1989.

Qualificadas como grandes marcos na luta pela diversidade, essas mudanças sucedidas na legislação brasileira apontaram para uma importante capacidade organizativa do movimento LGBT+³. No entanto, faz-se de suma importância ressaltar que elas não foram suficientes para garantir o combate à discriminação, bem como, a promoção da igualdade de direitos desses indivíduos. Os Direitos Humanos desses sujeitos seguem sendo violados cotidianamente, a título de exemplo, constata-se que em 2021, 316 pessoas LGBT+ morreram de forma brutal no Brasil, o país que mais mata transexuais no mundo, segundo dados do dossiê nacional Mortes e Violências contra LGBT+ no Brasil⁴, de iniciativa conjunta das organizações Acontece – Arte e Política LGBTI+, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). O número é 33,33% maior do que o ano de 2020, quando ocorreram 237 casos. Dessas mortes, 285 foram assassinatos e 26 suicídios, nos quais muitas vezes podem ser observados elementos que denunciam a violência estrutural contra as pessoas LGBT+. O dossiê revelou ainda que as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram mais de 100 mortes violentas cada, 116 e 103 respectivamente.

³ O termo LGBT + – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – foi empregado nesta pesquisa por ser uma sigla padrão, no entanto, ele não exclui qualquer sujeito que não seja contemplado com as letras iniciais, mas engloba todos aqueles que se encaixam nessa comunidade. Conforme corrobora a doutoranda em Direitos Humanos e Democracia, Andressa Regina Bissoloti dos Santos (2017, p. 65), tal escolha “[...] se deve, portanto, não a sua maior capacidade de representar essas experiências, mas à maior aderência social em relação a essa denominação, além da identificação de boa parcela do próprio movimento”.

⁴ Para maiores informações, acessar: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencis-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 10 mar 2023.

Ademais, nos últimos anos, testemunhamos uma forte ofensiva dos setores conservadores e religiosos fundamentalistas contrários aos direitos dessa população, e que têm ascendido no cenário político brasileiro. No Congresso Nacional, temos uma expressiva atuação de grupos extremistas que buscam impor sua agenda política reacionária em resposta às conquistas do movimento LGBT+.

Os desafios supracitados, assinalam a necessidade de organização dos grupos em luta, para além das estruturas burocráticas do Estado, em diálogo com as organizações da sociedade civil. A violência a que são submetidos diariamente os indivíduos LGBT+, e que resulta de uma ideologia patriarcal e heteronormativa perpetuada e naturalizada na sociedade, os obriga a negarem o seu próprio ser e a sua existência, atingindo e impondo limites a sua dignidade. Por sua natureza estruturante, o combate a LGBTfobia demanda muito mais do que meras ações em âmbito burocrático, uma vez que, envolve também uma dimensão socioeducativa e cultural, na luta por uma profunda transformação de mentalidades coletivas. Para tanto, articulam-se por todas as regiões brasileiras diversos coletivos, associações, grupos e ONG's em prol da causa LGBT+ e em defesa dos Direitos Humanos dessa comunidade. Entre as pautas desses grupos estão a luta por visibilidade, participação política em condições de igualdade e, sobretudo, a luta pela sobrevivência, isto é, o direito fundamental à vida.

Embora articulados em torno da pauta comum, esses movimentos também carregam em si especificidades relacionadas às táticas que cada organização admite na luta pelos direitos LGBT+, bem como, são impulsionados pelas demandas locais. Nesse sentido, a presente pesquisa se desenvolve, mais especificamente, em torno da atuação política do movimento LGBT+ designado de “Rede DêBandeira”, a qual localiza-se no município de Mossoró, interior do estado do Rio Grande do Norte. Tal organização tem como gênese o ano de 2013, porém, foi dois anos mais tarde, em 2015, que a Rede DêBandeira iniciou suas atividades organizativas, com o objetivo de unir, preparar e fortalecer os ativistas LGBT+ da região, na luta por uma sociedade plural, baseada no princípio da isonomia e livre da homofobia.

A escolha do objeto se deu, sobretudo, pela relevância da Rede DêBandeira para os LGBT+, ponderando que ela tem desenvolvido uma atuação significativa para a luta desses sujeitos na região. Quanto à sua estrutura organizativa, a Rede DêBandeira se apresenta enquanto um coletivo universal, não fazendo qualquer distinção de classe social, admitindo em suas fileiras ativistas de diferentes partidos e associações políticas e reafirmando-se enquanto uma organização não-governamental, suprapartidária e que não dispõe de vínculo religioso. Ressalta-se ainda que a rede desenvolve sua atuação em prol dos LGBT+ a partir de três eixos,

sendo eles: Justiça, Direitos Humanos e Políticas Públicas; Educação; e Militância em Ambientes Virtuais - MAVI.

Considerando tais especificidades, o questionamento que norteia tal pesquisa incide no seguinte: como as táticas da rede DêBandeira são praticadas no cotidiano e aproximam os LGBTQ+ em Mossoró de sua cidadania íntegra e dos direitos humanos? Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar as táticas empregadas pela Rede DêBandeira entre os anos de 2015 e 2020, no que tange à consolidação dos direitos LGBTQ+ em Mossoró/RN. O recorte temporal justifica-se, pois embora em 2013, como mencionado anteriormente, foi o ano em que a rede começou a ser gestada, a mesma se consolidou somente em 2015. Busca-se, portanto, compreender os desafios enfrentados ao longo desse processo de dois anos. Já o marco final, tem em vista as ações realizadas por esse coletivo em benefício da população LGBTQ+ mais vulnerável durante a pandemia da Covid-19.

Para operacionalizar os objetivos específicos da pesquisa, busca-se ainda identificar metodologicamente os caminhos da produção historiográfica brasileira recente sobre a história dos movimentos LGBTQ+ no Brasil; elucidar o processo histórico da Rede DêBandeira enquanto movimento social; e problematizar os eixos de atuação da Rede DêBandeira para consolidar a ampliação e garantia de direitos dos LGBTQ+ no município de Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte.

Elucida-se que a relevância desse estudo se justifica, sobretudo, por sua dimensão sociopolítica, uma vez que, a despeito do aparato jurídico que vem sendo construído atualmente no país, os dados mais recentes revelam que a cidadania LGBTQ+ não é garantida de maneira efetiva no Brasil, corroborando que essa população tem sofrido constantemente com a violação de seus direitos e a negação de sua própria existência. Segundo o Dossiê do Observatório de Mortes e Violências LGBTQ+ no Brasil (2022)⁵, no ano de 2021, travestis e mulheres transexuais foram as maiores vitimadas pela violência letal, totalizando 128 casos, seguidas por homens gays, que representaram 115 dos casos de homicídio contra LGBTQ+ no país, sendo registrado ainda um total de 316 mortes no período. O Dossiê registrou ainda um aumento em 22% no número de mortes de ativistas dos Direitos Humanos de LGBTQ+ no país em comparação ao ano anterior. Consoante aos mesmos dados, 35% dos casos de morte contra essa população estão concentrados na região nordeste e 33% no Sudeste.

⁵Para maiores informações, acessar: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 10 mar 2023.

No tocante mais especificamente ao Rio Grande do Norte, embora os dados ainda sejam incipientes, consta uma pesquisa realizada pela presidente da Atransparência-RN4, Rebecka de França (2018), na área Geografia, em que a autora ao investigar o cenário estadual, constatou que das 167 cidades desse estado, em 30 delas foram identificados casos de violência aos LGBT+. Ademais, França (2018) verificou que 63,41% dos entrevistados já padeceram com a violência devido a orientação sexual ou a forma como expressam o gênero.

Em Mossoró, ao menos um caso bárbaro de LGBTfobia ganhou proporções midiáticas no ano de 2022. Em abril, Eliel Ferreira Cavalcante Júnior, um jovem de 25 anos formado em Direito, foi alvejado com nove tiros. O rapaz estava acompanhado do seu namorado próximo à casa do mesmo quando foi atingido pelo vizinho do seu companheiro, que para os policiais investigadores, alegou ter confundido o casal com assaltantes, tese que muito provavelmente não se sustenta na realidade, uma vez que, o namorado morava no condomínio há um bom tempo e Eliel era frequentador daquele local.⁶

Diante desse cenário de violência e transgressão de direitos, se faz necessário questionar os desafios e os limites das políticas públicas e do sistema jurídico brasileiro no tocante à efetivação das leis de combate à LGBTfobia, bem como, compreender em suas táticas as movimentações dos grupos de resistência organizados para o enfrentamento dessa realidade, mais especificamente aqui, a rede DêBandeira.

Ademais, no âmbito acadêmico, verifica-se uma constante queda nos últimos anos tocante às pesquisas sobre LGBT+, a título de exemplo, em uma sumária pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -, contabilizaram-se 136 estudos em 2017, 116 em 2018, 97 em 2019, 91 em 2020 e 4 em 2021. Esse levantamento cai drasticamente quando submetido ao recorte espacial. Constatase um único estudo que se aproxima do nosso objeto de pesquisa, porém, ainda assim, seu foco não se restringe à atuação da rede DêBandeira. Intitulada de “Estamos em Plena Construção: Movimento LGBT em Mossoró-RN entre Ousadias e Desafios” de autoria de Iago Henrique Fernandes de Sousa Moura (2017), a pesquisa versa sobre os movimentos LGBT+ de Mossoró, elucidando suas bandeiras de luta e ações desempenhadas até o ano de 2017.

Essa escassez de trabalhos na área reflete de uma maneira geral o problema da ausência de uma historiografia sobre o movimento LGBT+ na região do Nordeste. No tocante à rede, apenas Moura (2017) desenvolveu uma análise sucinta, carecendo de maior explanação acerca da mesma. Dessa forma, acreditamos que essa carência de estudos não é compatível com o

⁶ Casos como esse têm repercutido na mídia. Ver: <http://www.al.rn.gov.br/noticia/24685/isolda-dantas-se-solidariza-com-familias-de-jovens-assassinados-em-mossoro>. Acesso em: 25 mar. 2023.

alcance do movimento LGBTQ+ em Mossoró atualmente, e evidencia a importância acadêmica do tema para a construção de uma historiografia regional sobre o movimento LGBTQ+.

Apresentadas as principais justificativas, destaca-se ainda que os aportes teóricos metodológicos da pesquisa se situam no campo da história social, muito embora se reconheça a importância e até mesmo, a necessidade do diálogo interdisciplinar com as demais ciências sociais, tendo em vista também, o que acabamos de pontuar quanto à ausência de trabalhos historiográficos que contemplem o nosso objeto especificamente.

Ainda em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, envolvendo uma pesquisa bibliográfica e entrevistas. Seguindo tal perspectiva, esse estudo se interessa pelos processos, a complexidade dos acontecimentos e a dinâmica concreta do movimento LGBTQ+ em Mossoró. Ademais, ambiciona investigar as ações individuais e coletivas dos sujeitos que atuam na Rede DêBandeira, elucidando as táticas da rede frente a ampliação de direitos e a garantia da cidadania aos LGBTQ+ de Mossoró.

No conjunto da bibliografia consultada, fazem parte autores como o historiador James N. Green e seu livro “Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX” (2019); e a socióloga Regina Facchini, e a sua obra “Entre Compassos e Descompassos: um olhar para o ‘campo’ e para a ‘arena’ do movimento LGBTQ brasileiro” (2009). Tanto a coletânea organizada por Green como o texto de Facchini, jogam luz à trajetória do movimento LGBTQ+ no Brasil e nos permitem captar as teias históricas que remetem esse processo à construção do Movimento LGBTQ+ em Mossoró.

Para uma compreensão mais aprofundada do objeto de pesquisa, lançou-se mão do estudo de campo, empregando as entrevistas e diários de campo como ferramentas para coleta de dados, ambos aplicados aos indivíduos que compõem às fileiras da Rede DêBandeira. Com referência às entrevistas desenvolvidas, essas foram empregadas por meio de questionário semiestruturado e realizadas na cidade de Mossoró, onde fica localizada a sede improvisada dessa organização. As entrevistas foram conduzidas por meio de perguntas abertas, gravadas e, posteriormente transcritas e analisadas mediante a interpretação dos dados, em diálogo com os discursos e as perspectivas apresentadas pelos entrevistados.

Ao invés de solicitar aos participantes da pesquisa que se apeguem a fatos sequenciais, de forma linear, eles são convidados a percorrer suas trajetórias e a trajetória do movimento que compõem com entusiasmo e abertura, respeitando e valorizando o tempo de cada um, e aquilo que gostariam de dar vazão. Mesmo diante de questões pré-estabelecidas, essas foram construídas de maneira a permitir que os indivíduos pudessem ter certa liberdade para traçar

suas respostas, incluindo temas mais abrangentes, tais como: experiências pessoais, trabalho, formação religiosa, sexualidade, relação dos ativistas com a família e com a militância política.

Dessa forma, os pressupostos teóricos da pesquisa estão embasados na História Oral, “método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”⁷. Através dessa metodologia, é possível ao historiador entrar em contato com dados precisos que nem sempre teria acesso em relação a um documento escrito. Destarte, a História Oral oferece aportes para a compreensão da complexidade que abrange as práticas do indivíduo na orientação de suas trajetórias individuais e coletivas, na medida em que abriga dimensões da subjetividade objetivada dos sujeitos históricos.

Sobre essa dimensão subjetiva presente no objeto, elucidada o historiador Eurelino Coelho Neto:

Aqui é preciso dar razão à História Social: é difícil sustentar uma concepção sobre o objeto da História sem recorrer a uma problemática do sujeito. Aquele que faz a história em circunstâncias que não escolheu não é, no entanto, um simples produto direto do meio e das circunstâncias: é preciso não esquecer que “são precisamente os homens que transformam as circunstâncias”. Pois as circunstâncias não se constituem em objeto da História exceto quando em presença de sujeitos.⁸

Nesse sentido, compreende-se que os sujeitos são constituídos de particularidades, isto é, de subjetividade humana. Porém, essa subjetividade jamais será um elemento esvaziado da influência coletiva. Os sujeitos se constituem individualmente a partir do seu lugar social e das suas experiências sócio-históricas. Sua subjetividade, a forma como desenvolvem sua consciência, crenças e aspectos emocionais, é marcada por circunstâncias materiais. A verdade do salário, a renda, os níveis de acesso à educação, cultura, lazer e emprego, por exemplo, determinarão as possibilidades concretas de desenvolvimento humano e influenciarão na forma como vivenciam sua singularidade enquanto indivíduo.

Isso não significa que os sujeitos estejam simplesmente condicionados às estruturas, pois como destacado acima, são as ações de indivíduos coletivos que “transformam as circunstâncias”. Ou seja, ao mesmo tempo em que é atuado pelas estruturas sociais, os sujeitos igualmente atuam sobre elas, transformando sua própria realidade. Não há como pensar a ordem social apartada das ações humanas e, conseqüentemente, da sua subjetividade, essa sempre

⁷FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2006, p. 18.

⁸COELHO NETO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. **História & Luta de Classes**, n. 9, p. 7-16, jun. 2010.

marcada pelo meio sociocultural no qual se insere o indivíduo. Daí que nos referirmos à subjetividade objetivada e ao objeto subjetivo para pensar a relação entre singularidade e estrutura. Ainda nas palavras de Coelho Neto, “a relação entre a ação que faz a história (e o sujeito que a pratica) e as circunstâncias que tornam possível e efetiva esta ação aparece, aqui, como a relação entre a singularidade e a totalidade, a parte e o todo. A parte não existe, como tal, fora da relação com o todo”⁹.

É nesse sentido que tomamos a História Oral como instrumento para pensar a singularidade dos sujeitos que formam a Rede DêBandeira sem perder a dimensão da luta desses indivíduos enquanto sujeitos coletivos. Captar as teias que remetem suas experiências pessoais ao campo mais amplo das lutas sociais. É também pensar as estruturas organizativas da Rede a partir das ações dos indivíduos que a compõem, uma vez que a organização não existe sem a atuação desses sujeitos. São as limitações individuais ou ainda as possibilidades concretas que tiveram acesso, bem como a capacidade de se movimentarem coletivamente e seus interesses que influenciarão nos processos de construção da Rede DêBandeira.

Ao trabalhar com as fontes, o historiador lida com as partes, que revelam apenas aspectos parciais do objeto, de maneira que a totalidade permanece oculta até que o pesquisador problematize as suas fontes¹⁰. Toda fonte histórica é carregada de intencionalidades, porém, no caso da História Oral, é importante atentar-se ao fato de que os depoentes estão sendo motivados também pela ideia de que seus relatos serão divulgados, o que pode influenciá-los na seleção dos eventos que gostaria que viessem a público. Evidente que assim como qualquer outro documento eleito pelo historiador enquanto fonte histórica, é necessário submeter essa análise ao crivo da reflexão crítica.

A História Oral está intrinsecamente ligada à memória humana e à sua capacidade de reviver eventos e rememorar o passado, no entanto, não se trata apenas de uma lembrança automática do indivíduo, mas da própria leitura de mundo que carrega, da percepção que desenvolve sobre a sua realidade, inserida em diferentes contextos e permeada por inferências sociais.

Segundo Le Goff (1990, p. 366), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”¹¹. Não se trata aqui de uma atualização meramente mecânica dos vestígios, de

⁹Ibidem, p. 11.

¹⁰Idem.

¹¹LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. p. 423.

maneira a ordená-los, mas de uma releitura desses vestígios, uma vez que a memória evoca não apenas aspectos biológicos e psicológicos dos seres humanos, como também se relaciona à história e ao coletivo social. Quer seja a propósito de relembrar, ou de esquecer, a memória é constantemente manipulada, de forma consciente ou inconsciente. Interesses, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura são, por exemplo, aspectos que interferem e exercem manipulações sobre a memória individual¹².

Assim, também é que filtramos nossas lembranças, memoramos determinados eventos e esquecemos de tantos outros, bem como controlamos a forma como expressamos nossa memória¹³. De todo modo, a memória processa-se de maneira ativa e dinâmica e envolve diversos aspectos da vida sociocultural e dimensões do coletivo. Conforme José Barros:

[...] mesmo o indivíduo que se empenha em reconstituir e reorganizar suas lembranças irá inevitavelmente recorrer às lembranças de outros, e não apenas olhar para dentro de si mesmo em conexão com um processo meramente fisiológico de reviver mentalmente fatos já vivenciados. Isso sem considerar o que é ainda mais importante: a memória individual requer como instrumental palavras e ideias, e ambas são produzidas no ambiente social. Dito de outra forma, se no caso da Memória Individual são os indivíduos que, em última instância, realizam o ato de lembrar, seriam os grupos sociais que determinariam o que será lembrado, e como será lembrado¹⁴.

Quem fala, não diz apenas o que se recorda, mas igualmente compartilha o modo como enxerga e sente o que se está relembrando, e a partir de mecanismos exteriores. Trata-se de uma formulação subjetiva do indivíduo, mas sempre influenciada pelo seu meio, uma vez que, como já visto anteriormente, a subjetividade é construída socialmente, e o sujeito se acha sempre situado em determinados lugares e grupos sociais.

Do mesmo modo, os silêncios e os esquecimentos da história são reveladores dos mecanismos que atuam sobre a memória coletiva, instrumento e objeto de poder. A memória também é produzida, através de meios políticos e sistemas de comunicação, encontrando diversos lugares de sua produção, como lugares topográficos, arquivos oficiais, museus, os patrimônios e monumentos históricos¹⁵. Sobre a relação entre memória e História, Le Goffe nos ensina:

¹²Idem.

¹³MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. História Oral como fonte: problemas e métodos.

Historiæ, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>. Acesso em: 15 dez. 2022.

¹⁴BARROS, José D' Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, p. 322, 2011.

¹⁵Idem.

Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: 'Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória'¹⁶

Dessa forma, nosso interesse pela História Oral refere-se ao que resiste na oralidade, a saber: a memória dos militantes que vivenciam as experiências de resistência cotidianamente. Os relatos nos possibilitam aspectos singulares e seletivos dos fatos e acontecimentos em torno da formação da Rede DêBandeira, mas a forma como esses fatos são formulados e contados estão envoltos de dispositivos socioculturais disponíveis aos nossos participantes.

É também por meio da História Oral que buscamos alcançar as pessoas comuns, aqueles indivíduos que historicamente se acharam marginalizados e excluídos enquanto singularidades. Nesse sentido, contribui também uma História Problema, na medida em que nosso interesse não é apenas com desvelar fatos, mas problematizá-los, trazer diferentes perspectivas. “Captar registros múltiplos através de entrevistas e coletas de depoimentos torna-se uma interessante estratégia para multiplicar pontos de vista, confrontá-los, opô-los aos fatos propriamente ditos com vistas a problematizá-los”¹⁷.

Como contribuição teórico-conceitual, Michel de Certeau com “A Escrita da História” (1998) e “Invenção do Cotidiano: artes de fazer” oferece subsídios para compreendermos as práticas sociais que desenvolvem os sujeitos desta pesquisa para consolidação dos direitos e da cidadania LGBTQ+ em Mossoró. Certeau evidencia que as práticas cotidianas, como procedimentos que os indivíduos acabam empreendendo em seu cotidiano baseados em suas próprias necessidades, abrangem estratégias e táticas, as quais se dão no campo das relações de poder entre fortes e fracos.

Para Certeau¹⁸, enquanto as estratégias referem-se à maneira de fazer daqueles que possuem algum tipo de poder, a exemplo do Estado, as táticas dizem respeito ao fazer dos fracos, ou seja, são ações mobilizadas por aqueles que não possuem o poder, mas que desenvolvem capacidade organizativa para impor seus projetos alternativos.

Articulando essas formulações ao objeto desta pesquisa, evidencia-se que as estratégias são gestadas pelos governos, órgãos institucionais e demais institutos ligados à estrutura burocrática do Estado, enquanto as táticas fazem parte do campo de ação dos sujeitos que compõem a Rede DêBandeira e, se referem às práticas cotidianas que eles desenvolvem para o

¹⁶LE GOFF, Jacques. Op. cit., 1990, p. 473.

¹⁷BARROS, BARROS, José D' Assunção. Op. cit., 2011, p. 340.

¹⁸CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

cumprimento efetivo da legislação e consolidação de direitos das pessoas lésbicas, gays, travestis, transexuais na sociedade.

Ainda do ponto de vista teórico, a partir das formulações de Marx e Engels, no livro “A Ideologia Alemã” também se discute o papel do Estado na sociedade dividida em classes sociais e como isso interfere nas disputas no campo das lutas da população LGBT+. O Estado, como expressão material da sociedade, atua no sentido de garantir as condições concretas para a reprodução do capital e manutenção das estruturas sociais de poder, que se valem da opressão e exploração dos seres humanos para se manterem intactas.

Nesse sentido, a opressão de gênero e a própria homofobia, são fundamentais para os interesses do capitalismo, pois além de enfraquecer a classe trabalhadora em suas lutas coletivas, colocando os trabalhadores uns contra os outros, também permite que pessoas ligadas a esses grupos minoritários ocupem subempregos e constituam mão-de-obra barata ao mercado de trabalho, a exemplo das pessoas transexuais.

Todavia, o Estado não é meramente uma instituição subordinada à classe dominante. Em momentos de crise, ou ainda sob pressão das lutas sociais, ele tende a assumir mais ainda as rédeas da luta de classes, seja intensificando a ofensiva sobre os movimentos em luta, por meio do seu aparato repressor, mas também fazendo concessões sociais sem que essas signifiquem mudanças estruturais significativas que possam ameaçar a manutenção da ordem vigente. Dessa forma, neste trabalho, busca-se analisar como a Rede DêBandeira tem se articulado com os movimentos sociais no sentido de pressionar o Estado a atender as demandas dos grupos LGBT+ na cidade de Mossoró/RN.

Para o presente momento, a dissertação foi estruturada da seguinte forma: além desta introdução, o texto conta com mais dois capítulos. O primeiro capítulo tem por objetivo reconstruir a trajetória histórica do movimento homossexual no Brasil, e mais particularmente, em Mossoró/RN. Com base na revisão bibliográfica, analisa-se o contexto sociopolítico em que se formou o movimento LGBT+ a nível nacional, primeiramente entre 1978 e 1980, momento histórico em que o Brasil passava por um processo de redemocratização, continuando as análises com foco nos períodos posteriores, entre 1990 e 2000, identificando as continuidades e descontinuidades do movimento. Por último, o capítulo busca localizar dentro desse cenário mais amplo o movimento LGBT+ em Mossoró. O segundo capítulo por sua vez aprofunda as análises na trajetória de formação da rede DêBandeira. Por meio das entrevistas, faz-se um balanço geral sobre a sua fundação, estrutura física e organizativa, identifica seus componentes e os papéis atribuídos a esses sujeitos. O terceiro e último capítulo se dedica a analisar mais especificamente os três eixos que orientam a Rede DêBandeira, a saber: Justiça, Direito e

Políticas Públicas; Educação; Militância em Ambiente Virtual (MAV). O objetivo é analisar a Rede se articula em torno de cada um deles, propondo e promovendo ações relacionadas a esses eixos.

CAPÍTULO 1

1. HISTÓRIAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO LGBT+ NO BRASIL E EM MOSSORÓ/RN

Buscando evidenciar a trajetória de resistência dos grupos LGBT+, o presente capítulo visa reconstruir a trajetória histórica do movimento homossexual no Brasil, e mais particularmente, em Mossoró/RN. É mister ressaltar que consoante à Regina Facchini, o movimento LGBT+ no Brasil divide-se em três ondas, ou seja, “uma primeira, que vai de 1978 a aproximadamente 1983; uma segunda, que vai de 1984 a 1992, e uma terceira, de 1992 aos dias de hoje”. A supracitada primeira onda, é caracterizada pela expansão do movimento durante o período de “abertura” política, bem como por uma intensa produção jornalística¹⁹.

A partir da pesquisa bibliográfica, analisa-se o contexto histórico de formação desse movimento a nível nacional, primeiramente entre 1978 e 1980, período em que o Brasil passou por um processo lento e gradual de abertura democrática, após os anos de chumbo implementados pelo regime militar. Como a homossexualidade foi tratada pelos governos militares? Quais mecanismos de resistência? Em que condições surgiram dos primeiros movimentos homossexuais?

A análise continua com foco nas décadas posteriores, entre 1990 e os anos 2000, identificando os processos de continuidade e descontinuidade do movimento homossexual, evidenciando as principais pautas e os instrumentos e espaços de que se apropriaram os ativistas para lutarem e terem suas demandas atendidas. Como esse movimento cresceu e se consolidou até os dias atuais? A última parte do capítulo, dedica-se mais especificamente sobre os processos de formação do movimento homossexual em Mossoró/RN.

A ideia é fazer um balanço geral sobre os grupos organizados em torno das pautas LGBT+ na cidade, que nos dê base para refletirmos o nosso objeto de estudo. Como esse movimento, situado em um local específico, se articulou ao campo mais amplo das lutas dos homossexuais no país? Busca-se, portanto, pelas conexões e pelas transformações sociais e políticas que serviram de pano de fundo para a visibilidade de novas identidades no Brasil.

¹⁹FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, Natal/RN, v.3, n. 4, p. 131-158, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 20 mai. 2022, p. 13.

1.1 REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS DOS LGBT+ NA DITADURA MILITAR (1978-1980)

Os anos finais da década de 1970 têm sido apontados como momentos históricos de organização política de sujeitos homossexuais no Brasil. Não obstante, desde a década de 1950 já existiam espaços de sociabilidade voltados ao grupo LGBT+, sendo produzidos também durante as décadas posteriores, diversos jornais que fomentavam a cultura homossexual. Porém, o movimento homossexual surgido no final da década de 1970, deve ser compreendido em um contexto de repressão, censura e retirada das liberdades democráticas pelo chamado regime militar²⁰.

As diferenças entre corpos e sexualidade são fenômenos sociais, isto é, construídas social e culturalmente pelos indivíduos vivendo em sociedade. Se até o século XIX essas construções se mantiveram pertencentes ao campo moral e religioso, sendo orientadas pelas tradições teológicas, com o surgimento da modernidade, passaram a constituir diferentes espaços da vida coletiva, ganhando uma importância estratégica e submetendo os indivíduos a novos instrumentos de controle e institucionalização²¹. Entre esses mecanismos, está a arena da política formal, do debate político público.

Longe de ser um campo apartado das noções de gênero e sexualidade, a arena política se constituiu e se constrói através de conceitos que se baseiam em definições específicas da oposição entre masculino/feminino e, em um padrão normativo da heterossexualidade.²² Por política, entende-se, a partir de Rémond René, a atividade que se relaciona com a conquista, a prática e o exercício de poder, mas não um poder qualquer.

Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. É também o único grupo humano ao qual se reconhece o poder de decidir por todos, a capacidade de impor a obediência às leis e o direito de punir as infrações²³.

²⁰Ibidem.

²¹NEVES, Dulce. Sexualidade: saber e individualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-11. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/dBpTqQdCjLXQPy3X97mmjKf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

²²SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaorealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

²³RÉMOND, René. Do Político. In: **Por uma nova História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editoria FVG, 2003, p. 444.

Atenta-se, nesse sentido, para a forma pela qual os conceitos de gênero e sexualidade têm sido utilizados para legitimar os fenômenos políticos e expressar as relações entre governos e governados. Isso porque, frequentemente, a ênfase na sexualidade e no gênero não aparenta ser explícita, mas esses conceitos estão ligados à percepção e à crítica das regras da ordem social e constituem uma dimensão fundamental para a construção, consolidação e exercício do poder do Estado²⁴.

Dessa forma também, o símbolo do poder político não deixa de fazer alusão às relações sexuais. Apoiada no lema da defesa da moral, da ordem pública, da família e dos bons costumes, gênero e sexualidade foram constantemente reivindicados de forma estratégica pelos grupos que assumiram o Estado Brasileiro em diferentes épocas. Como destaca Vieira²⁵, “ordem pública” e “bons costumes” são “designações que produzem efeitos de sentido ligados à disciplina e ao controle social à luz do Cristianismo que, de certo modo, regula aquilo que é bom ou mal dentro da cultura”.

Em suma, não é a sociedade civil que define o que significa “ordem pública, moral e bons costumes”, são enunciados forjados por forças históricas ligadas ao poder do Estado e à Igreja, e os sentidos que assumem estão fortemente atrelados ao conservadorismo, sobretudo, à moral cristã. Tais discursos servem para demarcar, no interior da cultura, as práticas sociais que devem ou não serem admitidas, visando também garantir a estabilidade política, controlar condutas, criar terror moral e até mesmo legitimar a instauração de um governo autoritário, como foi o regime militar brasileiro.

Durante o período da ditadura de 1964, assim como a democracia política deveria ser reprimida, uma vez que, ela permitiria ao povo rebelar-se contra o poder estabelecido, as sexualidades e corpos considerados dissidentes deveriam ser controlados, para que assim também se garantisse a ordem social necessária ao exercício do poder autoritário. Assim, uma afirmação de controle ganhou forma de uma política de repressão sobre a homossexualidade naquela época, a partir do apelo explícito à moral, à família e à ordem sociopolítica vigente.

Thasio Sobral explica que, embora as condutas homossexuais não fossem nomeadamente criminalizadas naquele contexto, os governos militares potencializaram os dispositivos de controle da sexualidade através, sobretudo, de uma agenda moralista e do aparato jurídico.

²⁴SCOTT, Joan. Op. cit., 1995, p. 27.

²⁵VIEIRA, Demóstenes Dantas. **Do lugar social ao lugar discursivo:** os direitos civis da pessoa LGBTQI+, a ética e o atravessamento do discurso cristão no discurso político produzido pela Frente Parlamentar Evangélica – FPE. 2020. 223f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2020, p. 57.

O termo “subversão” serviu como justificativa para quaisquer convicções e práticas sociais contrárias àquelas governamentais vigentes, e utilizado como motivação para repressão as condutas homoafetivas. Ainda que essas não tivessem sido nominalmente criminalizadas durante a Ditadura, “havia uma sobreposição de ideologias anti-homossexuais que se articulavam materialmente com as ferramentas de repressão política”²⁶.

Renan Quinalha pontua que, no que concerne aos homossexuais, não foi a ditadura militar que cunhou os preconceitos e as discriminações que orientavam os padrões de moralidade da sociedade da época. Contudo, o regime militar se apropriou de formas históricas bastante específicas para regular a sexualidade e, concomitantemente, reprimir as sexualidades consideradas dissidentes, por meio de uma agenda moralista.

A retórica moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente²⁷.

Nesse contexto, somaram-se também os setores conservadores e religiosos da sociedade, contra qualquer grupo classificado como indesejável socialmente e tidos como uma ameaça à ordem moral e sexual vigente. De acordo com a historiadora Denise Rollemberg, se o movimento que derrubou o governo institucional de João Goulart em 1964 foi repudiado por parte da sociedade civil, o mesmo também contou com a apoio e o entusiasmo por parte de diversos segmentos sociais, que não necessariamente pertenciam às classes dominantes, mas se identificaram com aquele projeto político²⁸.

Ademais, a instauração do Ato Institucional 5 – AI-5, em 1968, decretando o fechamento do Congresso e impondo um contexto de violenta repressão, serviu também para retardar os processos de organização dos grupos que viriam a compor o movimento LGBT+.

²⁶SOBRAL, Thasio Fernandes. **O crime do Lampião da Esquina (1978-1979)**. Veredas da História, Salvador - BA, v. 12, n. 1, pp. 112-113, jul., 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/47858/26058>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

²⁷QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 23.

²⁸ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ao mesmo tempo em que fez crescer um sentimento antiautoritário que marcaria diversos setores sociais, entre eles, a militância homossexual da época²⁹.

Para enquadrar a homossexualidade, regular a sexualidade e reprimir os grupos homossexuais, o regime militar valeu-se do Art. 59 da Lei das Contravenções Penais, conhecidas também como lei da vadiagem³⁰. A referida legislação tratava-se de um mecanismo legal e histórico de perseguição, marginalização e encarceramento da população pobre e preta do país, cujas bases foram assentadas em uma sociedade de herança escravocrata, altamente desigual e racista.

Segundo Rafael Ocanha, nesse contexto, travestis e transexuais que até então eram vistas apenas em casas noturnas e boates, passaram a praticar a prostituição de rua em grandes avenidas de São Paulo. Fortemente criminalizadas, elas tinham de portar no momento do enquadramento policial, o registro de identidade e a carteira de trabalho. Caso não conseguissem comprovar a renda, eram levadas para a delegacia, onde permaneciam detidas temporariamente para averiguação, uma vez que, comprovado o crime de vadiagem, elas responderiam ao processo³¹.

Cabe salientar, que na maior parte do tempo dessas operações policiais, as travestis e transexuais eram submetidas a maus-tratos de toda natureza. Destarte, visando se protegerem, lançaram mão de táticas e rebelaram-se abertamente contra as práticas de violência e tortura que sofriam.

[...] neste episódio ocorreu uma rebelião de travestis no 4º Distrito, e muitas delas cortaram os pulsos para serem soltas. Houve ainda um incêndio provocado pela queima de colchões. Em 1978, durante o secretariado de Erasmo Dias, duas travestis relataram ao jornal *Lampião da Esquina* que a polícia se utilizava de cachorros e investigadoras em suas rondas de perseguição à prostituição de travestis. Elas adotaram como resistência a estratégia de bater nos policiais, para que na confusão algumas delas conseguissem fugir e chamar o Centro Acadêmico XI de Agosto para a negociar a libertação³².

Salienta-se que grupos lésbicos também foram alvos da ação truculenta do regime militar, conforme observamos no trecho descrito por Rafael Ocanha a seguir:

²⁹NASCIMENTO, Andrew Feitosa do. Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil Contemporâneo. *Albuquerque – Revista de História*, Aquidaunas/MS, v. 7, n. 13, p. 62-84, jan./jun., 2015.

³⁰OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

³¹OCANHA, Rafael. Op. cit., 2018.

³²OCANHA, Rafael. Op. cit., 2018, p. 81.

[...] o alvo eram os grupos de lésbicas que frequentavam os bares da rua Martinho Prado, onde desde os anos 1970 lésbicas frequentavam o Ferro's Bar. No feriado de 15 de novembro de 1980, quando Richetti realizou a Operação Sapatão, havia, além do Ferro's, o Bixiguinha, o Cachação, o Canapé e o Último Tango. A ação deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos, inclusive as que portavam carteira de trabalho assinada. Mais de 200 pessoas foram detidas levadas ao 4º Distrito, e algumas denunciaram ao *Lampião da Esquina* que só conseguiram ser soltas no dia seguinte depois do pagamento de propina para a libertação. Um mês depois da operação, o repórter Omar Cupini Jr., do jornal *Reportagem*, visitou a rua Martinho Prado e encontrou os bares vazios. Ele descreveu que desde a operação de Richetti as lésbicas estavam evitando frequentar a região³³

A conjuntura política no final dos anos de 1970, representou um período de abertura política do regime ditatorial, o que possibilitou o reaparecimento de movimentos sociais e das demais vozes dissidentes. Sobre as condições específicas favoráveis à formação do movimento homossexual no período de redemocratização brasileira, Rafael de Souza analisa que, em primeiro lugar, o projeto de abertura lenta e gradual imposta pelo governo militar abriu espaço para o aumento de mobilizações políticas no Brasil, ganhando o tema da redemocratização maior visibilidade na agenda comum dos movimentos sociais. O movimento homossexual ao aderir as oportunidades políticas, também integrou diversos elementos simbólicos e materiais próprios, conforme destaca esse autor:

O surgimento do movimento homossexual dá-se nessa conjuntura de crescimento e expansão das atividades de contestação ao regime militar. Contudo, as oportunidades políticas não são condições suficientes para a construção de organizações, ativistas, enquadramentos interpretativos e repertórios de ação coletiva. Outro elemento explicativo necessário para explicar o surgimento de um movimento em particular, o homossexual, são as oportunidades culturais. Essas oportunidades foram compostas basicamente pela imprensa alternativa e a cultural artística “marginal do período”³⁴.

São esses dois aspectos, na visão do autor supracitado, que vão funcionar como o que ele chamou de estruturas de mobilização. Nesse sentido, Rafael Ocanha destaca que, nesse contexto, as noites nas capitais como a grande São Paulo passaram a ser cada vez mais invadidas por restaurantes, bares, saunas e casas noturnas frequentadas pelo público LGBT+³⁵.

³³OCANHA, Rafael. Op. cit., 2018, p. 87

³⁴SOUZA, Rafael de. **Saindo do Gueto**: O movimento homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982. 2013. 138f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 132.

³⁵OCANHA, Rafael. Op. cit., 2018.

Por meio desses espaços que estabeleceram e fortaleceram laços de solidariedade, escutaram as demandas uns dos outros, reconheceram também a dor e a delícia de serem quem eram. Ainda conforme Rafael de Souza

A inserção dos ativistas nesses espaços e o consumo de bens simbólicos “contraculturais” resultaram, portanto, em enquadramentos interpretativos e repertórios de ação coletiva voltados para a construção coletiva de uma estética política individualista. Ou seja, essa combinação tornou possível a produção de uma estética da homossexualidade, a construção coletiva de uma identidade política fora do “gueto homossexual”, e, por fim, a vocalização política dos homossexuais³⁶.

O surgimento dessa política estética teve influência decisiva das lideranças e ativistas que compunham as cadeiras de diferentes instâncias, como redações de jornais, diretoria e conselhos editoriais da imprensa, os bancos escolares das universidades e espaços culturais de sociabilidade.

Sem interlocutores desse tipo, que serviram como catalisadores para as novas tendências, a grande imprensa, por exemplo, teria tido mais dificuldade em lidar com a questão homossexual de maneira positiva. Da mesma forma, nas universidades, onde o assunto vem atraindo muito interesse, a nova abordagem social foi fortemente legitimada pela inclusão da luta homossexual no tema mais geral dos movimentos sociais urbanos e pelas numerosas palestras, debates e eventos promovidos por intelectuais e artistas homossexuais³⁷.

O movimento homossexual emergiu nesse contexto apropriando-se positivamente das identidades marginalizadas e estigmatizadas, ultrapassando os próprios sentidos da democratização, para situar-se em uma luta muito maior que permanece até os nossos dias atuais³⁸.

Entretanto, faz-se importante ressaltar que tal abertura política não se concebia em uma abertura total, mas sim, controlada e gradativa³⁹. Na prática, o chefe de Estado manteve intactas as medidas políticas de repressão, como a Lei de Segurança Nacional e, até 1978, o Ato Institucional 5 (AI-5 -1968). A expansão desses espaços de sociabilidade e a maior liberdade

³⁶ SOUZA, Rafael de. Op. cit., 2013, p. 9.

³⁷ MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “abertura”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 60.

³⁸ SOUZA, Rafael de. Op. cit., 2013.

³⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

conquistada pelos LGBT+, também provocaram a ira dos comerciantes locais e da vizinhança mais conservadora que se colocavam como verdadeiros agentes a serviço a anti-homossexualidade⁴⁰. Deste modo, sintetiza-se que o que existiu naquele momento foi uma convivência sistemática entre discursos aparentemente mais liberais e práticas verdadeiramente autoritárias e reguladoras das liberdades⁴¹.

A história de resistência LGBT+ na ditadura militar ainda é envolta a invisibilidades e silenciamentos. Quanto à historiografia, Renan Quinalha explica que ao ser considerada um tabu dentro e fora do meio acadêmico, por muito tempo a homossexualidade não foi tratada como um tema de pesquisa a ser levado a sério, tampouco, um recorte pertinente aos estudos da ditadura militar, campo restrito na maior parte das vezes, ao embate entre governos militares e forças opositoras armadas ou parlamentar⁴². Mas, “captar” a história desse movimento permite irmos além dessa dicotomia, e percebermos como os elementos ligados à sexualidade e ao gênero também informam o campo político, ao mesmo tempo, em que a política formal também os informa.

1.2 GRUPOS DE RESISTÊNCIA E OS PRIMEIROS ANOS DO MOVIMENTO LGBT+ NO BRASIL

A história do Movimento LGBT+ no Brasil se constituiu e segue se consolidando até os dias atuais como um processo de luta e resistência. A começar pelo fato de que essa luta eclodiu em um momento histórico marcado pela repressão e ideais conservadores, já vistas anteriormente, no percurso da ditadura militar e que se concebeu em um movimento de resistência ao regime ditatorial.

A título de exemplo, no ano de 1978 foi criado o jornal *Lampião da Esquina*, que de acordo com Thasio Sobral, foi o primeiro periódico organizado inteiramente por homossexuais distribuído nacionalmente. “Em suas 38 edições, um seleto grupo de onze homens articularam-se em torno de uma proposta ousada. Produzido no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, incorporou os principais debates a respeito de grupos dissidentes da época, marcando seu nome na história”⁴³.

⁴⁰OCANHA, Rafael. Op. cit., 2018.

⁴¹SOBRAL, Thasio. Op. cit., 2019.

⁴²QUINALHA, Renan. Op. cit., 2018.

⁴³SOBRAL, Thasio. Op. cit., 2019, p. 106.

Quando passou a ser publicado regularmente, o *Lampião da Esquina* obteve uma média de tiragem que variou entre 10 e 20 mil exemplares mensais. Embora o jornal contasse com anunciantes, em sua maioria ligados aos espaços de sociabilidade homossexual, também enfrentava constantemente problemas de ordem financeira. “Sendo provável que os anunciantes temessem seus serviços associados a um periódico engajado em pautas correlacionadas a sexualidades consideradas fora da norma”⁴⁴.

O mensário se colocou como porta-voz e esteio em defesa dos direitos sociais, civis e políticos de homossexuais. Em seu primeiro número, *Lampião da Esquina* deixou impressa a linha editorial a ser seguida pelo jornal: “pretendemos ir mais longe, dando a voz todos os grupos injustamente indiscriminados – dos negros, índios, mulheres”⁴⁵.

Ressalta-se que o jornal contava com apenas uma única mulher como colaboradora, Leila Miccolis, e sua linha editorial proporcionava pouco espaço para as pautas lésbicas⁴⁶, no entanto, ainda assim o jornal buscou manter diálogo com outros movimentos sociais, a exemplo do incipiente Movimento Negro Unificado. *Lampião da Esquina* lançou-se em defesa de diferentes grupos dissidentes, como mulheres, indígenas, travestis e transexuais, posicionou-se contra a moral da época, teceu críticas aos censores do Estado e caiu no desagrado dos militares.

O jornal foi alvo da perseguição política da época, sendo até mesmo enquadrado na chamada *Lei de Imprensa*, dispositivo de que se valeu o governo militar para silenciar os órgãos de imprensa considerados subversivos. O inquérito policial aberto contra o jornal em agosto de 1978 durou 12 meses, sendo arquivado pela justiça em novembro de 1979⁴⁷. Sobre a importância do paladino, Thasio Sobral disserta:

De diferentes maneiras, o *Lampião da Esquina* estava personificando a ideia do que seria um homossexual, expondo-a, colocando-a na rua, ou melhor, nas bancas de revistas. Esse era o incômodo gerado. A plausibilidade desse argumento encontra-se na articulação de parte do aparato repressor dos governos militares para tentar silenciá-lo. O que se conclui é que *Lampião da Esquina* lutou para que a comunidade homossexual fosse livre⁴⁸.

Nesse contexto, a luta por visibilidade e reconhecimento deu a tônica do movimento homossexual no Brasil, sendo a visibilidade midiática entendida pela comunidade LGBTQ+ da

⁴⁴SOBRAL, Thasio. Op. cit., 2019, p. 109.

⁴⁵GREEN, James N. **Forjando alianças e reconhecendo complexidades**: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBTQ no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 70.

⁴⁶GREEN, James. Op. cit., 2018.

⁴⁷SOBRAL, Thasio. Op. cit., 2019.

⁴⁸SOBRAL, Thasio. Op. cit., 2019, p. 125.

época, como um dos mecanismos fundamentais para a busca pela cidadania e conquista de direitos sociais, políticos e civis. Os grupos militantes compreendiam o direito à comunicação como um dispositivo estratégico para fazer com que suas pautas alcançassem os mais amplos setores da sociedade⁴⁹.

Assim, Vinicius Ferreira e Igor Sacramento explanam que o direito a comunicação

[...] se constituiria, ao mesmo tempo, em “direito civil – liberdade individual de expressão; em direito político – através do direito à informação; e em direito social – através do direito a uma política pública garantidora do acesso do cidadão às diferentes formas de comunicação mediadas tecnologicamente⁵⁰.

Dessa forma, como asseveram os autores, pensar a história do movimento homossexual no Brasil, é refletir sobre as suas articulações com os meios de comunicação de massa, sua visualidade e produção jornalísticas⁵¹. Contudo, a luta do Movimento LGBTQ+ não esteve atrelada apenas a imprensa escrita, encontrando ressonâncias também nas ruas e nas organizações políticas.

Nesse contexto de resistência e de reorientação da luta, o grupo *Somos* também iniciou suas atividades⁵². A criação do grupo *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual* –, ocorrida no ano de 1979, em São Paulo, tem sido apontada como marco fundador da militância homossexual organizada no Brasil, em um contexto de regime militar, consoante à efervescência de movimentos sociais que buscavam naquele momento não apenas lutar pelo retorno à democracia no país, como também pelo reconhecimento, direitos sociopolíticos e cidadania plena⁵³.

O próprio nome original do grupo, Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais, mesmo sendo uma formulação um pouco desajeitada, combinava conceitos importantes. A denominação do grupo assinalava um projeto incipiente (núcleo) que seria mais que um grupo social, mas uma entidade voltada a um desempenho (ação) para conquistar a igualdade materializada nos direitos dos homossexuais. Esta última noção de direitos inerentes, com origem na Declaração de Independência dos Estados Unidos e nos manifestos da Revolução Francesa, correspondia às reivindicações do

⁴⁹FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBTQ no Brasil: violências, memórias e lutas. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, v. 13, n. 2, p. 234-239, abr./jun., 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/134446>. Acesso em: 12 mai. 2022.

⁵⁰FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Op. cit., 2019, p. 236.

⁵¹FERREIRA, Vinicius.; SACRAMENTO, Igor. Op. cit., 2019.

⁵²FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Op. cit., 2019.

⁵³MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antísteses**, Londrina, v. 4, n. 8, p. 949-962, 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antisteses/article/view/7153/9668>. Acesso em: 18 mai. 2022.

momento no Brasil. Se, em 1968, os estudantes tomaram as ruas para gritar "Abaixo a ditadura", uma década depois, a consígnia "Pelas Lutas Democráticas", afirmava o desejo do fim de um regime arbitrário que não garantia os direitos dos cidadãos. O nome do Núcleo expandia este conceito de lutas democráticas para incluir os homossexuais. Ou seja, o projeto inicial do primeiro grupo do movimento LGBT brasileiro foi profundamente político, com uma pauta democrática e um método voltado ao ativismo⁵⁴.

Entre as principais demandas tocadas pelo *Somos*, é relevante mencionar a luta contra a ideologia anti-homossexual, sendo que as manifestações mais agressivas emergiam constantemente na imprensa marrom⁵⁵, controlada por grupos dominantes, apoiadora do regime e a serviço dos interesses particulares. O debate em torno dos meios informacionais sempre foi muito caro, principalmente à esquerda, que concebeu jornais e revistas como campo de disputas ideológica e espaços de formação política.

Nesse sentido, ressalta-se que a grande mídia, grande em dimensão, alcance e investimentos de capital, interagiu com o poder hegemônico em todo o Ocidente e durante os governos militares não foi diferente, atuando na formação de consensos em torno da ordem vigente e apresentando a realidade de acordo com o ponto de vista particular da classe que exercia a dominação⁵⁶.

Sendo assim, era comum a esses órgãos de imprensa, na trilha da defesa da moral e dos bons costumes, associar a homossexualidade ao aliciamento de menores, prostituição, doenças venéreas e as marginalidades. Tais discursos repercutiam de maneira negativa na sociedade e colocavam travestis, gays, lésbicas e demais sexualidades não heterossexuais em condições ainda mais perversas de violência e preconceito. Essa imprensa marrom, isto é também, repleta de sujeira⁵⁷, como sugerem Michele Lima e Patrícia Sampaio, protagonizava verdadeiras campanhas de higienização social.

⁵⁴GREEN, James. Op. cit., 2018, p. 70.

⁵⁵GREEN, James. Op. cit., 2018.

⁵⁶MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado**: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

⁵⁷De pesquisa realizada por Maíra Kubík Taveira Mano, encontrou-se a seguinte explicação para o termo: "No Brasil o termo surgiu como uma adaptação de "imprensa amarela" que circulava nos Estados Unidos. Segundo testemunha Alberto Dines em entrevista: "o que marcou o Diário da Noite foi a expressão 'imprensa marrom', que fomos nós que inventamos [...] A expressão imprensa marrom é brasileira [...] Eu arrumei a primeira página e o Calazans Fernandes entrou na redação fumando um charuto, ele era um garoto, mas fumava charuto, e me disse 'amarela? Mas na minha terra amarelo é uma cor alegre, cor de São João, não, põe marrom, marrom é feio, é merda!'. Então lançamos 'Imprensa marrom provoca suicídio'". MANO, Maíra Kubík Taveira. **Deserto verde, imprensa marrom**: o protagonismo político das mulheres nas páginas dos jornais. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <Maíra Kubik Taveira Mano.pdf (pucsp.br)>. Acesso em: 10 nov. 2022, p. 116.

[...] os jornais vão atuar como importantes agentes de controle social na medida em que, por meio de suas páginas, vão aproximar a “boa sociedade” da realidade de grupos sociais desqualificados na cidade. Ao mesmo tempo, esta estratégia de dar visibilidade ao grupo heterogêneo de indesejados desembocava em uma forma de monitoramento das instituições e agentes responsáveis pela manutenção da ordem urbana, ou seja, quanto mais estes “elementos perigosos” apareciam nos jornais, mais se demandava repressão⁵⁸.

Por isso, a luta se dava também no campo da intelectualidade, através da imprensa alternativa. Outra prática importante impulsionada pelo *Somos* foi caracterizada por um processo interno de discussão acerca dos impactos da discriminação nas vidas dos participantes do grupo. Discutia-se as questões relativas à homossexualidade partindo da experiência individual de cada um dos participantes, visando refletir a dimensão socialmente partilhada do preconceito⁵⁹.

Vinicius Ferreira e Igor Sacramento afirmam que junto ao Jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), o *Somos* foi responsável por imprimir o modelo de militância e orientar a agenda política do movimento homossexual nesses primeiros anos de sua organização política. Mas, ponderam que:

O pioneirismo e o protagonismo do *Somos* e do ‘*Lampião*’, na proposição de um modelo de militância que se implementaria nesses primeiros anos de movimento homossexual, colaboraram para que fosse criada em torno deles uma áurea de mito fundador da luta em prol das dissidências de gênero e sexualidade no país. Ferreira já demonstrou os riscos de se pensar e escrever a história por meio do estabelecimento desses mitos fundadores que parecem bastar para explicar, justificar e condenar. A complexidade dos acontecimentos históricos tende a ser desconsiderada nessas narrativas que produzem uma história generalista e totalizadora marcada por apagamentos⁶⁰.

Tanto o *Lampião da Esquina* como o grupo *Somos* souberam aproveitar do fenômeno comunicacional e da difusão midiática para o alcance de suas iniciativas⁶¹. Isso não significa negar ou reduzir a importância dessas organizações, trata, por outro lado, de evidenciar que a despeito da significativa atuação, as mesmas não atuaram isoladas. Em diferentes lugares do país, outros grupos também estavam se organizando politicamente naquele momento.

⁵⁸LIMA, Michele Pires; SAMPAIO, Patrícia Melo. Pederastas e Meretrizes: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1972). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, pp. 162-163.

⁵⁹GREEN, James. Op. cit., 2018.

⁶⁰FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor, Op. cit., 2019, p. 237.

⁶¹FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Op. cit., 2019.

Embora seja apontado por dezenas de monografias e trabalhos acadêmicos como um marco importante para a luta homossexual no país⁶², em consonância ao *Lampião da Esquina*, outros jornais também emergiram. Como nos mostram Ferreira e Sacramento, ao menos dez grupos ligados ao movimento LGBTQ+ produziram materiais jornalísticos à época:

[...] o ‘Gathó’ do Grupo de Atuação Homossexual, o ‘ChanacomChana’ e o ‘Informativo Associação Galf’ do Grupo de Ação Lésbico Feminista, o ‘Nós Também’ do Grupo Nós Também, o ‘Facção Homossexual’ do grupo Facção Homossexual ligado à Convergência Socialista, ‘Boletim do G.G.B’ do Grupo Gay da Bahia, o ‘Boletim Informativo do Grupo Dialogay’ do Grupo Dialogay, o ‘Triângulo Rosa’ do Triângulo Rosa, o ‘Jornal do Jatobá’ do Movimento de Emancipação Homossexual e o ‘Boletim Informativo LAMBDA’ do Movimento pela Livre Orientação Sexual⁶³.

É perceptível que articulada ao movimento político LGBTQ+ da época, esteve uma produção intelectual fortemente jornalística. Essa relação com a imprensa naquele contexto, também seria marcada por conflitos e tensões. A lista de agrupamentos organizados do período, aponta também para essa pluralidade do movimento LGBTQ+ que acabamos de ressaltar em linhas anteriores, com diferentes correntes e concepções ideológicas.

Ao longo de toda sua trajetória, o movimento LGBTQ+ foi intensamente heterogêneo e passou por profundas transformações, ganhando assim, uma dimensão nacional. Nascimento relata que é nesse período que se inicia no Brasil as organizações politizadas em formato de grupos.

Em contraste com as alternativas presentes nos chamados “guetos” e de algumas associações existentes em períodos anteriores ao seu surgimento, o movimento politizado buscava um confronto político ao regime vigente. No entanto, embora os grupos possuíssem características identitárias semelhantes, cada grupo do movimento mantinha suas peculiaridades⁶⁴.

Esses grupos se distinguiram em suas diferentes propostas, bem como na forma como entendiam e buscavam visibilidade para suas reivindicações e, nas suas correlações de força. Um debate sobre minorias, promovido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP, em fevereiro de 1979, contou com a participação pública de membros do *Somos* e demais grupos de afirmação homossexual e lésbica.

⁶²GREEN, James. Op. cit., 2018.

⁶³FERREIRA; SACRAMENTO, Op. cit., 2019, p. 237.

⁶⁴NASCIMENTO, Andrew. Op. cit., 2015, p. 72.

Como exemplo dos grupos impulsionados pelo evento na USP, podemos citar Eros, de São Paulo e o Libertos, de Guarulhos. Estes grupos compareceram, junto a outros sete grupos, no I Encontro dos Homossexuais Militantes no final do ano de 1979. Segundo o Grupo Gay da Bahia-GGB, além dos dois grupos mencionados, participava Somos/RJ, Auê/RJ, Somos/SP, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília, Grupo Lésbico Feminista/SP, Grupo de Afirmação Gay/Caxias e mais um representante de Belo Horizonte, futuro fundador do Grupo 3º Ata⁶⁵.

Entre as reivindicações do grupo estava a de incluir à Constituição Federal o respeito à orientação sexual e a luta para retirar “homossexualismo”⁶⁶ da lista das doenças mentais. Como dito anteriormente, esses movimentos, no entanto, eram heterogêneos e havia disputas, tensões e conflitos entre os mesmos. Algumas dessas tensões eram bem presentes na relação entre gays e lésbicas, o que resultaria, por exemplo, na formação do Grupo Lésbico-Feminista⁶⁷, indicando também o peso do marcador de gênero e das relações de poder no interior das organizações LGBT+.

As disputas internas do movimento levariam à fragmentação do Grupo *Somos* em São Paulo, ainda em 1979, dividindo-se em três grupos: o Grupo Lésbico-Feminista, mencionado anteriormente, Galf (Grupo de Ação Lésbico Feminista) e o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente denominado de “Outra coisa”⁶⁸.

Além dos embates no campo interno ao movimento, os conflitos também aconteceram ao nível do tensionamento entre as pautas relativas à diversidade sexual e a esquerda. Segundo Nascimento, do outro lado da arena política democrática, os grupos de esquerda manteriam seus parâmetros baseados na luta de classe enquanto classificariam a pauta da diversidade homossexual como uma “luta menor”, sem grande relevância política⁶⁹.

⁶⁵NASCIMENTO, Andrew. Op. cit., 2015, p. 74.

⁶⁶O sufixo “ismo” faz referência a doenças, como alcoolismo, tabagismo, etc. No século XX, a Organização Mundial de Saúde incluiu o homossexualismo na classificação das doenças internacionais, como distúrbio mental, porém, desde 1990 que a OMS retirou o termo desse rol, por compreendê-la um elemento da vida em sociedade e não uma anomalia genética. Assim, conforme explica Jonathan Ribeiro Moura “os homossexuais, atualmente, advogam que utilizar homossexualismo é reiterar o discurso médico que perdurou durante anos em que construiu uma visão de que homossexuais eram doentes. Já pessoas que não se atem à questão da memória, ou querem desqualificar a prática homossexual, usam sem problemas a palavra homossexualismo”. MOURA, Johathan Ribeiro. Da morfologia ao discurso: o caso do sufixo – ismo para denominar práticas homossexuais. **Revista Ribanceira**, Belém, n.15, p. 99-111, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/2139>. Acesso em: 12 nov. 2022. Atualmente, é bastante comum que os termos homossexualidade ou homoafetividade sejam considerados os mais adequados para se referirem à orientação sexual e às práticas afetivas dos sujeitos que se relacionam afetiva ou sexualmente com pessoas do mesmo gênero.

⁶⁷NASCIMENTO, Andrew. Op. cit., 2015.

⁶⁸NASCIMENTO, Andrew. Op. cit., 2015, p. 75.

⁶⁹NASCIMENTO, Andrew. Op. cit., 2015.

Soma-se a isso, de acordo com Green, os preconceitos percebidos entre os próprios militantes de esquerda e internalizados até mesmo entre os mais radicais defensores da democracia.

Olhando para trás, eu entendo as razões pelas quais outras pessoas influentes no Grupo Somos tinham uma resistência ferrenha contra as esquerdas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970. Cito apenas o exemplo de Herbert Eustáquio de Carvalho, conhecido como Herbert Daniel, um estudante de medicina e membro de uma organização que adotou a estratégia da luta armada para derrubar a ditadura militar/ Ele sentia o clima pesado da heterossexualidade compulsória dentro das esquerdas quando começou a participar do movimento estudantil em 1966 e optou por reprimir a sua (homo)sexualidade para conformar às normas de sua organização e aos padrões de gênero e sexualidade da esquerda e da sociedade em geral. Durante cinco anos, ele se manteve em celibato enquanto se apaixonava por outros militantes de sua organização e sofria porque pensava que não podia concretizar o amor e desejos que sentia. As organizações que se opuseram a ditadura em geral eram muito conservadoras, senão reacionária, sobre questões de sexualidade e comportamentos não-normativos. Nos anos da abertura entre 1974 1985, muitas pessoas apostavam nas possibilidades de transformações sociais em relação à questão da discriminação aos homossexuais não conseguiram entender que, justamente neste momento do ocaso da ditadura, as esquerdas também faziam parte deste processo socio-cultural e também viviam processos de transformação⁷⁰.

Os espaços de militância política não estão livres de reproduzirem os estigmas e preconceitos sociais. Segundo Moura, isso se dá porque, mesmo existindo grupos de resistência em luta pela transformação da sociedade, as estruturas materiais que mantêm a ideologia racista, machista e LGBTfóbica, não foram alteradas. Os valores culturais de uma época estão assentados sob bases materiais concretas e muito mais profundas. Não se trata apenas de uma cultura por si mesma, mas de uma cultura orientada por uma ideologia que a sustenta, e no caso da sociedade brasileira, é a exploração de uma classe sobre outra. Em consonância com esse autor:

Entendemos que o campo da esquerda tem, potencialmente, a capacidade de questionar a exploração e a opressão que estruturam a sociabilidade capitalista, mas isso não significa, mecanicamente, a adesão imediata, total e irrestrita de todos os sujeitos que o compõe, haja vista que a ideologia dominante, apesar das investidas contra-hegemônicas promovidas por sujeitos individuais e coletivos, permanece forte e legitimada socialmente. O rompimento com os preconceitos, mediante a mudança nas atitudes individuais, é extremamente relevante, contudo, é imprescindível tecer forças e construir alianças na alteração das bases que estruturam socialmente as

⁷⁰GREEN, James. Op. cit., 2018, p. 69.

opressões, o que passa, necessariamente, por questionamentos individuais. São dimensões, portanto, complementares e indissociáveis⁷¹.

Deste modo, socializados dentro de uma sociedade que nega constantemente o reconhecimento a diversidade, os militantes, que também foram homens de seu tempo, não estiveram isentos à reprodução dessas ideias, sejam eles de direita ou de esquerda. Isso não significa justificar os preconceitos e a violação aos direitos dessa população, mas compreender dentro de uma perspectiva de totalidade, os elementos que sustentam essas práticas até mesmo nos espaços que buscavam questionar a lógica de exploração e opressão que estruturam a sociedade.

1.3 OS LIMITES DA DEMOCRACIA E OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT+

Os primeiros anos da década de 1980 foram marcados por um recrudescimento geral do movimento LGTB+, associado via de regra, à epidemia da *aids*, que de maneira preconceituosa foi atribuída à homossexualidade e denominada de “peste *gay*”⁷². De acordo com Nascimento, em 1985, último ano de vigência do regime militar, existiam no Brasil apenas cinco grupos em atividade, a saber: o Grupo *Gay* da Bahia e o Adé Dudu, na Bahia; o Atobá e o Triângulo Rosa, no Rio de Janeiro; e Galf, em São Paulo. Essa informação é reforçada por Facchini por meio dos relatórios sobre os encontros nacionais do movimento homossexual⁷³.

No campo da ação política, Iago Moura relata que essa situação “provocou uma desmobilização dos grupos homossexuais e muitas lideranças do movimento se voltaram para a luta contra a *Aids*”⁷⁴. Por outro lado, Luana Molina aponta que a epidemia, por mais trágica que fosse, abria espaços para que temas como sexualidade e gênero fossem discutidos na sociedade⁷⁵.

No entanto, como nos faz refletir Alexandre Ferrari Soares, esses espaços de discussão não foram, geralmente, ocupados pelos próprios homossexuais, que relegados historicamente a um silêncio imposto, não só foram lançados às margens da heterossexualidade como também colocados sob os estereótipos de criminoso-pecador-doente. Tido como grupo alvo portador do vírus, a construção da epidemia AIDS nos discursos médicos, religiosos, jurídicos, na imprensa

⁷¹ MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 135.

⁷² MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

⁷³ NASCIMENTO, Andrew. Op. cit., 2015.

⁷⁴ MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 24.

⁷⁵ MOLINA, Luana. Op. cit., 2011.

brasileira e no imaginário social foi acompanhada por um intenso julgamento moralista em torno da homossexualidade, tendo sido estabelecida uma relação direta entre o vírus e os considerados grupos de risco, dentro dos quais o homossexual constituía figura primordial⁷⁶.

Assim, a AIDS não se tratava de uma epidemia apenas, mas sua construção se deu também no campo discursivo, sendo apropriada estrategicamente por parte dos setores conservadores e religiosos da sociedade para propagar a ideia de pecado em torno da homossexualidade, buscando convencer os homossexuais a redimir-se da sua condição e tornar-se heterossexual.

O discurso jornalístico teve papel fundamental nessa construção de sentido entre o homossexual e a AIDS, pois difundia, sob uma pretensa ilusão de neutralidade e veracidade etc., os discursos religioso e médico que sustentaram como sendo própria do homossexual e de seu estilo de vida, a responsabilidade pela doença e por sua propagação⁷⁷.

Ainda que envolta em preconceitos e discriminações, a epidemia se inseriu de forma patente na agenda política da época e, impeliu os diferentes grupos sociais e setores da sociedade civil a falarem mais abertamente sobre a homossexualidade, o que conferia maior visibilidade homossexual.

Desta maneira, fortalecendo-se frente à sociedade, os grupos e as associações voltadas à homossexualidade ganham visibilidade aproximando o Movimento Gay do Estado Nacional, por meio de políticas públicas voltados a contenção do vírus HIV. Anderson Ferrari pontua que a multiplicação dos movimentos *gays* organizados estaria evidenciando uma nova postura dos homossexuais e, conseqüentemente, uma nova relação entre cultura, sociedade e indivíduos. Esse seria um espaço de extrema importância na luta por direitos, por visibilidade, por emancipação, por justiça e principalmente por uma educação mais formal, com relação à AIDS, que em seu início atingiu, sobremaneira, a comunidade homossexual masculina⁷⁸.

Assim, a necessidade de buscar respostas efetivas provocou uma reestruturação do movimento LGBT+ no Brasil, em maior diálogo com as instituições socio estatais. Facchini explica que nos anos de 1980, no tocante à diminuição significativa na quantidade de grupos, outras formas de militância também significativas influenciaram os movimentos contemporâneos. Deste modo, [...] “a atuação passa a ser vista de modo mais pragmático,

⁷⁶SOARES, Alexandre. Sebastião Ferrari. A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990). **Fragmentum**, Santa Maria, n. 29, p. 13-20, abr./jun., 2011.

⁷⁷Ibidem, p. 20.

⁷⁸MOLINA, Luana. Op. cit., 2011, p. 955.

voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais, e há menor resistência à institucionalidade”⁷⁹.

Nesse contexto, conforme discute Iago Moura, destacam-se dois grupos de resistência LGTB+, sendo eles o Grupo *Gay* da Bahia (GGB) e o grupo Triângulo Rosa, por protagonizarem “uma importante campanha junto à Assembleia Constituinte, pela inclusão da proibição de discriminação por “opção sexual”, corretamente substituída por ‘orientação sexual’”⁸⁰.

Ainda na década de 1980, uma campanha nacional, articulada também pelo Grupo *Gay* da Bahia – GGB de Salvador, pretendia a eliminação do código do INPS do item 302.0, que classificava a homossexualidade como doença, reunindo não apenas pessoas LGTB+ como também, uma parcela representativa que não pertencia a esses grupos. Paralelo a isso, destaca-se o abaixo assinado que contou com o apoio de associações e figuras de prestígio no mundo científico, artístico, político e cultural, o qual foi importantíssimo para a visibilidade das pautas, além do movimento promover passeatas e atos públicos⁸¹.

Os partidos políticos que até então não se mostravam envolvidos com a causa, diante do crescimento e da visibilidade que alcançava os movimentos LGTB+, buscaram demonstrar sua preocupação às questões discriminatórias. Importa, ainda, fazermos uma breve colocação sobre a participação do Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Isso porque, de acordo com Maria Gama⁸², muito embora a reivindicação de incluir na Constituição Cidadã a criminalização da discriminação por orientação sexual não tenha sido atendida pelo Congresso, a participação desse grupo na Constituição suscitou discussões sobre as violências e discriminações a que estavam expostos os homossexuais no país, além disso, abriu caminhos para um percurso de lutas das minorias sexuais no cenário político brasileiro.

O porta-voz do movimento na Constituinte foi o militante João Antônio Mascarenhas, fundador do Triângulo Rosa, grupo de militância homossexual surgido em 1985, no Rio de Janeiro, e que teve, segundo Gama, “proeminência na articulação do Movimento Homossexual Brasileiro em torno da Constituinte”⁸³.

⁷⁹FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009, p. 138.

⁸⁰MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 103.

⁸¹NASCIMENTO, Andrew. Op. cit., 2015.

⁸²GAMA, Maria Clara Brito. O Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte.

Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, Cuiabá, v. 04, n. 14, p. 82-108, mai./ago., 2021. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12155>><https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12155>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

⁸³Ibidem, p. 88.

Foi a primeira vez que um militante homossexual se apresentou como tal para discutir frente ao parlamento as questões do movimento. A demanda do MHB visava a alteração do artigo 153 da Constituição Federal de 1969 que punia o crime de preconceito de raça. Caso a demanda fosse atendida, o novo texto constitucional acrescentaria à sua redação a expressão orientação sexual. Entre os 22 parlamentares que saíram em defesa da reivindicação, quatro eram deputadas feministas: Benedita da Silva (PT/ES), Raquel Cândido (PFL/RO), Rita Camata (PMDB/ES) e Wilma Maia (PDS/RN). Já entre os opositores à reivindicação do MHB se destacaram os parlamentares de pertencimentos religiosos, como pastores evangélicos e católicos. Eles se valeram de argumentos de cunho moral e religioso e trataram a homossexualidade como um comportamento desviante do que Deus havia preparado para os seres humanos.

Além de recusarem qualquer menção à homossexualidade no texto constitucional, alguns opositores à demanda do MHB manifestaram receio em relação à aceitação de tal reivindicação. Isto por temerem a abertura de precedentes à conquista de outros direitos por parte dos homossexuais, como o direito ao casamento, por exemplo⁸⁴.

Do outro lado da arena política, parlamentares defendiam que assim como as mulheres, os deficientes e demais grupos marginalizados na sociedade, os homossexuais eram cidadãos de direitos, que contribuíam da mesma forma e deveriam ser respeitados igualmente. Sua condição de vulnerabilidade social demandava do Poder Público ações efetivas para proteção jurídica. Assim, por mais que a reivindicação não tenha passado, é inegável que a participação do MHB funcionou como um motor para que outros grupos também se organizassem em defesa dos seus direitos e, visando participar dos processos políticos.

A força desse movimento só pode ser apreendida se considerarmos também o contexto no qual ele se desenvolveu. O processo de redemocratização não significou uma ruptura total com forças políticas de orientação conservadora. Na verdade, essas estiveram ativamente à frente dos processos institucionais, uma vez que, o objetivo sempre foi uma transição moderada para o regime democrático.

Sobre esse contexto é importante destacar que a direita tradicional conquistou seu ápice nos países de forte economia a partir do final da década 1970 e início de 1980. Foram expoentes de governos de direita nessa época o Reino Unido, sob o comando de Margaret Thatcher (1979-

⁸⁴Ibidem, p. 101.

1990), e os Estados Unidos, a partir das eleições de Ronald Reagan (1981-1989), consagrando dessa forma a era conservadora.

Tradicionalmente a direita liberal na Europa e nos Estados Unidos esteve associada ao projeto de desregulamentação dos mercados e de redução – ou extinção, para os seus setores mais radicais – da intervenção do Estado na economia. Esteve associada também aos princípios liberais de democracia representativa, ou seja, participação dos cidadãos, mas limitada aos períodos eleitorais⁸⁵.

Na América Latina uma antiga direita tradicional assumiu um contorno mais moralizante, ligado à religião católica, e ainda mais autoritária, sobretudo, com a ascensão de governos militares a partir da década de 1960. No Brasil, sua hegemonia se deu com o golpe militar de 1964, que se encerrou junto com o colapso de outros regimes ditatoriais espalhados pelo continente. Todavia, apesar de decretado a queda do regime na década de 1980, sua influência política, ao menos neste país, persistiria.

Conforme nos explica Elsie Lenardão⁸⁶, durante a década de 1990, o governo de Fernando Henrique encontrou respaldo político nessa direita tradicional, situada em partidos como PFL, PTB e setores do PMDB, para implementar políticas antipopulares de agenda neoliberal. Embora Fernando Collor de Melo tenha iniciado a implementação do programa neoliberal, ficou à cabo de Fernando Henrique Cardoso estruturar um governo capaz de enfrentar as pressões de setores das classes populares e colocar em prática tal agenda.

Em tese, as características do programa neoliberal parecem exigir dos agentes políticos um comportamento previsível, realizado dentro das regras do jogo vigentes, sem sobressaltos. Volta-se para medidas que visam transferir para a iniciativa privada atividades antes estatais e que, ao mesmo tempo, buscam centralizar as decisões relevantes sobre a macroeconomia nacional, inclusive as decisões sobre o destino do fundo público. E, principalmente, com o objetivo de que os agentes deveriam respeitar a nova ordem fiscal ajustada a uma política econômica subordinada aos compromissos com a dívida pública do Estado. Portanto, comportamento austero e cioso da responsabilidade fiscal e dos recursos "limitados" disponíveis às unidades da federação e aos municípios⁸⁷.

⁸⁵ CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ; Sebastião Velasco; CODAS, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 117.

⁸⁶ LENARDÃO, Elsie. A relação entre "modernização" neoliberal e práticas políticas "atrasadas" no Brasil dos anos 1990. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 197-214, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/F4ZSgN94CSm8mSPn5X8jkXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 201.

Essa dinâmica austera impôs que políticas do Estado voltadas ao atendimento das demandas sociais sejam deixadas para um segundo, ou até mesmo terceiro, plano. Temas como desigualdades sociais, problemas ambientais, reforma agrária e direitos civis ficaram estreitamente subordinados ao objetivo central do governo de direita, que é a gestão macroeconômica. Entre as principais políticas adotadas pelo então Presidente da República de arrefecimento das lutas da classe trabalhadora, estiveram

[...] uma “reforma branca” na legislação trabalhista que implicou em fragilização de direitos e da força da pressão popular; desprezo e desqualificação de suas entidades de representação; rebaixamento de direitos sociais; e a opção por programas sociais assistencialistas de acentuado perfil clientelista⁸⁸.

Para operacionalizá-las, optou-se por um pacto conservador, reunindo às fileiras de seu governo velhas oligarquias políticas brasileiras, acostumadas com práticas clientelistas e autoritárias. Em todo esse cenário houve disputa pelas políticas públicas voltadas ao LGBTQ+. Em 1995 foram encaminhados para o Congresso Nacional dois projetos de leis, referentes à união civil entre pessoas do mesmo sexo e outro acerca da mudança de prenome para transexuais que se submeteram aos procedimentos cirúrgicos. Todavia, assim como outras, essas também não chegaram a ser aprovadas, devido à forte influência de setores conservadores na linha de frente desse governo direitista⁸⁹. Não obstante, isso não impediu que o II Plano Nacional de Direitos Humanos (2002), ainda no governo FHC, trouxesse a primeira referência à comunidade LGBTQ+, no que previa o direito à livre orientação sexual, bem como proibia a discriminação⁹⁰.

Na década seguinte, houve um movimento de virada na política latino-americana, de modo que governos progressistas ascenderam em diversos países, conforme listam Adriano Codato et al.:

[...] vitórias de Lula da Silva (2002; 2006) e Dilma Rousseff no Brasil (2010; 2014), de Michelle Bachelet no Chile (2006; 2014), Néstor (2003) e Cristina Kirchner (2007; 2011) na Argentina, José Mujica no Uruguai (2010), Evo Morales na Bolívia (2006), Hugo Chávez (1999; 2001; e 2007) e Nicolás Maduro (2012) na Venezuela e Rafael Correa no Equador (2007) [...] Governos de democracias mais consolidadas, como Brasil, Uruguai e Chile, foram classificados como “esquerda moderada”; já seus pares na Venezuela,

⁸⁸Ibidem, p. 200.

⁸⁹IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; LACERDA, Milena Carlos. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos lgbti no brasil sob ascensão do bolsonarismo. In: IRINEU, B. A. et al. (Orgs.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 98-115.

⁹⁰Idem.

Equador, Argentina e Bolívia foram enquadrados dentro da terminologia de “esquerdas populistas” ou “radicais”⁹¹

No cenário nacional, os governos petistas de Lula e Dilma tentaram emplacar políticas populares no que tange à redistribuição de renda e redução das desigualdades sociais, bem como, políticas socioeducativas e culturais. Contudo, isso também não significou um arrefecimento total das direitas no Brasil, elas nunca chegaram nem perto de deixar de existir. Não obstante, no tocante às pautas LGBT+, membros e lideranças passaram a ocupar gradativamente os lugares da política formal, como palanques em comícios de forças partidárias aliadas. Como informa Facchini, “nos anos 1990, já havia setoriais LGBT no PT e no PSTU e, nos anos 2000, começaram a se organizar setoriais e ações de políticas públicas e de parlamentares, bem como candidaturas LGBT, em vários outros partidos”⁹².

Todavia, mesmo com o retorno do Estado Democrático, a violação aos direitos humanos das pessoas LGBT+ seguiu a pleno curso. Se a visibilidade LGBT+ atraía a atenção dos partidos democráticos, também crescia a ira e a vigilância por parte dos setores conservadores da sociedade. Pode-se pensar que, possivelmente, a maior visibilidade, somada à reivindicação por direitos, levava parcelas conservadoras da sociedade a se posicionarem em resposta negativa aos avanços, buscando retroceder com as pautas que vinham ganhando espaço no cenário político brasileiro.

Em 1987, em meio ao auge da epidemia da Aids, o prefeito Jânio Quadros, com o apoio das polícias Civil e Militar, iniciou a Operação Tarântula. Novamente, o objetivo era atacar a população de travestis e transexuais com o pretexto de combater a doença. Em contrapartida, a grande novidade de Jânio Quadros foi utilizar a Guarda Civil Municipal, para prender travestis que realizam o *trottoir*, e o Corpo de Bombeiros, para jogar jatos d’água. Além disso, o prefeito proibiu por decreto municipal a participação de homossexuais na Escola Municipal de Bailado⁹³.

Facchini ressalta que nos anos de 1990 assistiu-se a um aumento exponencial da preocupação com o tema da sexualidade, inclusive no campo de pesquisa acadêmica. Temáticas como direitos humanos e saúde invadiram essas produções, como resposta à visibilidade

⁹¹ CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ; Sebastião Velasco; CODAS, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 118.

⁹²FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009, p. 148.

⁹³OCANHA, Rafael. Op. cit., 2018, p. 89.

alcançada pela epidemia do vírus HIV, mas também muito em razão das pautas feministas que naquele momento emergiam na agenda política sob a perspectiva de “saúde reprodutiva”⁹⁴.

É nesse contexto epidêmico que, segundo a autora, surgiram as primeiras políticas públicas cujo foco seriam os homossexuais.

O primeiro documento oficial do Brasil a reconhecer publicamente *homossexuais* no campo da promoção dos direitos humanos é o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996. Com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), em 2001, e a elaboração do PNDH II, em 2002, são incluídas algumas ações direcionadas a LGBT.⁹⁵

Não obstante, embora tenha sido o primeiro documento a tratar expressamente sobre as políticas voltadas aos homossexuais, não se pode deixar esquecer que os alicerces constitucionais, ligados à garantia dos direitos fundamentais e aos princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade e liberdade foram produzidos ainda na Constituinte.

O movimento parecia deslocar-se das margens do centro e ganhar cada vez mais os espaços da política formal. Deste modo também, a linguagem política e práticas de resistências utilizadas durante as décadas anteriores pelos sujeitos LGBT+, tiveram de se adequar às instâncias estatais, resultando na evidente definição das identidades que comporiam esse setor e para quais delas as políticas públicas seriam orientadas. Destarte, intensificaram-se as disputas internas dentro do movimento LGBT+ por visibilidade⁹⁶.

Lésbicas, transexuais, travestis e bissexuais colocaram em xeque a preponderância das pautas *gays*, questionando a associação do movimento a uma dada versão das homossexualidades e reivindicaram seus protagonismos no interior da luta⁹⁷. Com relação ao movimento de transexuais e travestis, “as particularidades da condição trans frente à homossexualidade, ensejando, inclusive, a exposição do segmento T a um maior nível de violação de direitos sociais e humanos, motivaram a organização política desses sujeitos”⁹⁸.

No que diz respeito ao movimento LGBT+ de forma geral, a partir de fins da década de 1990, e mais especificamente nos anos 2000, esse movimento passou por um formato mais institucionalizado, com diversas iniciativas de parcerias entre a sociedade civil e poder público, sendo preponderante nesse contexto, a consolidação de modelos mais próximos das ONGs –

⁹⁴FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009, p. 136.

⁹⁵Idem.

⁹⁶FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Op. cit., 2019.

⁹⁷ FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Op. cit., 2019.

⁹⁸MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 106.

Organizações não-governamentais -, que passariam a ganhar maior visibilidade frente aos movimentos sociais⁹⁹.

Sobre esse processo, Facchini explica:

A partir de 2000, há um processo de multiplicação de redes nacionais. Todas as redes atualmente existentes estão implicadas numa delicada trama que envolve não apenas o reconhecimento de *especificidades*, mas também relações políticas que estabelecem quem pode falar em nome do movimento ou de que parcelas dele, em qual momento. No que diz respeito ao âmbito interno dos grupos, há uma crescente aproximação do modelo ideal das ONG esboçado por Rubem César Fernandes (FERNANDES, 1985) e suas implicações em termos de redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes dentro de um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e atores internacionais¹⁰⁰.

De acordo com Iago Moura, tal reconfiguração se deu em um contexto de forte ofensiva do neoliberalismo e agravamento da precarização da vida do trabalhador e ocorre em todos os setores da sociedade. Explana que

O momento sócio-histórico neoliberal reforça a lógica da sociedade civil como principal provedora das necessidades da população, atribuindo aos sujeitos uma solidariedade inata, o que acaba por desresponsabilizar o Estado do atendimento às múltiplas expressões da questão social¹⁰¹.

O autor reitera que, nessa conjuntura, o processo de despolitização das lutas sociais foi acompanhado justamente pela proliferação de ONGs que, com efeito, passaram a assumir o lugar dos movimentos sociais, provocando graves retrocessos nos rumos dessas lutas.

A transformação de alguns movimentos sociais em ONGs implicou na redução de autonomia daqueles, pois a lógica de financiamento das ações pelo poder público ou por organismos do grande capital busca despolitizar as bandeiras de lutas desses movimentos e aprovar ações e projetos que estejam sintonizados com a perspectiva ideológica destes mantenedores. As ONGs,

⁹⁹MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹⁰⁰FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009, p. 141.

¹⁰¹MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 94.

portanto, são constituintes de uma nova forma despolitizada e desmobilizante de fornecer respostas às múltiplas expressões da questão social¹⁰²

Seguindo essa linha argumentativa, para Iago Moura, tais entidades não-governamentais não emanam com uma proposta de transformação das estruturas sociais, mas atuam, por outro lado, no sentido de manter a ordem vigente, orientadas “por uma teia ideológica que intenciona difundir a ideia de uma sociedade civil sem conflitos, na qual deve imperar uma colaboração de classes”¹⁰³.

Em linha semelhante, Facchini aponta que a difusão e o crescimento de organizações institucionalizadas, bem como a aproximação com os atores governamentais que se deram em consonância a um afastamento sistemático da militância e das lideranças dos movimentos LGBT+ de sua base.

Com a possibilidade de atuar diretamente com direitos humanos, parte das organizações tem deixado a interação face a face formal e sistemática nos locais de sociabilidade LGBT para atuar na *incidência política* junto a parlamentares, técnicos e gestores governamentais [...] toda a valorização das estratégias de *incidência política* ou *advocacy* (que se assenta sobre as dificuldades de avançar no campo legislativo e a possibilidade de dar suporte a políticas públicas a partir do apoio do legislativo) colabora para uma aproximação entre a linguagem ativista e aquela própria da política praticada no âmbito do Estado. Essas mudanças, no entanto, implicam uma ameaça: que os ativistas – e, conseqüentemente, o movimento – estejam cada vez mais aptos a dialogar com o Estado e com atores no cenário internacional, mas mais distantes de sua “base”¹⁰⁴.

Esse processo de institucionalização esteve relacionado às expectativas do movimento de que por meio das redes construídas, se ampliassem as possibilidades de angariar recursos para a realização de atividades, o que na prática tem sido muito difícil, em razão da escassez de investimentos públicos alocados para o setor. Iago Moura tece sua crítica à institucionalidade democrática burguesa a que se submetem os movimentos LGBT+, tendo em vista que de acordo com o autor, a visibilidade, apesar de um instrumento necessário, não pode ser entendida como a única estratégia do movimento. Nesse sentido, o autor defende ser necessária formação política e articulação com os demais coletivos alinhados com a superação do capitalismo, sistema que se sustenta na exploração e alimenta as desigualdades, opressões e discriminações. Enquanto as conquistas são condicionadas exclusivamente ao campo judiciário formal,

¹⁰²Ibidem, p. 95.

¹⁰³Idem.

¹⁰⁴FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009, p. 143.

recriando uma noção falaciosa de cidadania plena, o Estado segue se eximindo da sua responsabilidade de garantir à população o direito fundamental à vida ¹⁰⁵.

Não obstante, a formação de redes de apoio, associações formalmente registradas, setoriais de partidos políticos, grupos de pesquisa e a organicidade que se desdobrou a partir da década de 1990, com relação ao tema da homossexualidade e, sobretudo, à *aids*, representou naquele momento, a retomada do ativismo pelos direitos dos homossexuais, bem como se observou o crescimento na quantidade de grupos e organizações vinculados a essas pautas. De acordo com Facchini, o movimento LGBTQ+ não só cresceu em quantidade e diversificou em formatos institucionais, como também ampliou sua visibilidade, suas correlações de força e participação nos espaços públicos¹⁰⁶.

Desse processo também resultaram outras iniciativas, como a construção de Frente Parlamentares, a proposição de projetos de leis e a consolidação de associações profissionais em defesa dos direitos da população LGBTQ+¹⁰⁷. A visibilidade pública foi acompanhada pelo processo de reafirmação por parte dos indivíduos ligados a essa luta, sendo cada vez mais complexas as especificidades expressas no interior do movimento.

As primeiras décadas dos anos 2000 têm sido marcadas por manifestações mais expressivas de reconhecimento das pautas LGBTQ+, no âmbito das políticas públicas e nos programas de governo.

A partir de 2003, a articulação entre LGBTQ e direitos humanos ganha novo impulso: 1) com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que passa a ter status de ministério e incorpora o CNCD, como instância de participação e controle social; e 2) com a designação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate à homofobia, que deu origem ao “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” em seu formato interministerial¹⁰⁸

Em 2008 foi realizada de forma inédita a I Conferência Nacional de *Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais*, *Travestis* e *Transexuais*, à época GLBT¹⁰⁹, precedida de reuniões regionais e

¹⁰⁵MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹⁰⁶FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009.

¹⁰⁷FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009.

¹⁰⁸FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009, p. 136.

¹⁰⁹Após plenária final, ficou decidido que a sigla passaria a ser LGBTQ, como uma forma de garantir maior visibilidade lésbica dentro do movimento. ARAGÃO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 46, p. 279-310, abr., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/shTK9D4ZqD4cnrkr6QMhJpL/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

estaduais¹¹⁰. A Conferência foi convocada por meio de um decreto presidencial em novembro de 2007, determinando que sua organização ficaria a cargo da chamada Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ademais, o evento deveria ser composto por 60% de delegados representantes da sociedade civil e 40% de delegados do governo, escolhidos através de eleições realizadas durante as conferências estaduais¹¹¹.

Cerca de 10 mil pessoas participaram do conjunto de Conferências Estaduais, resultando em um quadro total de 510 propostas, debatidas e complementadas pelo nacional. A abertura do evento contou com a participação do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além de outras figuras políticas e lideranças do movimento, que discursaram para o público, causando impactos na mídia e no próprio movimento LGBTQ+¹¹².

Com a temática “Direitos Humanos e Políticas Públicas”: o caminho para garantir a cidadania de *Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais*, *Travestis* e *Transexuais*”, conforme documento da época, o objetivo da Conferência perpassava por dois eixos principais: o primeiro, propor as diretrizes voltadas a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de *Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais*, *Travestis* e *Transexuais*; e o segundo avaliar e propor as estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia¹¹³.

É com base nessa retomada histórica aos processos de formação e consolidação do Movimento LGBTQ+ no Brasil, que passamos a analisar a seguir, mais especificamente, o objeto desta pesquisa, por intermédio da trajetória histórica do movimento LGBTQ+ em Mossoró/RN. Como visto, esse movimento foi marcado por uma pluralidade de grupos locais, articulados a diferentes perspectivas ideológicas e políticas. Embora ligados a uma “causa” mais ampla dessa população, podem ser distinguidos quanto ao formato de sua organização e ao entendimento acerca de como deve ser desenvolvidas as lutas LGBTQ+.

1.4 CONTEXTO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO LGBTQ+ EM MOSSORÓ/RN

Todos os esforços investidos pela comunidade LGBTQ+ para a conquista e gozo de seus direitos trouxeram nos últimos anos avanços importantes, principalmente, no campo jurídico, no que diz respeito ao conjunto normativo de leis de proteção e garantias dos direitos ao grupo.

¹¹⁰FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009.

¹¹¹ARAGÃO, Silvia. Op. cit., 2016.

¹¹²FACCHINI, Regina. Op. cit., 2009.

¹¹³Documento disponível em:

<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?infoid=3541&sid=3&UserActiveTemplate=_BR>. Acesso em: 08 nov. 2022.

Em 2011 foi instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT+, objetivando promover, ampliar e garantir o acesso a saúde por parte dessa população¹¹⁴.

Nesse mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor da união homoafetiva no Brasil. Posteriormente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução de nº 175, de 14 de maio de 2013, proibindo cartórios de se negarem a realizar casamento civil ou conversão de união estável entre pessoas LGBT+. Em seguida, o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, dispôs sobre o nome social e instituiu o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública. Em 2019, o STF estendeu a tipificação prevista para os crimes de racismo à discriminação por orientação sexual.

Mais recentemente, no ano de 2020, o STF decidiu que homens homossexuais e bissexuais podem fazer doação de sangue. Se no campo das leis têm-se avanços significativos, nota-se que na prática, ainda permanecem inúmeros desafios quanto aos encaminhamentos e a efetividade dessas políticas. O reconhecimento legal tem sido constantemente acompanhado de retrocessos, manifestações de ódio, intolerância e violência contra os grupos LGBT+.

Mesmo após a criminalização da homofobia, o Brasil segue, há treze anos, como o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo. Além disso, conforme aponta Moura

Enquanto alguns países implementaram direitos sociais para a população LGBT, no Brasil os direitos civis para esse público continuam a ser um desafio. Como exemplo, temos: a ausência de proibição pela própria Constituição da discriminação por orientação sexual e a garantia da união estável para casais do mesmo sexo que ainda não se concretiza como lei, apenas como entendimento jurídico¹¹⁵.

A despeito das conquistas regulamentadas em documentos e resoluções, o que se observa são constantes obstáculos para a materialização desses dispositivos em contato com a realidade concreta. O conservadorismo, cujo expoente maior na sociedade ainda são os setores religiosos, e a escassez dos recursos governamentais, são apontados como principais óbices à garantia dos direitos dessa população.

O cenário de massacres que acomete a população LGBT+, e que no Brasil toma dimensões de extermínio dessa comunidade, e mais especificamente de pessoas transexuais e travestis, não pode ser desassociado do momento de banalização da própria vida humana

¹¹⁴FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Op. cit., 2019.

¹¹⁵MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 109.

promovida por uma sociedade capitalista que eleva as relações de desigualdades aos diferentes níveis e segmentos sociais, carregando em suas bases o desrespeito às experiências de determinados grupos considerados fora dos padrões heteronormativos impostos como legítimos na sociedade¹¹⁶.

Do outro lado da arena política, grupos de resistência LGBTQ+ se articulam por todo o país, cobrando respostas efetivas do Estado quanto ao combate à violência LGBTQfóbica e garantias dos direitos dessa população no país. Em Mossoró/RN esses movimentos, impulsionados por lutas nacionais e pelas demandas locais, também têm se articulado nos últimos anos. Dois deles se destacam: o Divergen e a rede DêBandeira.

As lutas em defesa pela incorporação dos temas de gênero e sexualidade nas escolas públicas através dos Planos Municipais de Educação, que vinham ocorrendo no ano de 2015 em diversas cidades brasileiras, contaram amplamente com a participação de ambas as organizações. As disputas, à época, foram acirradas, já que a Câmara de vereadores se mostrou bastante conservadora e resistente às propostas, uma vez que, alegavam, no geral, que tais mudanças influenciariam de forma negativa as crianças e adolescentes¹¹⁷.

Existe pouco material produzido sobre o movimento LGBTQ+ na cidade de Mossoró, e especificamente, acerca de suas organizações políticas. O único trabalho acadêmico encontrado até o momento sobre o assunto foi a dissertação de Iago Moura, por meio da qual é possível conhecer sumariamente a trajetória desses grupos, além das suas pautas e táticas de lutas. O autor, que também é ativista da causa LGBTQ+, e membro da rede DêBandeira, entrevistou outros sete ativistas, sendo quatro de sua organização e três do Divergen.

O Divergen surgiu a partir dos debates empreendidos por um grupo de estudos da Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFERSA, o GEDIC, que segundo o pesquisador Iago Moura, foi responsável por fomentar em alguns dos seus participantes a necessidade de se organizarem politicamente, visando a construção de ações em defesa da diversidade sexual e de sexo. Esses sujeitos apresentavam expectativas e motivações próprias referentes à opressão que vivenciavam por serem LGBTQ+, e mais especificamente nesse grupo, integrando também uma mulher heterossexual que percebia a opressão por parte de um familiar¹¹⁸.

Nas palavras de Iago Moura:

¹¹⁶MOURA, Iago Henrique Fernandes de Sousa. “**Estamos em plena construção**”: Movimento LGBTQ em Mossoró-RN entre ousadias e desafios. 2017. 224 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2017.

¹¹⁷MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹¹⁸MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

A necessidade de debater as questões relacionadas à diversidade sexual e opressão sentida na sociedade, e mais especificamente na universidade, foram motivações fundamentais para a criação do coletivo Divergen. Nesse sentido, debater a pauta LGBT e promover ações concretas para o combate às violações aos direitos desse público necessitava de representatividade, situação que levou alguns(as) universitários(as) a buscarem organizar-se politicamente no âmbito da UFERSA¹¹⁹.

A construção do Divergen partia da necessidade de se desenvolver ações políticas, através de projetos e demais instrumentos, que pudessem ir para além do contexto da universidade. Foi a partir da inserção desse coletivo em um projeto de extensão, que começaram a ser elaboradas as ações que ultrapassaram os muros da UFERSA. Tal iniciativa permitiu ao grupo levar o debate sobre a diversidade sexual e de sexo ao espaço rural e a manter, por meio da participação de um evento a nível nacional, uma articulação com um coletivo de outra cidade¹²⁰.

Esse canal de diálogo foi importante para a organização do XII Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS), no qual o Divergen se colocou à frente de sua organização. O evento que aconteceu em Mossoró é retratado por Iago Moura como um momento histórico sobre a diversidade sexual e de gênero na cidade, ocorrendo entre os dias 12 e 16 de dezembro de 2014¹²¹. O ENUDS encontrou muito movimento contrário por parte de setores conservadores da Universidade e da sociedade mossoroense, sendo alvo de ataques LGBTfóbicos em grupos da UFERSA e nas redes sociais, por exemplo.

Em conversas informais com os(as) militantes do Divergen que estavam imediatamente envolvidos(as) na organização do XII ENUDS, mesmo depois de passado o evento, atualmente este continua sendo criticado por muitos(as) professores(as), técnicos(as) e discentes da UFERSA. E apesar da importância do XII ENUDS para o movimento LGBT da cidade de Mossoró-RN, a militante Luana Barbosa Pereira acredita que o evento teve um efeito desagregador para o Divergen. Percebemos que as reações conservadoras e os ataques LGBTfóbicos acabaram por frear o ritmo de realização de ações por esse coletivo¹²².

Assim como o Divergen, a rede DêBandeira surgiu mediante as inquietações dos próprios sujeitos sobre as questões relativas ao campo do gênero e da sexualidade. Em que pesem as aproximações, existem diferenças latentes entre a composição de ambas as organizações, conforme sinaliza Iago Moura.

¹¹⁹MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 151.

¹²⁰MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹²¹MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹²²MOURA, Iago. Op. cit., 2017, pp. 153-154.

Enquanto que no coletivo DêBandeira a predominância é de homens gays, com uma participação recente de mulheres lésbicas e a inexistência de pessoas trans, o coletivo Divergen possui maior diversificação com relação as letras da sigla LGBT, contando com mulheres lésbicas, bissexuais e pessoas trans, ainda que a participação destas últimas, seja ainda bastante pequena. Ressaltamos, ainda, que no Divergen, diferentemente do DêBandeira, há uma maior participação de mulheres¹²³.

Além da situação de invisibilidade das mulheres lésbicas no interior do movimento LGBT+, não apenas no contexto da luta em Mossoró, mas como característica bastante presente na construção histórica do movimento no Brasil, levando-as a construírem muitos coletivos lésbicos, pesa também a invisibilidade das mulheres transexuais e travestis em ambos os movimentos.

O movimento *trans* segue lutando, há décadas, pelo seu reconhecimento e direitos, resultando em algumas conquistas simbólicas e legais, como as já mencionadas no início deste item. Todavia, mesmo a inserção de pessoas travestis e transexuais às fileiras do movimento, não significou uma garantia de que as especificidades dessa população seriam consideradas concretamente entre os grupos em defesa dos direitos LGBT+.

Mesmo que na cidade de Mossoró-RN não tenhamos coletivos especificamente lésbicos ou de pessoas trans, a invisibilidade desses segmentos no próprio movimento LGBT está presente, em alguma medida, na realidade dos coletivos desta cidade. Isso exige dos sujeitos que compõem tais espaços problematizar de forma crítica essa questão, com vistas a romper as hierarquias que se estabelecem no próprio movimento, assentadas, dentre outros aspectos, no machismo, na misoginia e na discriminação às pessoas trans¹²⁴.

Quanto à relação com a Universidade, a rede DêBandeira com o tempo tem ampliado sua rede de atuação nos espaços acadêmicos. Um dos eventos de maior relevância nesse sentido foi o III Seminário de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (SEADIS), que aconteceu entre os dias 17 e 19 de novembro de 2015, para o qual o coletivo foi convidado para ministrar um minicurso.

[...] tinha como tema “Gênero e Sexualidade na Escola” e foi ministrado em um único turno, com a participação⁸⁹ de cerca de dez participantes do Seminário. O coletivo utilizou como metodologia uma exposição dialogada com realização de dinâmicas, apresentação de vídeos, textos e um material

¹²³MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 140.

¹²⁴MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 141.

informativo. Com a participação nesses eventos, o DêBandeira foi sendo chamado para palestrar em algumas universidades da cidade, o que possibilitou que o coletivo ganhasse visibilidade social e ampliasse sua rede de atuação, passando a ter contatos nos espaços acadêmicos, inclusive, universitários LGBTs que começaram a se inserir no coletivo¹²⁵.

Mas, não apenas dentro das universidades, como também nas ruas e em outros espaços de organização política pode-se observar a atuação da rede DêBandeira. Segundo Iago Moura, os atos públicos têm sido uma dimensão recorrente e importante para esse grupo, visando conferir visibilidade às pautas e demandas sociais da população LGBT+. Ressalta-se que, embora a rede DêBandeira não tenha realizado diretamente nenhum ato em que se colocasse sozinha durante a organização, seus membros são constantemente vistos em atos públicos. Esses atos nem sempre estão absolutamente relacionados com as pautas da diversidade sexual e de sexo, mas abarcam questões políticas mais amplas, como as passeatas contra o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, em 2016, ou em defesa das universidades públicas¹²⁶.

Em 2017, entre os dias 17 e 21 de maio, a Rede DêBandeira junto com o grupo Articulação Brasileira de *Gays* e, em parceria com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), promoveram a II Semana de Combate à LGBTfobia em Mossoró, com o tema “as pessoas LGBT nos espaços sociais”, evidenciando o caráter da luta por visibilidade, voz e reconhecimento impresso pelo coletivo em Mossoró¹²⁷.

Ademais, a Rede DêBandeira também tem desempenhado uma importante atuação no âmbito institucional legislativo. Da pesquisa realizada por Iago Moura, tem-se alguns dos momentos dessa participação:

[...] a pressão para que o debate de gênero e sexualidade fosse incorporado no projeto pedagógico das escolas municipais de Mossoró-RN; nos diálogos com representantes do Legislativo para apoio financeiro à realização da I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT da cidade; e na pressão do coletivo, inclusive com a participação de militantes via fala pública em Audiência, à Câmara Municipal como parte integrante da 1ª Semana de Combate à LGBTfobia em Mossoró-RN¹²⁸.

Assim, a Rede DêBandeira, além do diálogo com outros grupos de ação, também procura atuar no campo institucional, em conjunto aos setores estatais e de enfrentamento das

¹²⁵MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 150.

¹²⁶MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹²⁷MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹²⁸MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 143.

demandas por políticas públicas efetivas de atendimento às necessidades da comunidade LGBT+ e, às garantias dos direitos previstos constitucionalmente para essa população.

Esse grupo protagonizou ainda a construção da I Conferência Municipal LGBT, apontada por Iago Moura como um evento histórico na cidade, figurando a primeira vez em que um espaço formal foi aberto à população LGBT+ de Mossoró, para que a mesma pudesse participar das discussões e deliberações acerca das políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas¹²⁹. A Conferência constituirá um dos objetos de estudo do terceiro capítulo da dissertação, onde aprofundaremos nossas análises sobre as ações táticas desenvolvidas por esses sujeitos coletivos para terem suas demandas atendidas.

Não obstante, algumas informações podem ser acrescidas. A dimensão dessa Conferência se deu antes mesmo de sua concretização, pois na medida em que os setores conservadores se mostravam resistentes, a Rede DêBandeira participava ativamente do enfrentamento visando a realização do evento. Havia empecilhos de toda natureza: a prefeitura alegava impossibilidade orçamentária, o distanciamento de outros grupos LGBT+, das cidades vizinhas inclusive, a falta de local e de estrutura para a realização do evento. O militante da Rede DêBandeira, Iago Moura, participou diretamente da construção da Conferência e, explicou que:

[...] a Conferência Municipal LGBT: a contenção de despesas instituída via Decreto, pelo Prefeito à época; a incerteza se realmente a Secretaria Municipal de Cultura iria puxar a realização do evento; a dificuldade de um local para realização que pudesse comportar a logística do evento e o distanciamento de outros coletivos LGBT e movimentos sociais na construção desse espaço de controle social. Com a portaria da Secretaria Municipal de Cultura publicada no JOM, foi aliviada nossa preocupação em não ser realizada a Conferência, mas entrávamos em outra incerteza, que seria: como arcaríamos com os custos operacionais para realização do evento? Isso porque, desde as primeiras reuniões com a Secretaria de Cultura, foi exposto sobre a impossibilidade da Prefeitura liberar recursos para a realização da I Conferência Municipal LGBT

¹³⁰.

Como vitória para a população LGBT+ e, superando todas essas e outras dificuldades que surgiam no caminho, a Conferência foi realizada em 04 de dezembro de 2015. O evento contou com a participação de cerca de 60 pessoas, reunindo setores da sociedade civil, movimentos sociais, professores da UERN e demais sujeitos interessados na temática. A programação contou com espaços artísticos, mesa de abertura e mesas de debate, leitura de

¹²⁹MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹³⁰MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

relatório interno, apresentação de grupos de trabalhos (GTs), plenária para divulgação e votação das propostas dos GTs e plenária final ¹³¹.

A Conferência também foi constituída por temas que faziam parte da inquietação dos grupos LGBT+ a nível nacional e local, tendo como eixos temáticos: (1) Educação; (2) Saúde Integral LGBT; (3) Enfrentamento ao Racismo e Promoção de Igualdade Racial; (4) Políticas Públicas e Enfrentamento da Violência; (5) Direitos Humanos; (6) Cultura e Comunicação Social. Ainda segundo Iago Moura, além do protagonismo da Rede DêBandeira, outro destaque da Conferência foi a participação da militante do movimento trans, a transexual Aline Hickmann, apontando para uma representatividade e visibilidade das pautas dessa população no evento. Essa participação, no entanto, ainda segue sendo pontual e, como se vê, minoritária.

De todo modo, a I Conferência Municipal LGBT não apenas consistiu em um espaço de debate e de deliberação política, mas também permitiu a articulação entre os diferentes movimentos sociais organizados na cidade e construção de uma agenda política, além de atrair novos militantes para o movimento. A Conferência serviu como combustão para a luta LGBT+ em Mossoró e, evidenciou a capacidade organizativa dos grupos, bem como, trouxe para o centro dos debates sobre políticas públicas a pauta dessa população.

Nessa e em outras atividades que veremos mais adiante, a Rede DêBandeira tem se colocado de maneira mais ativa. No entanto, em que pese sua relevância no cenário político regional, como já mencionado anteriormente, ainda temos pouco material produzido sobre a organização. Embora Iago Moura nos traga um rico itinerário a respeito dessa atuação, analisá-la especificamente não consistiu no objetivo do autor. É justamente buscando compreender mais a fundo essas táticas, que se desenvolvem os próximos capítulos desta pesquisa, tendo em vista as inúmeras atividades já realizadas pela rede DêBandeira.

¹³¹MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

CAPÍTULO 2

2. REDE DÊBANDEIRA: HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO

O capítulo aborda os processos de surgimento da Rede DêBandeira, sua composição e estrutura interna; bem como discute de forma geral os três eixos temáticos que norteiam sua atuação - justiça, direitos humanos e políticas públicas, educação e militância em ambientes virtuais -; e paralelamente, analisa os desafios enfrentados pela organização. Para a realização deste capítulo, serão analisadas as entrevistas com alguns dos integrantes da rede DêBandeira. Foram selecionados três entrevistados, ou seja, a integrante Daniele Cesário, e os integrantes Ítalo Menezes e Marcus Vinicius de Medeiros. Ademais, serão feitas análises bibliográficas e documentais, trazendo dados externos à rede.

2.1 SURGIMENTO DA REDE DÊBANDEIRA: CONTEXTO POLÍTICO E ESTRUTURA INTERNA

Ao longo da pesquisa constatou-se uma dificuldade em reconstruir a trajetória da Rede DêBandeira, sobretudo, devido à ausência de registros documentados, mapeamento dos números, lista de beneficiados e um acompanhamento sistemático das ações realizadas pelo grupo. Diante disso, verificou-se uma dificuldade em dimensionar o alcance da rede. Cabe ressaltar que tais registros seriam fundamentais, não apenas para se conhecer os processos de organização desse coletivo, mas também para identificarmos os interesses e as demandas apresentadas pela população LGBT+ em Mossoró, ponto esse importante até mesmo para a construção de políticas públicas.

Um dos nossos grandes erros, é não ter o histórico da Rede documentado, é não ter documentos afirmativos que digam, "nós fizemos isso", talvez porque a gente não se importe em ficar esbravejando e dizendo o que nós fizemos, nós sabemos o que nós fizemos, as pessoas sabem, as pessoas que precisaram da Rede sabem o que nós fizemos. Nosso tempo de história diz isso, mas eu acho que é um ponto importante, registrar a história é importante, então, talvez daqui para frente isso aconteça, mas até hoje eu não tenho a noção de dizer a você quantas pessoas a Rede já conseguiu ajudar, atingir, mas posso dizer que foram muitas (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Como coletivo construído para compor as frentes de lutas tocadas pelo movimento LGBT+, com capacidade organizativa e impacto social, seria muito importante que a Rede DêBandeira registrasse suas atividades sistematicamente, como uma forma de gerar documentos sobre a realidade não só da organização e seus participantes, como também da própria população que a rede atende.

A respeito do histórico de formação e surgimento da Rede DêBandeira, segundo o cruzamento feito dos relatos dos militantes, existem algumas divergências quanto à data exata de fundação da rede. Isso porque, o processo de construção tem sua gênese no ano de 2013, momento em que os sujeitos que atualmente constituem a rede começaram a se reunir nas universidades e nos espaços de sociabilidade, no entanto, o coletivo só viria a ser instituído formalmente alguns anos mais tarde, mais especificamente em 2015. Nilson Florentino, um dos fundadores desse coletivo, nos explicou um pouco desse processo:

Em 2014 teve encontro nacional de diversidade sexual gênero em universidades, que foi o ENUDS, que foi na UFERSA, que na época estava sendo organizado pelo Divergen, que era um grupo LGBT universitário da UFERSA, e aí alguns membros que passaram a posterior a compor a rede já estavam nesse processo, não só dentro da universidade, mas também dentro do próprio partido político, alguns membros nossos são filiados ao PT. E aí, na época, eu lembro bem que ao mesmo tempo que a gente estava nesse processo de articulação junto aos movimentos sociais, surgiu também a demanda de organizar a pauta LGBT internamente para dentro do partido, de forma mais orgânica. Mas assim, há as articulações da rede iniciam em 2013, mas somente em 2015, né, que a gente consegue oficializar a nossa atuação enquanto grupo. (Nilson Florentino, 2022 – DêBandeira).

Em sua fala, o militante da Rede DêBandeira explicita que o surgimento do grupo adveio também de uma necessidade de esses sujeitos de se organizarem em torno da pauta LGBT+, uma vez que, já se achavam inseridos dentro de outros movimentos sociais, a exemplo do militante Marcus Vinicius, que já nos anos de 1990 teve contato com o Movimento LGBT+, chamado Habeas Corpus de Natal, ou Ítalo Menezes, que enquanto filiado do Partido dos Trabalhadores, atua como secretário LGBT do PT do Rio Grande do Norte, além de construir o coletivo estudantil Para Todos e o Arte Jovem Brasil, articulação de jovens LGBT+, que se organiza nacionalmente. Já a militante Daniele Cesário atua como Conselheira de Políticas Públicas do Rio Grande do Norte. Já Yuri e Florentino também eram filiados ao PT. Muito provavelmente, essas experiências foram importantes para a formação política desses ativistas, no sentido de fazê-los compreender também a necessidade de se construir um coletivo municipal.

A organização da Rede dá-se entre 2013 e 2015, e se desenvolve até os dias atuais. DêBandeira nasce em meio a um contexto histórico turbulento para a política brasileira, sobretudo, em relação aos retrocessos nas políticas públicas em prol da Diversidade Sexual, Educação Sexual e direitos da pessoa LGBTQ+.

Nas últimas décadas, principalmente, assistimos ascender no país um cenário de ataques e uma forte ofensiva de matriz religiosa, politicamente reacionária, que envolve não apenas instituições eclesiais e evangélicas, mas grupos sociais e atores diversificados, atuando de maneira transnacional e por meio de estratégias discursivas com forte impacto na sociedade. Esses grupos, além de contarem com setores e modelos organizativos tradicionalmente reacionários, como a Igreja, empreendem também o que Junqueira (2018) denomina de uma verdadeira “guerra cultural”, valendo-se de uma velha estratégia reacionária, a saber: o poder de mobilização de uma ordem moral conservadora e hierárquica, em torno da qual se reafirma a autoridade das instituições religiosas e a consolidação de discursos e políticas antidemocráticas¹³².

No Brasil, essa ascensão expressiva de uma onda neoconservadora, estreitamente alinhada aos interesses do neoliberalismo econômico, ficou mais nítida a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Porém, a chegada de Bolsonaro ao poder não se deu de uma hora para outra, mas foi fruto de um processo que se inicia já durante a primeira década de 2000. Após a “maré rosada” do início do século, que se refere ao fenômeno de ascensão das esquerdas na América Latina, a direita tradicional volta à tona em alguns países. Essa “velha direita” tinha traços muito próximos à era conservadora entre 1970 e 1980, e trazia em seu conteúdo uma crítica combativa aos programas sociais e aos direitos das minorias, sobretudo dos cidadãos LGBTQ+, garantidos pelas políticas de esquerda que governavam a região¹³³.

Reitera-se que várias ações políticas voltadas à luta por direitos, reconhecimento e visibilidade da comunidade LGBTQ+ estiveram na agenda dos governos petistas de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Exemplos disso foram as edições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005, 2008) e o I Plano Nacional de Promoção e Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQ+ (2009), já mencionado no capítulo anterior, ambos instrumentos trazendo em seu conteúdo a inserção da temática LGBTQ+ no sistema de educação básica e

¹³²JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502 set./dez., 2018.

¹³³COADATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ; Sebastião Velasco; CODAS, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

superior, a partir de uma abordagem que contemplasse o respeito e o reconhecimento à diversidade da orientação sexual e da identidade de gênero¹³⁴.

Ainda durante o governo Lula, a realização de Conferências Nacionais significou um outro importante avanço para a inclusão das demandas LGBTQ+. A primeira delas ocorreu em 28 de novembro de 2007. O governo de Dilma Rousseff deu continuidade às iniciativas do seu antecessor, ao convocar a segunda edição da Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2011, e a terceira edição, em 2016. As Conferências deram a tônica das políticas de enfrentamento à discriminação e reconhecimento da cidadania das pessoas LGBTQ+ no Brasil. Iniciativas como essas não foram aceitas amplamente e encontram forte oposição dos setores reacionários da sociedade, embora não sejam suficientes para o movimento da extrema direita ter ganhado tanta força no cenário nacional.

Observamos de forma geral acenar uma nova direita, sobretudo, a partir da década de 2010, em países da América Latina, como Brasil, Argentina e Chile. Na Europa, há também um forte retorno da extrema direita ao cenário político, em países como “Grécia (Aurora Dourada), Alemanha (NPD), Reino Unido (Ukip) ou Hungria (Jobbik)”. Trata-se, portanto, de um movimento com contornos globais. No Brasil, no entanto, esse movimento não se limita à extrema direita bolsonarista, que seria na verdade uma expressão dessa nova direita, essa altamente heterogênea, que reúne em torno de si um conjunto de elementos e estratégias, e só pode ser apreendida a partir de diversos fatores convergentes¹³⁵.

Segundo Flavio Casimiro¹³⁶, são aspectos fundamentais para se compreender a ascensão da extrema direita no Brasil, a crise econômica de 2008, o avanço sistemático e difundido do sentimento de antipolítica, anticorrupção e antipetismo, aliado a um enfraquecimento e descrédito às instituições, a estratégia da direita tradicional de apostar na queda do PT para assumir ao poder, mas sendo igualmente derrubada pelos próprios crimes de corrupção. Além disso, o fortalecimento significativo das religiões evangélicas pentecostais e neopentecostais, que cresceram expressivamente nas últimas décadas, ganhando espaço notório no Parlamento, junto à bancada do agronegócio, bem como o aparelhamento de grandes áreas periféricas,

¹³⁴ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Maio de 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1006>. Acesso em: 22 mar. 2023.

¹³⁵CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Nova direita, bolsonarismo e a urgência da luta social contra o atual movimento reacionário no Brasil. In: BUZZETO, Marcelo (Org.). **Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016-2020)**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

¹³⁶Idem.

lideradas por milícias organizadas e articuladas às forças políticas, inclusive compondo quadros políticos.

Nesse sentido também, embora possamos falar em avanços, as políticas dos governos petistas não foram suficientes para barrar a ofensiva neoconservadora no Brasil, tampouco impedir os retrocessos dessas conquistas. Dito de outra maneira, não foram capazes de promover mudanças estruturais efetivas. Não se tratavam, pois, de direitos consolidados, mas de políticas compensatórias. Na prática, elas também esbarravam com limitações no tocantes às restrições orçamentárias, à ausência de um trabalho articulado entre os organismos do governo, descontinuidades das ações, além do jogo político da governabilidade que colocava a necessidade de diálogo e negociação com segmentos conservadores da sociedade¹³⁷.

Não se pode esquecer, por exemplo, que durante a corrida ao segundo mandato, Dilma deu uma guinada significativa para os setores evangélicos e conservadores, ao tornar público o documento intitulado “Carta Aberta ao Povo de Deus”, em que se comprometia a não adotar medidas que afrontasse a família – tradicional – e evitando se posicionar a favor da descriminalização do aborto, com vista a angariar votos dos cristãos. Tal postura aponta que segmentos dessa extrema direita, de forte apelo religioso, já estavam se organizando politicamente, buscando fortalecer suas pautas, quadros e estrutura organizativa, impondo pressões ao governo e atuando por dentro das estruturas do Estado¹³⁸.

Nessa trilha, Dilma também recuou em algumas políticas voltadas à população LGBTQ+. Cedendo como podia às investidas dos setores reacionários, a então presidenta da República vetou o programa “Escola Sem Homofobia”, do Ministério da Educação, o mesmo que foi nomeado por Jair Bolsonaro, à época ainda deputado, de “Kit Gay”. A estratégia discursiva ganhava palco nos meios de comunicação de massa. Foi amplamente utilizada por Bolsonaro durante campanha à Presidência. Ainda sob pressão, Dilma não compareceu à abertura da 2ª Conferência Nacional LGBTQ+, em 2011, sinalizando mais uma vez para os setores conservadores¹³⁹.

Portanto, é dentro desse processo de descontinuidades, de crescimento do movimento conservador, estagnação dos avanços, retrocessos e ataques aos direitos LGBTQ+ que se organiza a Rede DêBandeira nos seus primeiros anos de formação. Isso também aponta para sua

¹³⁷IRINEU, Bruna; OLIVEIRA, Brendhon; LACERDA, Milena. Op. cit., 2020.

¹³⁸FEITOSA, Cleyton. **Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”**: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTQ+ no Brasil. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 14, n. 43, p. 74-89, jan./jun. 2021.

¹³⁹Idem.

capacidade organizativa e seu caráter de resistência, diante um cenário político de forte ofensiva contra os grupos e minorias sociais.

Todavia, nada disso foi suficiente para impedir o golpe a pleno curso no Brasil. Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff sofreu o *impeachment*, tendo assumido o governo interino, seu vice, Michel Temer, que também fez parte do conluio para que o golpe fosse concretizado. Baseados em uma plataforma de antipetismo e munidos da retórica da “ideologia de gênero”, setores neoconservadores e reacionários engajaram-se decisivamente no cenário político brasileiro. De acordo com Junqueira, a “ideologia de gênero”:

[...] é uma invenção católica cuja configuração e emergência se deram entre meados dos anos 1990 e início da década seguinte, ao longo de articulações que envolveram episcopados, o associacionismo pró-vida e pró-família, e organizações terapêuticas de reorientação sexual, sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e com o apoio de vários dicastérios da Santa Sé, como a Congregação para a Doutrina da Fé¹⁴⁰.

Se durante as ditaduras do século XX os discursos se referiam aos comunistas como depravadores, agora, com a narrativa antigênero, são os LGBT+ que estão na mira, sendo acusados de querer destruir a família tradicional brasileira. O foco nas questões moralizantes além de favorecer ao engajamento de setores religiosos e diversos outros atores, também busca esvaziar o debate político, através de discursos prontos, falaciosos e sem qualquer embasamento científico. Como indica Casimiro:

[...] a estratégia de grande parte dessa construção de um projeto da extrema direita esteve centrada no esvaziamento do debate político e de sua profundidade, em função da reprodução automática e irrefletida de determinados discursos em uma espécie de “memetização” do espaço político. É um movimento estratégico, que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais, “viralizando” informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo deliberado e muito bem estruturado de renovação¹⁴¹.

Não se tratam, contudo, de ações descoordenadas e aleatórias, mas que contam com um forte aparelhamento estatal, de políticos e partidos alinhados a extrema-direita. Existem estratégias muito bem estruturadas e financiadas para espalhar todo o material e fazê-lo alcançar o maior número de pessoas. Ademais, grupos de produtores de conteúdo ligados à direita têm

¹⁴⁰JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Op. cit., 2018, p. 463.

¹⁴¹CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Op. cit., 2021, p. 43.

investido esforços em canais, *sites*, *blogs* e jornais com intuito de difundirem cada vez mais o conteúdo entre as massas¹⁴².

Com a chegada de Bolsonaro ao poder, medidas de arrefecimento das políticas para diversidade foram logo admitidas. Segundo Cleyton Feitosa, o que ocorre é um processo de desinstitucionalização das políticas LGBT+. O Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos passou a ser Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sendo comandado pela pastora Damares Alves, que ao ser empossada afirmou que o Estado até poderia ser laico, mas ela era terrivelmente “cristã”, enfatizando o caráter conservador e dogmático de sua gestão como ministra. Outras medidas foram acionadas:

Aos 100 dias de Governo Bolsonaro, o ativista da Aliança Nacional LGBTI+, Julian Rodrigues, publicou um artigo em que lista algumas das ações que demonstram como vem ocorrendo a desinstitucionalização das políticas LGBTI+ no Brasil. Dentre das ações por ele descritas, destaco o fim da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), órgão responsável por políticas educacionais em gênero e sexualidade; O fim da diretriz de promoção e defesa dos direitos da população LGBTI+ na Medida Provisória que estruturou o novo MMFDH; Na saúde, Julian Rodrigues (2019) chama atenção para o fim das campanhas específicas e direcionadas de prevenção às IST/Aids, cuja justificativa do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, é “não ofender as famílias”. Nesse contexto, o nome do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais” é alterado para “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, obscurecendo a visibilidade do combate público a uma doença que historicamente tem afetado a vida da população LGBTI+. Talvez a maior demonstração do processo de desinstitucionalização das políticas LGBTI+ tenha sido a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCND/LGBT), em 28 de junho de 2019, no dia internacional do orgulho LGBTI+ - com a publicação do Decreto nº 9.759¹⁴³.

Tais ações deixaram marcas profundas na sociedade. O bolsonarismo hoje não diz respeito a um partido ou ao Bolsonaro propriamente dito, mas se transforma cotidianamente em práticas sociais brutais, que levam centenas de pessoas LGBT+ à morte. Durante o mandato do governo de Jair Messias Bolsonaro, enquanto em 2019 o Brasil teve uma redução nas mortes de transexuais e homossexuais, em 2020 os dados indicaram o aumento em 5%. Dando continuidade, somente entre 2020 e 2021, o número de mortes violentas de LGBT+ cresceu em 33,3%. Esses dados foram produzidos pelo Observatório de Mortes e Violências contra

¹⁴²Idem.

¹⁴³ FEITOSA, Cleyton. **Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”**: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBT+ no Brasil. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 14, n. 43, p. 78, jan./jun. 2021.

LGBTI+¹⁴⁴. Ainda de acordo com o dossiê, foram registradas 237 mortes em 2020 e 316 no ano de 2021. Daí a importância de se fortalecer a Rede DêBandeira e compreender como esse grupo se encontra situado nas trincheiras das lutas LGBT+ nesses diferentes contextos.

Atualmente, esse coletivo é composto por militantes de diferentes organizações partidárias, do movimento estudantil e movimentos sociais. No tocante ao quantitativo de pessoas que militam dentro dessa organização, os entrevistados apresentam algumas outras incompatibilidades em suas falas.

Acho que tem umas vinte pessoas [...] vinte na coordenação. Mas no grupo geral tem mais. Agora na coordenação mesmo digamos mesmo tem umas quinze. E que trabalha mesmo tem umas dez, que vai para rua tem umas cinco (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

Hoje a Rede tem dez ou é doze, não lembro direito. Deixa eu olhar aqui no grupo que eu digo com exatidão para você quantas pessoas hoje têm. [...] Acho que é em torno disso aí. Quinze no total (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Olhe, é porque assim, eu posso falar.... é.... pessoas fixas. Fixas nós temos 7, 8 pessoas, que topam tudo. A rede. E temos mais de 30 pessoas que são agregadas. O que é que eu chamo de agregadas? Ah, tem uma ação. Tem uma coisa pra fazer, tem um ato, ah, tem uma discussão, pois vamos lá. Pau pra toda obra, pra dizer assim, estamos tocando, levando, é.... querendo organizar, ordenar, ir para as entrevistas, colocar a cara no sol, como nós dizemos.... eu não gosto de mentir, nós somos 7 a 8 pessoas. Que é pau pra toda obra, que tá ali, que são os eixos norteadores (Marcus Vinicius de Medeiros, 2022 – DêBandeira).

Evidencia-se mediante ao exposto nos depoimentos que não existe um mapeamento exato de quantos militantes participam ativamente e se articulam organicamente na Rede DêBandeira, o que perceptivelmente se relaciona com o fator já mencionado de que o coletivo não dispõe de um registro sistemático e documentado sobre sua organização.

O relato de Daniele Cesário ainda revela uma discrepância entre a quantidade de militantes que compõem a coordenação da Rede DêBandeira e aqueles que atuam diretamente nas atividades de base, organização nas ruas, em contato com as demandas mais imediatas da população, uma vez que, é certo que nem todos os militantes tenham a mesma disponibilidade para desenvolver os mesmos níveis de atuação dentro da sua organização.

Quanto à localização da rede, o coletivo ainda não conta com uma sede e as reuniões, bem como atividades gerais, acontecem na casa de Daniele Cesário, local onde já funcionou

¹⁴⁴OBSERVATÓRIO de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. Dossiê denuncia 316 mortes e violências de pessoas LGBT em 2021. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 21.07.2023.

uma academia de musculação, o que possibilita um amplo espaço para desenvolvimento das tarefas organizativas.

Ademais, verifica-se que a rede é formada por profissionais de diferentes áreas, como Direito, Psicologia, Educação e Enfermagem. Os membros da Rede DêBandeira desempenham papéis dentro do movimento aliados às suas profissões, buscando articular o conhecimento teórico que desenvolvem ao longo da carreira à sua prática militante.

[...] eu desempenho tanto na parte da Psicologia, como na parte cultural também, como sou artista. Professor Marcos é professor e Yuri é advogado [...] por exemplo, na faculdade de enfermagem, nós fomos dar um... digamos um curso, teve um momento que fomos lá, aqui tem 47 UBS em Mossoró. Foi representante de cada UBS para gente dar uma palestra. Eu falei da parte da Psicologia, a Jussara falou da parte da Enfermagem, Yuri na parte do Direito, de como essas pessoas deveriam ser recebidas, porque a UBS é a porta de entrada [...] então, eu vou atuando de todas as formas. No que na hora do que a gente vai fazer para evento, a gente divide assim: 'Dani, você vai falar com os vereadores vai pedir recursos. Dani você vai fazer a decoração, Dani você vai fazer uma apresentação também. Então, a gente vai dividindo como for dando na hora for dando certo (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

A Rede, hoje ela não tem... desde a sua criação ela não tem uma hierarquia, nós somos colaboradores, nós construímos a Rede. Então, quando tem aquilo para fazer, aí eu posso, eu estou livre, eu posso, e aí todo mundo faz, a Rede não tem aquela coisa da hierarquia ainda, ainda não tem, mas com certeza a nossa organização pós CNPJ e tudo, é necessário que exista uma coordenação com mais distribuição de cargos (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

No que concerne à divisão das tarefas internas do grupo, com um quantitativo ainda bastante reduzido, os militantes dividem-se entre as mais diversas atividades, as quais englobam a decoração dos espaços para eventos, a apresentação de palestras e reuniões com representantes do poder público e dentre outros, como explicitado na fala de Daniele Cesário, e corroborado por Ítalo Menezes.

É mister salientar que sua estrutura interna e administrativa ainda se encontra em processo de formulação. Nesse sentido, a Rede DêBandeira não dispõe de uma estrutura hierárquica, a título de exemplo, com um presidente, vice-presidente, tesoureiro e etc. Não obstante, já existe formas organizativas específicas construídas pelo coletivo que permitem ao grupo oferecer um atendimento especializado, de interesse às demandas da comunidade LGBT+ em Mossoró/RN.

Contemporaneamente, constata-se três eixos que norteiam as ações da Rede DêBandeira, os quais se sintetizam em: justiça, direitos humanos e políticas públicas, educação e militância em ambientes virtuais. Ponderando que aprofundar nas ações táticas da rede não

seja o objetivo da presente pesquisa, tal assunto ficará para o próximo capítulo da dissertação, tendo em vista a importância de sinalizarmos de uma forma geral para esses eixos de sua atuação.

Tendo como foco de atuação o combate à LGBTfobia, a rede investe em uma dimensão socioeducativa, como forma de elevar a consciência política não apenas dos seus militantes, bem como da sociedade em geral. A educação é entendida nesse sentido como caminho para a formação política, para ampliar os horizontes e discussões a respeito da importância do diálogo, do protagonismo desses sujeitos, da construção e conformação de identidades e padrões socioculturais.

Dessa forma, como destaca Iago Moura, “o aspecto socioeducativo com os próprios membros do coletivo, além de ter um caráter informativo, de repasses sobre conhecimentos acerca da realidade das LGBTs, tem o papel de formação política dos(as) militantes”¹⁴⁵. No que tange às ações educativas, o militante Marcus Vinicius de Medeiros que atua mais especificamente nessa área elucida:

Eu sou mais da parte educativa, né? Por exemplo, eu como sou professor.... e gosto.... e trabalho com arte também, com contação de história, sempre que... há... há possibilidade, digamos de ir... de ir a uma escola, de ir a uma universidade, na rede social, eu vou pra questão do bate papo, né, de levar esse trabalho educativo. E também assim, na questão de arte. Eu gosto muito de contar histórias, e histórias que envolvam personagens LGBTs. E muitas vezes a história que eu conto a pessoa escuta e se identifica, porque eu levo os atos de violência, eu levo os atos familiares, é... você atuando na vida, e muitas vezes, a partir dessa história, aí faz aquela roda de conversa, né, tudo aquilo ali. A universidade também.... quando tem os congressos, e querem fazer um GT ou promover uma oficina, ou uma mesa redonda, sempre nos convidam e eu tô sempre disposto a contribuir, então meu trabalho é mais nessa linha de educação, de palestras, de bate-papos, de cursos, tá bom, de escrever os textos que o... o... grupo precisa pra postar nas redes sociais, pra uma revista, pra um jornal, é esse o trabalho (Marcus Vinicius de Medeiros, 2022 – DêBandeira).

Por intermédio do relato de Marcus Vinicius, evidencia-se que seu entendimento é de que a formação política se dá também através das dimensões artísticas e históricas. A história é contada a partir do protagonismo dos sujeitos LGBT+, com enfoque em suas experiências e vivências positivas, como forma de possibilitar visibilidade e valorizar essa população, o que abre caminhos para a construção positiva da identidade¹⁴⁶. Sobre os espaços campos de atuação

¹⁴⁵MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 143.

¹⁴⁶COELHO, Marcus Venicius de Brito. **Construção de identidade da população LGBT: diálogos sobre identidade, sexualidade e gênero**. 2021. Disponível em: <https://www.lgbtpsb.org.br/2021/12/15/construcao-de-identidade-da-populacao-lgbt-dialogos-sobre-identidade-sexualidade-e-genero/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

educativa, a escola, a universidade, os espaços das redes sociais aparecem na fala do entrevistado. Atividades como Grupos de Discussões, oficinas, bate-papos e palestras abertas ao público são iniciativas desenvolvidas pela rede DêBandeira, as quais serão mais aprofundadas e problematizadas no capítulo posterior.

Por conseguinte, o eixo justiça, direitos humanos e políticas públicas sinaliza para a problemática da desigualdade de acesso à justiça e direitos em relação à comunidade, bem como para negligência e invisibilidade da população LGBTQ+ no fomento e implementação de políticas públicas brasileiras. Mesmo com alguns avanços extremamente pontuais, a justiça do país ainda é altamente falha no que diz respeito a fazer valer os direitos já conquistados e ampliar o reconhecimento de direitos à comunidade LGBTQ+, Segundo Claudio Maraschin, Scarlat de Oliveira e Wendel Macedo:

Os Tribunais, de um modo geral apresentam relutância à aceitação das diversidades (em grande parte) e esses fatores contribuem, de alguma forma, para o impedimento de uma decisão justa, por conseguinte, do acesso efetivo à justiça e a perduração das desigualdades sistêmicas – organizadas e mantidas pelo Estado, Igreja e Família¹⁴⁷.

Existem ainda outros empecilhos a serem ultrapassados para o acesso efetivo à justiça no país, tais como os altos custos das demandas judiciais, a morosidade com que o judiciário atua, a impunidade que leva muitos indivíduos a desistirem da exposição do processo, a dificuldade em acessar informações e, conseqüentemente, a ausência do conhecimento sobre os direitos. Nesse sentido, a rede DêBandeira traz o supracitado eixo, tendo como foco não apenas o acesso, mas também a informação, que coaduna com a sua dimensão socioeducativa.

Ademais, a rede disponibiliza atendimento jurídico, por meio do integrante Yuri, que é advogado e atua oferecendo serviços de justiça gratuita, através da rede DêBandeira, em casos de violência e violação dos direitos contra indivíduos LGBTQ+. Além de Yuri, Daniele Cesário também atua na parte do atendimento psicológico, enquanto o professor Marcos tem uma atuação destacada na edição e correção de textos publicizados pela rede. Outros militantes atuam ainda no trabalho com as redes sociais e na divulgação de conteúdo como as atividades

¹⁴⁷MARASCHIN, Claudio; OLIVEIRA, Scarlat D’Arc Lima de; MACEDO, Wendel Alves Sales. A estigmatização do LGBTQIAP+ no acesso à justiça e a desigualdade no reconhecimento e efetividade de seus direitos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA “DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO”. 2., 2020, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo - USP, 2020. p. 31. Disponível em: <https://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2022/03/Livro-1-Anais-do-II-Seminario.pdf#page=25>. Acesso em: 10 nov. 2022.

desenvolvidas pelo coletivo, buscando maior alcance midiático para a rede DêBandeira e para as pautas LGBT+ em Mossoró.

O terceiro eixo, militância em ambientes virtuais, se apresenta como o carro chefe da atuação desse coletivo, tendo em vista que os demais eixos perpassam de alguma forma pela produção de conteúdo de mídia. De forma elucidativa, os militantes explicam como a rede DêBandeira tem desenvolvido esse eixo.

Olhe, nós usamos a rede, a gente, o instagram.... pra também levar profissionais, pessoas para trocar experiências, né, falar de si, falar da sua atuação... é.... nós chegamos junto já da questão de.... de grêmios estudantis de algumas escolas e nas escolas já foram produzidas semanas de combate também à LGBTfobia, é.... a discussão da questão do banheiro, a discussão da questão do nome social, quando há conflitos.... somos chamados e fazemos essas ações dentro das escolas.... já fomos pras rádios também pra falar com as comunidades, com as famílias, pra debates de perguntas e respostas, é.... no eixo da educação [...] pronto, nós temos o instagram, né, da rede, não temos o *facebook* também, é.... e através.... através do instagram a gente consegue tá sempre pautando, né, colocando o material, né, trazendo coisas locais, coisas materiais, coisas também do Brasil, é distorcendo *fake news* que são colocadas, depoimentos, algumas datas específicas a gente consegue construir um material mais sistemático, mais empoderado e postamos, estamos sempre alimentando às redes da gente pra atingir, né, fizemos várias lives.... o ano passado, no mês de junho, até o dia do orgulho *gay*, né, nós fizemos a cada semana uma *live* com uma temática, né, pra alimentar e pra tornar viva também às redes, a rede social (Marcus Vinicius de Medeiros, 2022 – DêBandeira).

Sempre, todo dia, toda hora, as gatas na internet sempre militando, de todas as formas possíveis, mas também, já que nós nesses últimos tempos, principalmente em período de pandêmico, muita plenária de forma virtual, no *Zoom*, no *Meet*, sempre provocando, tentando trazer o que que a gente construiu no Instagram para dentro de uma sala virtual dessa, debatendo vários assuntos importantes (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

[...] fazemos muitas *lives*. A La Ursa trans&tais a última foi online, porque não teve por causa da pandemia. Tem todo esse trabalho que os meninos, o Yuri ele é bem... ele sabe muito e Flor também. Eles são bem assim dinâmicos nesse setor virtual (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

De fato, considerando a crescente inserção das novas tecnologias de comunicação e informação na sociedade, os movimentos sociais foram possibilitados de ampliar suas probabilidades de alcance e visibilidade, conectando-se à internet de forma direta e estratégica.

[...] tais tecnologias não apenas se tornaram instrumentos de fundamental importância para a organização e articulação de tais coletivos sociais, como também proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novas

formas de ativismo. Estas passam a se caracterizar com base em uma atuação cada vez mais em forma de rede, pela formação de amplas coalizões e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, frequentemente segundo a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou a identificação e compartilhamento de certos valores¹⁴⁸.

Quando bem exploradas, com uso criativo, e em consonância aos projetos desenvolvidos pelos grupos sociais, as tecnologias de informação e comunicação podem viabilizar ações conjuntas com peso e alcance universal. Aos militantes que antes se achavam dispersos, isolados em movimentos específicos, as redes sociais funcionam como um canal de diálogo para debates, compartilhamento de suas demandas, formulação de estratégias e organização das lutas, sendo possível dessa forma “concentrar suas ações em prol de uma causa comum, com base nas extensas redes de solidariedade de natureza identitária”¹⁴⁹. Ainda segundo Daniele Cesário, “são os mais jovens que tomam conta” desse eixo especificamente, entre eles, o Yuri, Florentino e o Ítalo.

Ademais, os integrantes possuem o auxílio e a disponibilidade de outras pessoas que mesmo não mantendo uma relação orgânica com a rede, mas por terem laços com os membros, ou também por se considerarem aliados da luta, ajudam indiretamente, como é o caso da mãe de Daniele Cesário, que é médica psiquiatra e se disponibilizou para realizar atendimentos de forma gratuita à população LGBT+ no ambulatório trans.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA LUTA E AS CORRELAÇÕES DE FORÇA

No que tange aos conflitos internos à organização, os entrevistados reconhecem que esses existem, e na concepção dos mesmos, tais conflitos estão imbuídos no universo militante, uma vez que, se trata de pessoas diferentes, com pensamentos e posicionamentos políticos distintos. Segundo Daniele Cesário, os conflitos se dão:

Principalmente em relação a datas ou as pessoas que irão participar. Porque queira ou não cada pessoa às vezes tem seu candidato, digamos assim, seu partido. Então, eles querem que todos participem. Aí um: 'Ah tem que botar o meu, tem que botar o meu'. Eu sou partidária mesmo, sou de esquerda, sou Lula. Mas eu não tenho um candidato que quero botar. Não, eu estou lá porque eu estou na causa. E a maioria está lá porque está na causa. Mas existe também esse tipo de conflito. **Então, vocês encaram tranquilamente, dialogando com esses conflitos?** Sim, tranquilamente dialogando.

¹⁴⁸ MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/JKWntC6dkPCjpRXtXfFzYzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 dez. 2022.

¹⁴⁹ MACHADO, Jorge Alberto S. Op. cit., 2007, p. 264.

[...] a divergência de ideias é essencial para que a gente consiga chegar a um meio termo, há divergência sobre... as extremidades elas são necessárias, até para decisão de como vai ser feito, vamos dizer, uma aula, uma aula, até um seminário existe muita discussão sobre tudo, sobre cada ponto, a divergência ela existe no meio político e a Rede de Bandeira ela é formada por pessoas que fazem parte de partidos políticos, partidos de esquerda, até pessoas de centro já estiveram na Rede de Bandeira, como também estamos abertos se existe algum LGBT de direita, a Rede está aqui para lutar por nossos direitos e não é um campo apenas da esquerda, independente, independentemente de partido, de posição política [...] A Rede ela tem muita divergência, mas eu encaro isso como um ponto importante da Rede para ela ser construída, senão existir a divergência, não vai existir o meio termo, não vai existir a construção, não vai ser uma coisa pensada por várias mentes, vai ser uma coisa pensada por uma mente só e aí vira uma bolha e quando você vira uma bolha, já era. Complicado essa história de bolha, mas é isso (Ítalo Menezes, 2020 – DêBandeira).

Na fala de Daniele Cesário, fica evidenciado que muitos conflitos emanam em decorrência dos militantes buscarem dar visibilidade aos seus partidos e candidatos políticos nas atividades tocadas pela rede DêBandeira, porém, a mesma ressalta que esses desafios são superados tranquilamente, através do diálogo entre os integrantes desse grupo.

Os entrevistados ressaltaram ainda que a rede se caracteriza como um coletivo suprapartidário, ou seja, agrega pessoas de diversos partidos, mas não se submete a nenhum deles. Em diversos momentos de suas falas, os entrevistados destacam que o coletivo se reúne em prol de uma causa específica, e não de um ou outro partido.

Ademais, o militante Ítalo Menezes assevera que não há qualquer restrição dos sujeitos para participar da rede DêBandeira, isto é, independentemente de suas escolhas partidárias, todos podem atuar, mesmo aqueles filiados aos partidos mais conservadores, como os de direita. Em direção semelhante, Daniele Cesário destacou que o objetivo da rede é alcançar o maior número de pessoas e diferentes segmentos sociais que estejam dispostos a somarem às lutas sociais, e sobretudo, às lutas da comunidade LGBT+.

Porque como nós somos super partidários a gente não tem esse negócio: 'ah vai entrar só se for...' Não, a gente LGBTQIA+ quem for nós aceitamos. Não tem essa questão só pode ser se for do PT, só pode ser se for do PSOL. Não, a gente não tem partido, aceita todos e todas (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

Os entrevistados reconheceram também a importância de os sujeitos estarem organizados em outros grupos políticos, inclusive, em organizações partidárias. Ainda segundo os militantes, a rede DêBandeira procura manter o diálogo com outras organizações. Nesse

sentido, percebemos uma aproximação mais evidente com setoriais de partidos políticos à esquerda, dentre eles, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

[...] os partidários, porque a gente tem os LGBTs socialistas que é do PSB, nós temos... nós que somos da secretaria LGBT do PT, tem a galera que constrói a lei movimento LGBT em torno dos *juntos*, que é um coletivo de dentro do PSOL, também a *transparência* que não é municipal, é estadual que são de pessoas trans, tem também a *Atrevida* que é mais lá em Natal, nós dialogamos com todos os grupos e agrupamentos que existem, a gente tenta manter o contato para sempre está um ajudando ao outro, com informação (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Em síntese, os membros da rede acreditam na importância da pluralidade de ideias para a construção de um movimento diverso, o qual alcance os diferentes setores da sociedade. No entanto, deve-se ter prudência para não confundir divergências de ideias com projetos de sociedade que são totalmente diferentes. A questão entre articulação partidária e a rede DêBandeira é problematizada por Iago Moura, isso porque, em sua pesquisa, o autor identificou nas falas dos entrevistados o argumento abstrato de respeito às orientações e filiações partidárias dos integrantes da rede, análogo ao que também constatamos, sem que fosse realizada uma análise crítica e estratégica a respeito da articulação com partidos políticos¹⁵⁰.

Em nome de um objetivo comum que atrelaria todos os vinculados à rede DêBandeira, abdica-se de um debate crítico e aprofundado que ampliasse a compreensão dos militantes sobre o jogo de forças sociais que conformam as lutas de classes, e de como então esse coletivo se insere no campo dessas relações¹⁵¹.

Evitar o debate e articulações com partidos políticos que possam somar forças nas ações coletivas de enfrentamento à sociedade patriarcal-racista-capitalista-heterossexista promove um isolamento da pauta, obstaculizando, com isso, reflexões que levem em consideração a situação das lutas de classes e as diversas correlações de forças que permeiam a sociedade. Acreditamos que sem articulação consciente e crítica com partidos políticos de esquerda a pauta LGBT perde em força política na reivindicação de direitos e não tensiona, por exemplo, as questões sobre sexualidade que ainda são secundarizadas no campo partidário [...] O discernimento mais crítico sobre essas questões possibilitaria a este o desvelamento do contexto sócio-histórico para entendimento dos limites e avanços que se colocam no desenvolvimento das lutas sociais¹⁵².

¹⁵⁰ MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 163.

Disso, depreende-se que limitar o debate a uma pauta em comum, sem encarar criticamente o conjunto de forças sociais que atuam sobre os sujeitos, pode consistir em um empecilho para a construção de estratégias e políticas efetivas de enfrentamento. Posto isto, não se quer afirmar que se deva impedir a participação dos indivíduos que comunguem de outras correntes ideológicas, mas sim, ressaltar a importância para os rumos das lutas que os integrantes do movimento e o coletivo elaborem também sobre o que se busca coletivamente para o futuro, isto é, se de fato se propõem a construir um projeto de sociedade.

Não obstante, o diálogo não se restringe unicamente aos partidos políticos e a rede DêBandeira, mas também busca uma aproximação com os demais movimentos organizados em Mossoró/RN, o que indica que eles têm uma visão mais ampla sobre como se deve construir a ação, em prol da luta por uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos.

A gente sempre convida todos os outros grupos. Porque além da rede outros grupos aí (Quizomba). Tem as meninas também agora do CPP que conheci, acho que Nova Cruz. Então, a gente está sempre dialogando, tanto teve encontro trans agora aqui em Mossoró e a rede foi convidada. Eu tenho curso na Capoeira da Artes (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

É como eu lhe falei, né, nós temos um diálogo da OAB, por causa de... da pasta de Direitos Humanos, é um grande parceiro nosso, de convivência, de atuação, de discussão.... tem o grupo de mulheres Simone de Beauvoir, que é um grupo lá da Universidade, tá certo, que nós sempre discutimos, fazemos parcerias com a gente nas ações que a gente desenvolvemos elas tão sempre dispostas a contribuir, nós contribuimos com elas e elas com a gente..... tá certo.... é.... sindicatos, eu tenho um.... o sindicato aqui de Mossoró né, o SINDI, sempre que vai fazer um debate, uma ação, com os servidores, eles chamam a gente, eles convidam a gente, quando nós vamos fazer alguma ação e pedimos, realmente, contribuição, estão sempre aptos a somar conosco, então o SINP, que é o sindicato dos professores, também sempre abrem o espaço deles [...] (Marcus Vinicius de Medeiros, 2022 – DêBandeira).

Através do exposto por Daniele Cesário, é possível constatar que as articulações da rede DêBandeira com outros grupos e movimentos sociais, ainda estão intensamente situadas no campo do diálogo, marcadas por ações pontuais e, não havendo uma construção coletiva de fato, o que é corroborado por Marcus Vinicius em sua fala. Existem convites para composição de mesas e debates, mas não atividades conjuntas. As correlações de força que estabelecem dizem muito a respeito do projeto político que uma organização defende. Está justamente na capacidade organizativa dos grupos em articulação a força para o embate político, mas aqui também a visão que cada coletivo carrega sobre o mundo e o projeto social que defende será decisiva.

Nesse sentido, as articulações entre a rede DêBandeira e os grupos representantes de diferentes segmentos sociais, como sindicatos da classe trabalhadora, movimento feministas e movimento negro são importantes tanto do ponto de vista organizativo, do trabalho coletivo, como também da troca de ideias que permitem a esses grupos identificarem as teias que remetem suas atuações ao campo mais amplo das lutas sociais na sociedade capitalista, buscando compreender de que forma os variados marcadores de diferença se interseccionam para perpetuação das desigualdades e manutenção das estruturas sociais de dominação. Como destaca Iago Moura, “o engajamento e a troca de saberes entre a militância e o arcabouço teórico-político são extremamente importantes para fortalecer as ações coletivas de enfrentamento à exploração e opressão presentes na sociedade”¹⁵³.

O supracitado é análogo ao exposto no depoimento de Ítalo Menezes, quando o mesmo afirma que “a rede ela é voltada para a comunidade LGBT, mas jamais vamos nos negar de estender a mão a quem está precisando se a gente pode ajudar, mas de fato, o nosso foco é a nossa comunidade”. Ou seja, não obstante as pautas comuns e identitárias, a rede DêBandeira busca um diálogo mais ampliado com outros segmentos, tendo em vista a compreensão acerca da importância de somar força e o seu papel dentro das lutas sociais.

Esse militante trouxe em seu relato um elemento fundamental, que é a solidariedade. Nesse sentido, a rede busca atuar também no tocante ao assistencialismo básico e nas situações de vulnerabilidade alimentar. Durante o período de pandemia, entre 2020 e 2022, ainda segundo Ítalo Menezes, a rede distribuiu, junto ao Governo do Estado, em torno de mais de 1.000 cestas básicas, não apenas para LGBT+, uma vez que esses nem sempre se acham sozinhos no mundo, mas convivem com seus familiares e amigos. Pode-se afirmar que se trata aqui também de uma maneira da rede DêBandeira se colocar socialmente e buscar um diálogo mais próximo com sua base e com a população de forma geral.

2.3 COMBATE À LGBTFOBIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS

No tocante à participação da rede DêBandeira nos espaços da política parlamentar, em relação às decisões de políticas públicas voltadas à população LGBT+ em Mossoró/RN, os entrevistados destacam as dificuldades para serem inseridos nos espaços de poder, considerando que esses, em preponderância permanecem fechados para as pautas desta população. Destarte, é notável a ausência de interesse por parte das autoridades públicas, ao

¹⁵³MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 160.

passo em que não dialogam com o movimento e, concomitantemente, não desenvolvem políticas públicas voltadas a atender as demandas dessa população, tampouco um retorno efetivo, expresso em ações concretas que viabilizem melhores condições de existência e sobrevivência para os indivíduos LGBT+. Quando questionado se os militantes da rede participavam de alguma forma do planejamento e implementação de políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT+ aqui em Mossoró, as respostas foram as seguintes:

Se não tem, como que a gente participa. A gente pleiteia é diferente. Quando a gente marca uma audiência é uma luta. Luta primeiro porque é uma dificuldade para marcar. Quando a gente consegue vai lá pleitear a gente fala, fala como professor Marcos fala lindamente e eles ouvem tal e nada sai. E fica sempre... desde 2015 é isso, sempre a mesma coisa, agora está pior. Se antes a gente não conseguia, desgoverno, lutar a partir de outubro mudem um pouco (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

Não porque não tem, não existe uma secretaria e se não existe uma secretaria, não existe uma subsecretaria e se não existe uma subsecretaria não existe um conselho. Quem poderia fazer são esses espaços, fica em uma vontade política de parlamentares, de vereadores, onde hoje, na Câmara Municipal nós só temos um vereador LGBT, e quatro mandatos que se propõe a ajudar e a colaborar com a comunidade LGBT, que estão ali prontos para nos atender no que a gente precisar e no que eles puderem oferecer, mas isso não é construção de política [...] O fechar os olhos é a maior resistência que a gente pode sofrer por parte dos que se dizem detentores de todo o poder, fecham os olhos, tapam os ouvidos e se calam, nós não existimos, "deixa eles lá, ninguém toca no assunto, então a gente não precisa fazer nada", e é isso que acontece em Mossoró, não existe o debate e quando é provocado, viram o rosto, saem de canto (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Ao serem questionados sobre os níveis de participação da rede DêBandeira nos processos de implementação de políticas públicas no município de Mossoró/RN, os entrevistados são enfáticos ao asseverarem que essa representação inexistente, porque não dispõem de políticas públicas que contemplem a população LGBT+. Os relatos evidenciam ainda, o histórico desafio de ausência das políticas sociais públicas para atendimento concreto das demandas da população LGBT+ no Brasil.

Como já vimos nessa pesquisa, durante os anos 2000, o movimento LGBT+ buscou lutar por direitos e institucionalizar suas demandas na estrutura do Estado brasileiro, o que resultou em marcos importantes para esse movimento, a exemplo do programa Brasil sem Homofobia e do Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia¹⁵⁴ (FEITOSA, 2021). A institucionalização das demandas desses sujeitos constitui uma via importante para a garantia

¹⁵⁴FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 74-89, jan./jun., 2021.

de direitos e visibilidade de suas pautas. O que se observa é que a rede DêBandeira também tem buscado lutar por essas conquistas institucionais, porém, no âmbito municipal, tem encontrado desafios no diálogo com o Poder Executivo. Não se sabe, no entanto, como isso tem sido disputado no cenário político de Mossoró, isto é, como grupos da direita e conservadores se organizam ou não em oposição às demandas que a rede tem levado ao Poder Público.

Na esfera nacional, entretanto, os desafios também são muitos. A partir de 2019, com a ascensão da extrema direita no Governo Federal brasileiro e por um Congresso conservador, esse cenário de desmonte das políticas públicas se agravou, resultando em uma série de retrocessos para as conquistas dos grupos sociais em luta, como mulheres, negros e LGBT+. De acordo com Cleyton Feitosa:

Dentre os principais resultados estão o fim da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; o fim das campanhas específicas e direcionadas de prevenção às IST/Aids; a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; a não-realização da 4ª Conferência Nacional LGBT¹⁵⁵.

Para o autor, todas essas mudanças confluem para o que Feitosa chama de “apagão” das políticas de diversidade sexual e de gênero, e se acham inseridas em um fenômeno mais amplo chamado de “desinstitucionalização”, caracterizada pelo desmonte institucional a pleno curso no país. Existe aqui uma estratégia deliberada pelo governo brasileiro, pois ao mesmo tempo em que se mantém alguns setores voltados à construção de políticas públicas para LGBT+, como a Diretoria de Políticas LGBT, que permaneceu vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o governo além de seguir sua política de desinstitucionalização, também fez diversos ataques à diversidade e aos direitos da população LGBT+¹⁵⁶.

Ao longo do mandato, o então Chefe de Estado, Jair Messias Bolsonaro, concedeu diversas declarações públicas nas quais deixou explícita a sua percepção sobre o assunto. Em seus discursos, o então presidente defendeu que o modelo de família que ele acredita é aquela composta por “homem, mulher e prole”¹⁵⁷. Quando em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por ampla maioria pelo reconhecimento da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero como crime análogo ao racismo, Bolsonaro declarou à imprensa que

¹⁵⁵FEITOSA, Cleyton. Op. cit., 2021, p.74.

¹⁵⁶Idem.

¹⁵⁷Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/bolsonaro-adiciona-mais-uma-fala-homofobica-a-lista-relembre-todas,99d67075400b02b8af744716573a7af295z8zjd6.html>. Acesso em 10 mar. 2023.

aquela se tratava de uma decisão “completamente equivocada”. Para ele, ao admitirem tal decisão, os ministros do STF estariam legislando sobre o assunto e aprofundando a luta de classes no país¹⁵⁸.

Além disso, o na época Chefe do Executivo teve seu mandato marcado pela propagação das “*fake news*” sobre a “ideologia de gênero”, carro chefe da sua guerra ideológica contra a esquerda e contra os avanços das pautas da população LGBTQ+. No jogo discursivo da extrema direita, a ideologia de gênero consistiria na prática de doutrinação política e ideológica dentro do sistema educacional, a qual teria como consequência a sexualização precoce das crianças e o combate à família tradicional.

Na prática, conforme destaca Luis Felipe Miguel, o “mito da ideologia de gênero”, nada mais é do que uma estratégia político-eleitoreira de Bolsonaro e seu clã para criar “um clima de pânico moral, transmitindo a impressão de que muitas instituições do país, a começar pelas ligadas à educação, estavam solapando os valores da família tradicional por meio da chamada “ideologia de gênero”¹⁵⁹.

Tais falas evidenciam que o projeto político do atual governo é contra a diversidade e os direitos das pessoas LGBTQ+. Nessa conjuntura, quase não há espaço institucional para a promoção e implementação de políticas públicas dirigidas ao atendimento das demandas dessa população. Bolsonaro adotou a pauta conservadora dos costumes, se inclinou para os evangélicos, atacou as outras religiões, instigou a violência contra a população LGBTQ+ e combateu praticamente todas as mudanças relativas à sexualidade e gênero¹⁶⁰.

A entrevistada Daniele Cesário diz sentir os impactos do atual governo na vida prática de seu cotidiano. Suas falas reverberam politicamente nas ações dos sujeitos, mobilizando uma base movida pelo ódio.

Acho que a situação se agravou mais ainda agora. Agora a gente está vendo o ódio realmente exposto. E é um ódio que é, digamos assim, o presidente diz: 'Não, vamos odiar os gays, vamos odiar os LGBTQ+'. Isso que está acontecendo. Uma alienação em massa. Porque quando a gente estuda por que Hitler tinha tantos, a população toda em volta, era todo mundo ruim? Não, era um povo alienado. Porque se chama contágio social, que é um contágio social, contágio do mal, eu digo social (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

¹⁵⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/bolsonaro-disse-que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-completamente-equivocada.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹⁵⁹ MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero”, no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas – SP, v. 62, p. 1-14, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

¹⁶⁰ ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 01, p. 185-213, jan./abr., 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Pelo depoimento da entrevistada, a atual conjuntura é de agravo da situação de vulnerabilidade e violência a que estão submetidos os indivíduos da comunidade LGBTQ+. Daniele Cesário acredita que nem todos os sujeitos que seguem esses ideais de ódio contra lésbicas, *gays*, travestis, transexuais fazem isso porque são necessariamente pessoas ruins, mas porque se encontram alienados, no sentido de serem facilmente manipulados e perderem a capacidade de refletir criticamente às estruturas da sociedade.

Obviamente, o preconceito e a discriminação que padecem as pessoas LGBTQ+ no Brasil não foram inaugurados com o advento do atual governo, bem como o processo de enfraquecimento das políticas públicas direcionadas aos grupos LGBTQ+ não começou com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência em 2019. Ainda no governo de esquerda, no da então presidente Dilma Rousseff, a partir de 2010, foi possível observar um recrudescimento dos avanços dessas políticas, sob pressão da bancada evangélica e católica do Congresso Nacional. Uma das maiores expressões do aceno significativo que Dilma fez às pautas conservadoras foi o veto ao programa “Escola sem Homofobia” do Ministério da Educação, proposta veiculada pela direita e extrema direita ligada à Bolsonaro como “Kit Gay”¹⁶¹.

É inegável que o que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) mais fizeram foi fortalecer a cúpula da Igreja Evangélica, que na atual conjuntura querem tomar o Estado brasileiro a qualquer custo. Em síntese, criou-se um monstro e agora não se sabe o que fazê-lo.

Não bastasse a interdição de uma política educacional necessária, a ex-presidenta fez uma fala à imprensa desastrosa, afirmando que seu governo “não faria propaganda de opção sexual”. Outros gestos se fariam sentir pelo Movimento LGBTQ+ como, por exemplo, a ausência de Dilma na abertura da 2ª Conferência Nacional LGBTQ, em 2011¹⁶².

Em grande medida, estava sendo construída a base da estrutura política que permitiria as alterações radicais do cenário político brasileiro. Assim, nos últimos anos observamos no Brasil a implementação explícita de um projeto de sociedade elitista, conservador e retrógrado, marcado por ataques contra a classe trabalhadora, contra os movimentos sociais e as pautas da diversidade e gênero. Esse projeto caminha a pleno curso, se insere em um contexto mais amplo de ascensão dos governos ultradireita por diversos lugares do mundo e reflete na sociedade como um todo.

No Brasil, por exemplo, entre 2020 e 2021, o número de mortes violentas de pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo dilatou de 237 para 316, segundo

¹⁶¹FEITOSA, Cleyton. Op. cit., 2021.

¹⁶²FEITOSA, Cleyton. Op. cit., 2021, p. 77.

dados publicados pelo próprio governo¹⁶³. Os indícios são de que esses números ainda são subnotificados, devido ao grande desafio da ausência de dados governamentais. Ademais, no país, “a expectativa de vida média para homossexuais é de apenas 35 anos contra 73 anos do restante da população. Além disso, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis no mundo todo acontecem no Brasil”¹⁶⁴.

Esses desafios a nível nacional nos fazem refletir acerca da realidade dos nossos sujeitos de estudos e o contexto em que o movimento local está inserido. Segundo os entrevistados, de um modo geral, Mossoró/RN é uma cidade ainda bastante religiosa e tradicional, havendo grande resistência por parte desses setores conservadores da sociedade, contrários aos avanços das pautas LGBTQ+.

Primeiro que o prefeito é evangélico, a maioria são todos evangélicos [...] A luta está maior ainda, ainda maior (Daniele Cesário, 2022 - DêBandeira).

Em Mossoró, a homofobia ela é mais escrachada, as pessoas elas não têm vergonha, nunca tiveram, não vou botar só na culpa do bolsonarismo hoje, mas na culpa do conservadorismo por inteiro. Mossoró é uma cidade muito conservadora, então, de locais como igreja, templos religiosos, independente da religião, espaços públicos, praças, em busca de trabalho, nas Universidades, nas escolas, sempre tem aquela pessoa que não tem vergonha de ser escrachadamente homofóbica, então, aqui em Mossoró é meio difícil [...] quando não é o extremo que quer nos matar, é um grupo que não quer nos ver, não quer nos ver naquele espaço, não quer nos ver naquele restaurante, não quer nos ver naquele bar, não quer nos ver naquela igreja, não quer nos ver naquele terreiro. Então, ou é um extremo ou é outro, mas eu acredito que o movimento LGBTQ+ em Mossoró, apesar de toda a resistência do conservadorismo, a gente tem sobrevivido bem e de mãos dadas com aqueles que querem construir com a gente, mesmo sem serem LGBTQ+. (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

O descaso institucional, a ausência de políticas sociais efetivas de acolhimento das vítimas de LGBTQ+fobia, a falta de efetividade da aplicação das leis e, conseqüentemente, a impunidade, refletem diretamente na violência e no número de assassinatos de pessoas LGBTQ+ no Brasil. As mortes constituem a expressão mais aguda da intolerância. Em Mossoró/RN, em 2022, aconteceram três assassinatos bárbaros motivados pela LGBTQ+fobia.

¹⁶³Para outras informações sobre o tema, acessar o endereço: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/numero-de-mortes-violentas-de-pessoas-lgbti-subiu-333-em-um-ano>. Acesso em: 10 mar. 2023.

¹⁶⁴ALMEIDA, Valdebergue Lucio de Almeida; ALVES, Luciano Silva. **A criminalização da homofobia: a inércia do poder legislativo**. 2019. 12f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG, Várzea Grande – MT, 2019. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/1360/1297>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Uma destas fatalidades, incide no assassinato de Eliel Ferreira Calvalcante, um jovem advogado de 25 anos que teve a vida ceifada com tiros por um vizinho do seu namorado, no dia 09 de abril de 2022. A versão inicial da polícia era de que Eliel teria sido confundido com um assaltante, tese essa que afastaria o crime de ódio. A família da vítima, no entanto, contesta a versão, asseverando que na verdade, se tratou de um crime de homofobia. O entrevistado Ítalo Menezes também nos deu seu depoimento sobre o caso.

Começou com Eliel, que foi... foi uma barbárie, foi na cara, sete tiros a queima roupa, onde um dos agressores segurou Eliel para que o outro atirasse e ainda ousaram dizer que confundiram com ladrão, como você vai confundir um jovem que você sabe que mora naquele apartamento a meses, entrando nele com o seu parceiro, com o seu namorado, como você vai dizer que isso... confundir ele com ladrão, como? Me diga, me responda isso, você conhecendo, foi porque quis, que não gostava, dois homens se agarrando é feio, para ele, Eliel foi assim. (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Na percepção de Ítalo Menezes, o assassinato de Eliel foi claramente um crime de ódio, no qual a versão de confundir a vítima com um ladrão não se sustenta, haja vista que se tratava de alguém que transitava com frequência a casa do namorado, ou seja, já era conhecido pela vizinhança. Ele também destaca a crueldade e a violência que os assassinos cometeram no ato do crime, “sete tiros a queima roupa”, o que também evidencia o ódio que sentiam pela vítima. Em sua fala, Ítalo Menezes sinaliza ainda para a ineficácia da legislação, considerando que apesar de ser criminalizada a homofobia, o homofóbico ainda encontra saídas, isto é, aberturas para sair impune do seu crime.

O homofóbico, ele é livre para promover sua homofobia, mesmo a homofobia sendo crime no Brasil e a gente mesmo fica sempre aquele ar de impunidade. E no caso de Bruno, de Adson e de Eliel, o intervalo foi de 30 dias, foram em 30 dias, três assassinatos, 30 dias, isso dói, doeu muito. Eu fiquei de certa forma congelado, em pânico, sem saber o que fazer, porque eu precisava até enquanto secretário do LGBT do partido, tomar alguma providência, como também, enquanto membro da Rede sem saber como eu poderia colaborar, o que a gente deveria fazer naquele momento [...] Então, essas cenas me aterrorizam até agora, não foi fácil, não é fácil falar sobre isso, foi difícil segurar a barra, mas a gente manteve o foco e a gente conseguiu fazer aquilo que era preciso fazer na hora, lutar por justiça, provocar a sociedade civil, por meio da imprensa para provocar a Polícia Civil. Porque se não fosse por isso, era só mais um crime que iria passar, era só mais um, aliás, eram só mais três. Porque nem como crime de ódio queriam equiparar. **Não equipararam, Ítalo?** Não. Mas agiram, prenderam, estão presos, vão responder em prisão, não estão livres. Um estava alcoolizado, drogado e foi de fato crime de ódio contra a pessoa LGBT. Os outros dois foram para roubar e matar, roubar porque queriam, matar porque não gostam de pessoas LGBTs, não gostavam dos gays. Se o ódio não está na cara, eu não sei onde está não, literalmente eu não sei onde achar o ódio se não for na cara desses três crimes, então, foi bem

difícil esse período aí do mês de maio para o mês de junho. (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Os dois outros assassinatos a que se refere o entrevistado, contabilizando três crimes em um período de 30 dias, como ressalta Ítalo Menezes, foram de Bruno Alisson do Nascimento, de 35 anos e, Hadirson Caio Marcelino, de 29 anos, ambos assassinados após marcar encontros através do aplicativo de relacionamento *Grindr*, famoso entre a comunidade LGBTQ+. Por mais que o formato dos assassinatos tenha sido muito semelhante, até então a Polícia Civil não trabalhava com a hipótese de crime de homofobia, sendo os crimes caracterizados como latrocínios.

Os casos mencionados chegaram a estampar algumas manchetes de jornais. Sobre o assassinato de Eliel, o jornal G1 do Rio Grande do Norte trouxe, à época, o relato do advogado da família da vítima, que afirmou que ele havia sofrido um crime brutal, porque o criminoso não aceitava a orientação sexual do casal de namorados, que a intenção era matar ambos e que a versão de confundir-lo com assaltante não condizia com a materialidade dos fatos. Eliel chegou a fugir, mas foi perseguido, segurado e alvejado com pelo menos mais sete disparos¹⁶⁵.

Já os casos de Bruno e Hadirson, algumas outras matérias de jornais também foram encontradas, a exemplo do jornal digital *Passando na Hora*, que além de publicar o assassinato, trouxe a versão da polícia, que afirmava na época não descartar a possibilidade de latrocínio, isto é, roubo seguido de morte. As investigações até aquele momento não se referiam ao crime de homofobia¹⁶⁶.

Em outra reportagem, o G1 publicou a prisão de dois suspeitos pelos crimes de Bruno e Hadirson, um homem e um adolescente de 17 anos. Eles relataram que haviam marcado encontro pelo aplicativo de relacionamento com as vítimas, teriam os estrangulados e depois roubado seus pertences. Assim, os criminosos responderiam por latrocínio e não por crime de homofobia. Até essa matéria, publicada no dia 10 de maio de 2022, tal versão não teria sido questionada pela mídia¹⁶⁷.

¹⁶⁵Matéria G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/04/14/familia-contesta-versao-de-que-advogado-foi-confundido-com-assaltante-e-diz-que-homicidio-foi-motivado-por-homofobia.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2023.

¹⁶⁶Matéria publicada no *Passando na Hora* do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://www.passandonahoram.com/2022/04/homem-e-encontrado-morto-dentro-de-uma.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.

¹⁶⁷Matéria G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/05/10/policia-prende-suspeitos-de-marcar-encontros-por-aplicativo-de-relacionamentos-roubar-e-matar-vitimas-estranguladas-no-rn.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Diante desse cenário de barbárie, o “ar de impunidade” que fica em Ítalo Menezes não é estranho a realidade que a comunidade LGBTQ+ padece no país. Nos deparamos não só com a inércia do legislativo, ao se opor a/em implementar leis específicas de combate aos crimes contra LGBTQfobia, como também, a omissão de um judiciário ainda composto majoritariamente por homens brancos, que performam a heteronormatividade tóxica e sucedem com uma atualização normativa da legislação brasileira, sem mudanças estruturais efetivas.

Nesse sentido, Iago Moura destaca também:

Se no campo do Legislativo, na atual configuração do Congresso Nacional, extremamente machista, racista e LGBTQfóbica, as poucas conquistas estão sendo retiradas, o campo do Executivo segue a mesma linha, restando ao Judiciário um papel de garantias pontuais de direitos, a depender da provocação de situações particulares que podem ser retiradas a qualquer momento, gerando aquilo que Irineu (2014) chama de “judicialização” dos direitos da população LGBTQ¹⁶⁸.

A mera existência de uma legislação não é suficiente para assegurar que ela seja concretizada na prática. Destarte, o país carece de uma fiscalização efetiva e imparcial, bem como investimento orçamentário e disposição dos operadores do Direito, uma mudança de mentalidade no campo jurídico e transformações mais amplas no campo das lutas sociais. Do contrário, as políticas direcionadas à população LGBTQ+ a nível nacional, regional e local continuarão sendo meramente pontuais e, portanto, frágeis e ineficazes em seus objetivos, sem qualquer respaldo jurídico-legal e sem caráter de continuidade.

Os movimentos sociais exercem grande importância nesse processo, pois operam como porta-vozes das demandas de grupos sociais historicamente marginalizados, pressionando o poder público a efetivar resultados. Assim, exercem a capacidade organizativa e o caráter educativo, ao produzirem saberes e impulsionarem ações coletivas com maior impacto social.

Assim, concordamos com Maria da Glória Gohan, quando afirma que “uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social”¹⁶⁹. Em tese, os movimentos sociais são carregados de potencial de transformação político-social.

¹⁶⁸MOURA, Iago. Op. cit., 2017, p. 181.

¹⁶⁹GOHAN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Quando questionados sobre a importância da rede DêBandeira nesse contexto, as respostas dos entrevistados evidenciam o reconhecimento do seu potencial de transformação, tanto pessoal como coletiva.

[...] somou e muito na minha desconstrução e na minha construção e entendimento enquanto pessoa LGBT. Então, para mim a Rede é indispensável na minha vida. E a Rede ela é indispensável como na minha vida, na vida de várias outras LGBTs na nossa cidade, que fazendo ou não fazendo parte da Rede, um dia já precisou dela e ela teve lá. Então, a Rede para mim é o nosso ponto de apoio, aquela âncora, aquele suporte, que dá sustância à nossa militância, às nossas vidas, não só a militância, mas as nossas vidas quando se trata de políticas públicas, quando se trata de LGBT (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

A importância da rede é essa: tentar minimizar um pouco sabe esse vandalismo. As pessoas estão alienadas em massa, em massa mesmo. É por nada que eles matam, que eles destroem. E eles tem ódio dos gays. Eu não sei se é (um reflexo) como diria Freud não é não? Que é o ódio, eles queriam tanto e não conseguem e vão e matam outro. Acho que o desafio maior (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

Quando eu tô com eles, eu sou coletivo, eu sou plural, então o meu ser aflora, o meu ser vai longe, eu não tenho medo, não tenho medo de enfrentar, não tenho medo de viver, eu não tenho medo de dizer assim, que existo, então isso pra mim isso é muito importante. A gente se multiplica nos olhares, sabe, nos toques, no respeito, a liberdade que a gente consegue ter quando estamos juntos e.... É esse alimento subjetivo que nós fazemos no pequeno grupo da gente que nos torna grande diante da sociedade. O meu discurso se empoderou muito depois que a rede passou a existir em mim, então aonde eu chego hoje em dia eu digo, oi, tudo bem, eu sou Marcus Vinícius, sou professor, escritor, contador de história e gay sem cura. Alguns riem, mas eu digo assim, que bom que vocês riram, mas não é piada, tá certo, é uma afirmação. [...] tá certo pra gente tentar construir uma sociedade, um mundo bem melhor do que esse que nós vivemos. Quem sabe assim, o Brasil não deixasse de ser esse país que mais mata, né. Porque eu volto a dizer, é o país que mais mata porque é o país que mais empodera. Se a gente ainda vivesse caladinho, trancado nos quartos da gente, só sendo usados ou sendo massacrados ou oprimidos pela sociedade, estaríamos aí como pessoazinhas né que..... serve e acabou-se (Marcus Vinicius de Medeiros, 2022 - DêBandeira).

Para Ítalo Menezes, a rede DêBandeira atua como combustão das lutas da população LGBT+ de Mossoró/RN. Em paralelo ao exposto por Marcus Vinicius, a Rede para esses militantes exerce um papel fundamental no seu processo de reconhecimento e afirmação enquanto sujeito LGBT+.

O próprio nome da rede, “DêBandeira”, sinaliza para esse processo de reconhecimento e de autoafirmação dos sujeitos que integram o movimento, tendo em vista que o “dar bandeira” tem sido uma expressão construída com uma carga pesada de misoginia, homofobia e

preconceitos para se rotular principalmente os *gays* considerados afeminados, por não performarem uma masculinidade heteronormativa, ou mesmo por sua expressão de gênero não ser condizente com os padrões normativos impostos na sociedade para homens e mulheres.

Muito se falou, e ainda hoje se reproduz, frases como “quer ser *gay* e ainda quer dar bandeira?”, ou então, “não tenho nada contra homossexuais, mas acho desnecessário ficar dando bandeira o tempo todo”. Essas declarações são carregadas de intolerância. Exigir que um comportamento tradicional heterossexual seja reproduzido por sujeitos LGBTQ+ é parte do processo de silenciamento, negação e aprisionamento desses indivíduos, em outras palavras, é querer mantê-los enclausurados no obscurantismo dos armários, onde estiveram por muito tempo. Ademais, está relacionado a uma cultura de hipocrisia da “família tradicional”, na qual muitos heterossexuais na aparência acabam mantendo uma vida dupla, não apenas com gays, mas com mulheres transexuais etc.

Nesse contexto, ao ser apropriado pelo movimento, a expressão ganhou novos sentidos políticos, notadamente, com um teor positivo. Dar bandeira sim, no sentido de os sujeitos LGBTQ+ não terem de se esconder, de se reconhecerem e de não terem vergonha de quem são. Dar bandeira, no sentido também de que podem amar livremente uns aos outros, sem culpa, apesar de o medo existir, porque vivemos em uma sociedade LGBTQfóbica.

O processo de ressignificação de palavras e expressões pejorativas faz parte das estratégias de lutas dentro da comunidade, foi assim com os termos “bicha” e “viado”, a título de exemplo. Com o tempo, o movimento passou a entender que repudiar essas expressões era admitir um posicionamento igualmente machista e homofóbico em relação à sua existência¹⁷⁰. Assim, essas palavras têm passado por um processo de ressignificação:

O termo “significar”, inteiramente relacionado à semântica foi antecedido pelo prefixo “Re”, que transmite a ideia de algo feito novamente, para a construção etimológica do raciocínio anteriormente mencionado. Resignificar representa atribuir novo significado e, conseqüentemente, nova visão a determinada expressão já existente¹⁷¹.

Dessa forma, ressignificar esses termos é muito mais do que conferir nova semântica às palavras, mas incide em um ato de luta e de resistência dos movimentos LGBTQ+. Os militantes

¹⁷⁰FREITAS, Elizama de Lima; SILVA, Joicy Eleiny. Resignificação enquanto ferramenta de autoafirmação através da perspectiva da bicha. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE. 18., 2016, Caruaru. *Anais...* Caruaru: INTERCOM, 2016. p. 1-10. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1634-1.pdf>.

¹⁷¹Ibidem, p. 4.

da rede DêBandeira têm assumido essa postura contestadora, afinal, o que é mais dar bandeira do que decidir se organizar politicamente em movimento LGBTQ+?

Nas entrevistas, tanto Denise Cesário quanto Marcus Vinicius expressaram suas expectativas de a rede atuar como instrumento para reduzir mortes e ataques às pessoas LGBTQ+, muito provavelmente por acreditarem na capacidade da sua organização de elevar a conscientização dos indivíduos quanto às suas pautas, levando informação, trazendo às suas demandas para o cenário político em Mossoró/RN, pressionando as autoridades públicas locais e fomentando a resistência entre a comunidade LGBTQ+.

A mera institucionalização das demandas pode no momento imediato representar um respiro para os movimentos em luta, porém, a longo prazo pode também não ser suficiente para garantir a manutenção dos direitos, uma vez que, em contextos de crises, várias são as estratégias do capitalismo no sentido de impedir os avanços e a permanência das conquistas sociais, “uma vez que essa institucionalização ocorre a partir da correlação de poder e forças entre as classes sociais, que buscam exercer sua hegemonia nos diferentes momentos históricos”¹⁷².

Por outro lado, a hegemonia não é igualmente disputada, e talvez, nem seja o objetivo da rede disputa-la. Além disso, lutar pela aprovação e implementação de uma lei que assegure direitos e proteção aos LGBTQ+, esteja muito mais próximo dos interesses desse grupo e constitua mais um ato de contra hegemonia.

A rede DêBandeira tem construído seu espaço junto aos sujeitos LGBTQ+ e à sociedade de uma forma geral, todavia, não sem desafios. Atualmente, a rede é composta majoritariamente por militantes gays e lésbicas, ponderando que ainda há nesse sentido, uma dificuldade em trazer pessoas trans para o movimento.

[...] eu sinto falta também das pessoas trans na rede. Não tem nenhuma pessoa trans na rede Bandeira. Têm gays, lésbicas, trans não tem. Apesar do convite não faltar. Mas o que eu vejo nas trans, as que eu conheço, pelo menos aqui em Mossoró, só duas trabalham, digamos em trabalhos assim no comércio. A maioria trabalha informal, que elas são “bater” calçadas. Então, elas também não têm tempo agregar algum coletivo. Às vezes elas não sentem essa... não tem nem tempo. Porque acho a maioria acordada, dia dormindo, vão só quando tem festa. Fizerem uma festa elas comparecem. Ou para ir para Câmara dos Vereadores, é difícil. Então, é composta a rede mais de lésbicas e gays (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

¹⁷²BEZERRA, Waldez Cavalcante; PEREIRA, Beatriz Prado; BRAGA, Iara Falleiros. Estado e sociedade civil em Gramsci: notas para discutir a institucionalização das demandas sociais no capitalismo e a dimensão social da terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos – SP, v. 29, p. 7, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/FRDMtXTfwsxcxDDSbjTDZYCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Na fala de Daniele Cesário um elemento colocado é a indisponibilidade das travestis e transexuais de participarem das reuniões e organização das atividades da rede, por causa da incompatibilidade de horários, ou não têm nem sequer tempo para articular-se no movimento. Como destaca Iago Moura, existem diversos fatores que interferem e impedem a inserção efetiva dos sujeitos nos movimentos sociais, como as condições socioeconômicas, familiares etc. Não se trata exclusivamente do anseio individual, mas também das condições materiais concretas, sendo a realidade da classe trabalhadora uma questão determinante dentro desse processo¹⁷³.

Ainda com relação à aproximação da rede DêBandeira aos sujeitos LGBTQ+, Ítalo Menezes aponta como desafio a resistência por parte dos membros da própria comunidade, que se identificam e se declaram como conservadores nos costumes.

[...] na construção enquanto Rede de Bandeira e comunidade LGBTQ+, existe uma relação de amor e um pouquinho de ódio sim, porque tem aqueles que não gostam da Rede porque são justamente aqueles de opiniões bem conservadoras, existe, existe muito LGBTQ+ conservador, é difícil de assimilar, mas existe, infelizmente, mas faz parte do nosso papel enquanto Rede, chegar nessas pessoas e conversar, e quando se conversa, começa surgir esclarecimentos e aí a desconstrução acontece (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Um contrassenso quando um membro da comunidade LGBTQ+ se diz adepto do conservadorismo, isso porque, do ponto de vista histórico, esse é um posicionamento enraizado na moral e na ideologia cristã da Idade Média, cujos fundamentos são encontrados na bíblia sagrada e, portanto, totalmente contrário às diversidades e à liberdade do indivíduo de viver plenamente sua sexualidade¹⁷⁴.

Por outro lado, a rede DêBandeira tem assumido esse papel de reunir em torno da sua organização pessoas de diferentes correntes ideológicas e políticas, porém, vê-se que não sem desafios, uma vez que as concepções que esses indivíduos carregam nem sempre condizem com as bandeiras de lutas tocadas pelo movimento.

O militante afirma acreditar no diálogo como caminho para desconstrução, todavia, é preciso questionar ainda se tal medida também não fragiliza a organização, no sentido de afastar

¹⁷³ MOURA, Iago. Op. cit., 2017.

¹⁷⁴ COPELLI, Alexandre Lauriano. Gays de direita e a nova onda conservadora: a negação de si mesmo e a contradição do conservadorismo nos costumes por parte de membros da comunidade LGBTQ+. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 102-123, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/33044>. Acesso em: 10 nov. 2022.

as pessoas que se sentem inseguras pela presença de um conservador. Uma reunião, por exemplo, que deveria ser um espaço de acolhimento, acabe se tornando um espaço de constrangimentos entre os membros.

Ítalo Menezes também demonstrou acreditar ser papel da rede buscar uma aproximação com esses sujeitos e trazê-los para a organização, levando informação e os impulsionando a uma reflexão crítica, de maneira a esclarecê-los e desconstruí-los das amarras do conservadorismo.

Não obstante, corroboramos com a ideia de que fazer parte da comunidade LGBTQ+, sentir na pele a opressão, não significa necessariamente que o sujeito está disposto a lutar contra as amarras que de fato o aprisionam ou, que tenha compromisso com uma mudança social. Existem muitos outros marcadores sociais que podem influenciar na tomada de consciência individual socializada.

Também buscando compreender esse fenômeno, Alexandre Lauriano Copelli¹⁷⁵ destaca o fator do medo. Segundo o autor, o medo além de ser uma arma de dominação política, pode se associar aos discursos religiosos, operando para criação de um inimigo, que é sempre o outro que pensa diferente do grupo ao qual eu pertencço. Mas, esse medo não é apenas do outro, como também pode ser de si próprio, isso porque os sujeitos se formam socialmente e possuem dimensões socioafetivas. Nesse sentido, existe uma necessidade de serem aceitos e acolhidos em seu contexto social e o temor de não corresponderem a um determinado padrão.

Ao instigar medo no sujeito, e, principalmente, um medo de si próprio, consegue-se cooptá-lo para qualquer coisa. Se o indivíduo passa a se entender como sendo o seu grande obstáculo, ele estará disposto a voltar-se mais docilmente para o outro em busca de um caminho. Se as vozes em sua cabeça e seus desejos mais íntimos são pecaminosos, e o levarão à perdição eterna, quais vozes externas deverá ouvir? Aquelas que ofereçam discursos de esperança, e que alinhadas com essa culpabilização de si mesmo, que ele já aceitou como verdade, ofereçam possibilidade de apaziguamento para aqueles medos internos que aprendeu a cultivar¹⁷⁶.

Dessa forma, os sujeitos são também impelidos a lutar contra quem são e a negar a si próprios, e mesmo quando se afirmam homossexuais, buscam performar um padrão da heteronormatividade a qualquer custo, para se afastar dos estigmas e estereótipos criados pela sociedade.

¹⁷⁵Idem.

¹⁷⁶Ibidem, p. 113.

Como afirmou-se, muitos fatores confluem para esses contrassensos. Se os sujeitos são historicamente contextualizados, construídos socialmente, por meio das relações que estabelecem com o seu meio social, eles não se constroem somente enquanto LGBTQ+, mas assumem diferentes papéis e partem de lugares sociais distintos que vão interferir na forma como se enxergam no mundo e nas lutas de classe. O pertencimento se forja das vivências e essas nem sempre levam os indivíduos à militância política.

De fato, esses desafios demandam que os movimentos LGBTQ+ construam estratégias, aproximando-se dos seus de forma crítica. Destarte, faz-se necessário desenvolver um trabalho de base, formação política, uma dimensão educativa que se situa no campo das ações mobilizadoras. Compreender os limites e as possibilidades dessas ações táticas se torna, portanto, imprescindível.

CAPÍTULO 3

3. DAS TÁTICAS EMPREENNNDIDAS PELA REDE DÊBANDEIRA

O presente capítulo se aprofunda nas táticas empreendidas pela Rede DêBandeira na luta pelo atendimento das demandas dos LGBT+ em relação ao Poder Público. Nesse momento, o foco está nos três eixos principais de atuação da Rede, e que norteiam ações desse coletivo, são eles: justiça, direitos humanos e políticas públicas; educação; e militância em ambientes virtuais. Esses eixos só podem ser compreendidos em relação à realidade social mais ampla, isto é, situado no contexto histórico de origem, formação e atuação da DêBandeira, marcado pelos avanços nas pautas neoconservadoras e por retrocessos nos direitos da população LGBT+. Além disso, o capítulo também aborda os meios e mecanismos de participação do grupo no cenário político de Mossoró, ou seja, seus níveis de participação nos espaços de decisão do poder público, atuação na política formal da cidade e relação com o cenário político nacional. Investiga-se mais especificamente as atividades tocadas pelo grupo, conferências, palestras, eventos socioculturais e relação com a comunidade e com o Poder Público.

3.1 A ATUAÇÃO DA REDE DÊBANDEIRA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN

3.1.1 O Conselho Municipal LGBT+ e os mecanismos de participação

Uma das lutas históricas travadas pela Rede DêBandeira incide na construção de um Conselho Municipal LGBT+ em Mossoró, o qual aborde sobre os temas pertinentes à comunidade. Essa pauta constitui um dos maiores desafios da Rede, conforme as falas de seus militantes:

E a gente desde 2015 vem tentando, pleiteando o Conselho de Políticas Públicas a LGBTQIA+. Eu faço parte do Conselho de Políticas Públicas, LGBTQIA+ do Rio Grande do Norte, sou conselheira. Do Rio Grande do Norte já tem por que Fátima, governadora colocou agora, aliás desde o ano passado. Mas aqui em Mossoró ainda não houve essa abertura, apesar de reivindicarmos desde 2015. Teve agora na Câmara, outro evento também dia 27, 28 a gente vai fazer outro evento na Biblioteca, sempre pleiteando esses direitos. Porque a gente vê a invisibilidade que essa população tem. E aos poucos a gente vai conseguindo (Daniele Cesário, 2022 – DêBandeira).

A Rede, desde o seu início, ela começou, ela foi construída na luta pelas políticas públicas, começando pelo nosso conselho de políticas públicas LGBT municipal que nunca saiu do papel, foi aprovada na Câmara Municipal por unanimidade e vetado pelo ex-prefeita Rosalva, voltou para a Câmara e o veto manteve-se na Câmara, na época. Depois a prefeitura simplesmente arquivou, então, o projeto está aprovado, está criado, mas não tem como ter ainda nenhuma gestão porque o município não deu continuidade na época e a atual gestão do prefeito Alisson também não tem interesse em discutir o assunto, dois anos de gestão, não se prontificou a discutir sobre o assunto e não foi por falta de insistência nossa (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

O fato de a construção de um Conselho Municipal LGBTQ+ ser uma luta que o grupo vem tocando, na expectativa de que de fato se concretize, diz muito sobre a estrutura política do Brasil. Não se pode esquecer que dentro da organização do Estado brasileiro, o Município exerce autonomia para decisões locais, assim como qualquer outro ente da Federação. Nesse sentido, os espaços de discussão e decisões legislativas constituem de maior importância, pois aproximam o Poder Público das reais necessidades da sua população, desde que se garantam os mecanismos de participação ativa e direta dos setores populares, de maneira que sejam convidados a ocuparem os espaços do poder político.

É certo que em nosso país vivemos uma democracia representativa, por meio do voto direito e das instâncias de poder. Dessa senda, a Câmara Municipal exerce as funções de fiscalização, administração e legislação dos recursos municipais, além de buscar garantir que esses recursos sejam redistribuídos e voltados a atender as demandas da população. Dentre suas competências, citam-se a elaboração e concretização de projetos de lei, interposição de recursos, atuação como canal de diálogo entre Poder Executivo e sociedade, informando à população dos assuntos de seus interesses¹⁷⁷.

Na mesma direção, a Constituição Federativa de 1988 também garante como regra à iniciativa popular em âmbito de processo legislativo, e estabelece os indivíduos como centros das políticas públicas, visando assegurar a dignidade da pessoa humana. A Carta Magna regulamenta as diferentes formas de participação popular, dentre elas, está a institucionalização dos Conselhos de Políticas Públicas.

Contudo, essa forma de participação representativa tem se mostrado insuficiente para de fato assegurar à proteção aos direitos de todos os cidadãos. Na prática, os mecanismos concretos de participação ficam limitados às decisões dos próprios governantes, que definem sobre quais circunstâncias essa participação popular ocorrerá de fato.

¹⁷⁷KMIECIK, Daiana; MELLO, Eduardo Gomes de. A atuação dos vereadores na câmara legislativa de Papanduva, sua representação no cumprimento de suas funções. **ÁGORA: Revista de Divulgação Científica**, Mafra-SC, v. 16, n. 2, p. 264-272, 2012.

A própria construção de um Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBT+, um direito garantido constitucionalmente à população, por exemplo, só pode se fazer efetiva se demandada por pressão de grupos sociais interessados, já que o próprio Poder Público impõe empecilhos a sua efetivação, conforme denúncia a fala da ativista da Rede DêBandeira, quando perguntada o que faltava para que esse Conselho Municipal fosse criado em Mossoró:

Eles não aceitam. A Isolda fez esse projeto que foi justamente o que o Estado Rio Grande do Norte colocou. É o mesmo projeto de Isolda, ela fez aqui em Mossoró, mas não votaram. A Câmara não voltou. A dificuldade é essa, os políticos quererem (Daniele Cesário, 2022 - DêBandeira).

A ausência de interesse e iniciativa governamental também é ressaltada por Ítalo Menezes, que explana:

Falta de vontade, falta de vontade política, parece que as vidas LGBTs para a prefeitura não importam, aqui em Mossoró, ao contrário do governo do estado do Rio Grande do Norte que nessa gestão atual fundou o conselho de políticas públicas e, dentro da SENGIRES, se criou a parte de direitos humanos e LGBTs (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Além disso, as condições de iniciativa popular são determinadas na própria Constituição, que estabelece como critério do exercício desse direito a apresentação de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles¹⁷⁸. Ou seja, o mesmo dispositivo que determina que todo poder emana do povo e garante a participação popular como elemento central do regime democrático, é também aquele que impõe restrições a essa participação.

Dessa forma, a participação popular nas esferas do poder político ainda acontece dentro de um sistema de representação meramente formal, restrita às eleições, mecanismo esse, que nem mesmo todos os brasileiros têm acesso plenamente, o que não se configura como um dispositivo de ampla participação. Ademais, nosso sistema político é bastante excludente, de maneira que as atividades de formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas ainda ficam restritas nas mãos daqueles que ocupam os cargos do Poder, muitos dos quais se utilizam da máquina pública em interesses próprios, e não em defesa dos interesses públicos¹⁷⁹.

¹⁷⁸BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal, 2016.

¹⁷⁹FERREIRA, Juliana Maria Matos. **O modelo participativo de processo coletivo** – as ações coletivas como ações temáticas. 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte, 2009.

Nessa dinâmica, Martins et al.¹⁸⁰ consideram que os Conselhos em âmbito municipal constituem um dos mecanismos de efetiva participação dos cidadãos na sociedade. Segundo esses autores:

A criação e a atuação dos Conselhos Gestores nos municípios adquirem, nesse sentido, uma importância fundamental, tanto pela sua potencialidade, enquanto mecanismo de controle público, quanto pela sua função de compor um novo modelo de gestão das políticas. O governo local é a unidade político administrativa que oferece melhores condições para a prática da participação popular na gestão da vida pública. A responsabilidade deliberativa, aliada a situações normativas e controladoras, possibilita aos Conselhos Municipais um significativo papel na construção do desenvolvimento social e econômico local¹⁸¹.

Presentes em diversos municípios brasileiros, e sendo articulados em níveis estaduais e federais, os Conselhos atuam sobre uma diversidade de temas, como saúde, educação, habitação, meio ambiente, cultura e direitos sociais. É uma conquista muito importante no que tange a construção de uma institucionalidade democrática, pois parte da perspectiva de se intensificar e institucionalizar o diálogo entre governo e sociedade, trazendo para a arena política atores sociais plurais, tendo como condição uma alocação de recursos públicos mais justa e eficiente¹⁸².

É nesse sentido também que os militantes da Rede DêBandeira compreendem a importância da instauração de um Conselho Estadual LGBT+. Para Joriana Pontes, o conselho deve atuar como um canal para viabilizar recursos e facilitar investimentos voltados à comunidade.

Porque a gente entende que um conselho tem condições de fazer muito mais do que a gente. Até mesmo de viabilização de verbas de ações. O conselho regula as ações no município. E ele também luta pelas ações no município. Então é uma coisa mais organizada, vamos dizer assim, que possa ter uma proporção maior do que a gente enquanto organização. Pode ter um poder e o conselho ele serve para regulamentar até mesmo as verbas que vem da saúde. Mesmo sendo um conselho lotado no Desenvolvimento Social, as verbas do Desenvolvimento Social os atendimentos porque não faz um centro pop LGBTQia+ (Joriana Pontes, 2022 - DêBandeira).

¹⁸⁰MARTINS, Marcelo Feijó; MARTINS, Simone; OLIVEIRA, Adriel Rodrigues de; SOARES, Jéferson Boechat. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 151-185, abr./jun., 2008.

¹⁸¹Ibidem, p. 152.

¹⁸²Idem.

Enquanto isso, Daniele considera a importância do Conselho como mecanismo de viabilizar oportunidades, como empregabilidade, para os LGBTQ+ da cidade de Mossoró.

De poder dar os deveres e direitos, a visibilidade a diminuir os casos de transfobia LGBTQfobias, o caso de morte mesmo, elas poderem ser inseridas na sociedade, terem trabalho. Porque muitas querem trabalhar e não tem como. Quando chega tem o nome e no registro é outro, as pessoas já não querem aceitar. Só conheço duas trans que trabalham [...] A maioria trabalha informalmente, ou seja, na prostituição. Elas não têm emprego, não tem um tratamento digno, quando chegam na UBS, os homens trans para irem no ginecologista, esse tipo de coisa, os direitos básicos, adquirir os direitos básicos (Daniele Cesário, 2022 - DêBandeira).

Para tanto, a Rede DêBandeira busca instituir um diálogo direto com os órgãos institucionais. Sobre as atividades do coletivo em relação ao Poder Público, Joriana Pontes, evidencia:

Bom a gente sempre luta por espaços, a gente sempre luta por espaços e por diálogos no legislativo, no executivo. Então, agora a gente vai ter uma participação bem expressiva, agora dia 14. Acho que você viu lá que eu botei lá na Rede DêBandeira dia 14, que é uma um diálogo sobre o combate LGBTQfobia dentro dos funcionários da Prefeitura Municipal de Mossoró. Então, isso é muito importante nos atendimentos prioritários. Por exemplo, a saúde nas UBS, no cadastro único, nesses atendimentos, que é para todo mundo, precisa de uma humanização e uma capacitação voltada para atendimento à população LGBTQ+ . Porque principalmente as trans e as travestis que estão lá com seu nome social que ainda não está no documento, sofre muita violência. Porque parece que eles fazem questão de chamar pelo nome e o nome de batismo, enfim. Então, o que eu digo? Eu digo assim, que eu cavo muito espaços e diálogo com o Câmara Municipal com Prefeitura enfim, com empresas para aceitar currículos de pessoas LGBTQ. Então a gente tem um projeto voltado para isso. Então assim, a gente, eu em articular eventos da própria Rede DêBandeira, de levantar infraestrutura (Joriana Pontes, 2022 – DêBandeira).

Também entre os mecanismos de participação popular na vida política pública estão as audiências públicas. De acordo com João Batista César:

A audiência pública administrativa é um instrumento colocado à disposição dos órgãos públicos para, dentro de sua área de atuação, promover um diálogo com os atores sociais, com o escopo de buscar alternativas para a solução de problemas que contenham interesse público relevante. Também pode servir como instrumento para colheita de mais informações ou provas (depoimentos,

opiniões de especialistas, documentos, etc.) sobre determinados fatos. Nesse evento, também podem ser apresentadas propostas e críticas¹⁸³.

Dentre as táticas de enfrentamento ao Poder Público, as audiências estão entre os principais mecanismos empregados pela RedeDêBandeira. Mecanismo por meio do qual a organização apresenta às demandas da comunidade LGBTQ+ na cidade e cobra do Poder Público ações concretas para combater a violência e a discriminação a que são submetidas essas pessoas diariamente.

[...] coincidentemente a gente uniu nessa semana no combater LGBTQfobia o pedido de justiça e de providências através de uma audiência pública. Lá nessa audiência pública que era televisiva, inclusive, que foi transmitido o que é que aconteceu nessa audiência, foi interessante porque é o passo que a gente estava pedindo por políticas públicas pelo conselho LGBTQ, nós também pedimos mais agilidade nos crimes de LGBTQfobia. E não é nem isso, é o reconhecimento que esse crime tenha sido de LGBTQfobia (Joriana Pontes, 2022 – DêBandeira).

As audiências abrangem um amplo escopo de discussões com os atores sociais, de maneira a engajá-los nos processos de formulação das soluções de problemas dos interesses da população municipal. É o momento em que os cidadãos podem apresentar suas demandas, e o Poder Público, buscar redefinir estratégias de ação, para melhor adequá-las às necessidades concretas. Todavia, as audiências públicas não são deliberativas, no sentido de que, os governos não são obrigados a se submeterem a elas. O que ocorre são trocas de ideias, em que a população pode ser ouvida¹⁸⁴.

Assim como a construção dos Conselhos, a audiência pública, ainda que não tenha força de deliberar políticas, também acaba enfrentando resistência dos governantes em realizá-las. A fala de Marcus Vinicius, militante da Rede DêBandeira, deixa explícita a ausência de comprometimento e de interesse do governo municipal de Mossoró em dialogar e contribuir no desenvolvimento de espaços democráticos como esse.

Quantos prefeitos já se passaram de 2015 para cá, que nós tentamos uma audiência.... A gente não consegue. Quando é para as questões LGBTQs, eles ficam protelando, protelando, protelando, e não atendem a gente. É... a própria assistência social do município, você vai olhar e tem estatuto de tudo. Do idoso, da criança, da pessoa com deficiência, dos conselhos de bairro. Só não tem o departamento das pessoas LGBTQ. Não tem (Marcus Vinicius de Medeiros, 2022 – DêBandeira).

¹⁸³CÉSAR, João Batista Martins. Audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. **RVMD**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 359, jul./dez., 2011.

¹⁸⁴Idem.

Vale ressaltar que esses mecanismos são tocados de cima para baixo, ou seja, cabe ao Poder Público acatar ou não ao pedido de audiência pública. Daí também a importância da construção de espaços alternativos de organização e deliberação do movimento, para que sejam construídas estratégias de enfrentamento, visando pressionar aos governantes. A história do movimento LGBTQ+, assim como a de outras minorias sociais, tem demonstrado que os processos de mobilizações populares são fundamentais para a conquista e ampliação dos espaços de atuação.

Nesse sentido, outro mecanismo de atuação pautado pela Rede DêBandeira é a conferência, lembrada pelos militantes da Rede como um marco importante para a sua formação e organicidade. Tratava-se da 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis – LGBTQ, realizada no Município de Mossoró, no dia 04 de dezembro de 2015, cujo tema foi “Por um Brasil que criminaliza a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

Então, foi na primeira conferência de 2015, eles fizeram, eles já eram, já tinha o coletivo formado há um mês, nessa formação. E aí eles fizeram essa conferência LGBTQ com parceria com a Secretaria de Cultura, até aqui na escola de artes, inclusive, eu participei. Na finalização que tem essa foto histórica aí, eles me convidaram para fazer parte da Rede DêBandeira, eu estou até hoje. Às vezes eu pergunto por que, mas eu estou até hoje (Joriana Pontes, 2022 - DêBandeira).

Nós conseguimos realizar, na cidade de Mossoró, a primeira conferência municipal de direitos LGBTQs e foi muito bom, também porque nessa conferência.... nós conseguimos botar vários segmentos, vários vereadores, nós lotamos realmente o espaço na conferência. E o dia todo de discussão tinham pessoas presentes. E foi maravilhosa assim, a discussão. Claro, esperávamos o resultado maior. Que até hoje ainda aguardamos e lutamos por ele, mas foi um marco, está certo, de dizer assim: a gente existe! Então quando se fala hoje em dia em questões LGBTQs, nós temos já um respaldo, está certo, somos chamados (Marcus Vinicius, 2022 - DêBandeira).

A Conferência já acontecia em âmbito Estadual, na cidade de Natal/RN. Em 2016, sucedeu-se a sua III edição na capital, entre os dias 16 e 18 de março daquele ano, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC). No âmbito do cenário político nacional, o ano de 2016 também foi marcado pela III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTQ, ocorrida entre os dias 24 e 27 de abril, em Brasília.

Segundo Marlise Almeida¹⁸⁵, as Conferências estiveram entre as iniciativas admitidas durante os anos 2000, pelos governos de Lula e Dilma, para atuar como espaços estratégicos de diálogo entre sociedade e o Poder Público, com intuito de angariar soluções para as problemáticas sociais que assolavam a população. Ainda, conforme essa autora, no total de 138 Conferências brasileiras, 112 foram realizadas durante o período dos governos do Partido dos Trabalhadores, sob diferentes aspectos, temas e setores da sociedade. Em relação às Conferências de Políticas Públicas dirigidas aos LGTB+, a I ocorreu em 2008, a II em 2011, a III em 2016 e a IV em 2019.

Essas ações mobilizaram setores da sociedade de Mossoró e funcionaram como um motor das lutas LGTB+ na cidade. Porém, os avanços ainda caminham a passos lentos. Dessas discussões, depreende-se como a Rede DêBandeira vem se organizando institucionalmente, e que sua relação com o Poder Público é marcada por aproximações e diálogo, mas também por desafios estruturais. Existe a resistência por parte do Poder Público em viabilizar as pautas LGTB+ na cidade, e as conquistas não advêm de uma hora para outra.

3.2 OS EIXOS DE ATUAÇÃO DA REDE DÊBANDEIRA

3.2.1 Eixo 1: Justiça, Direito e Políticas Públicas

O primeiro eixo, incide no “Justiça, Direito e Políticas Públicas” e nele, principalmente, destaca-se a orientação jurídica prestada pela Rede DêBandeira à comunidade LGTB+. Esse é um aspecto fundamental da Rede, uma vez que, os direitos dessa população são constantemente violados no Brasil e, mais especificamente, em Mossoró. Destarte, identifica-se alguns pontos principais que compõem as ações do grupo em âmbito jurídico.

Inicialmente, verifica-se a orientação sobre os direitos, informações e encaminhamento das vítimas de LGTBfobia aos setores de justiça. O segundo concentra-se no diálogo com os órgãos jurídicos e policiais, e o terceiro, é no âmbito do enfrentamento, ou seja, cobrando a institucionalização das políticas públicas para LGTB+, lutando por justiça e reconhecimento do crime de homofobia na cidade, além de intervenções nos espaços jurídicos. Esses campos de atuação são expostos nas falas dos militantes da Rede:

¹⁸⁵ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. Gênero e Políticas Públicas: autonomia política, democracia paritária e empoderamento das mulheres. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3241/9/Aula%207_Matos%20e%20Lins_CNPMs.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

As ações que a gente faz é no Ministério Público, quando a gente faz algum tipo de seminário ou abordagem como a gente fez na Estação das Artes que a gente chamou o Ministério Público, chamamos a polícia militar, chamamos delegacia da mulher, chamamos todos de todas que faz parte dessa justiça, para a gente fazer um levantamento de um instrumento que possa levantar dados para violência LGBT. Porque se você for prestar um BO no instrumento do BO não tem o nosso público, não abarca o nosso público. Eles não perguntam qual é a sua identidade. Eles não perguntam que violência foi. Se é homofobia, não. Violência é violência, eles abafam isso, eles inviabilizam. Então, a gente já chamou, já fez várias ações voltadas para modificar o instrumento nas delegacias porque invisibiliza a população LGBT (Joriana Pontes, 2022 - DêBandeira).

Eu acho que nesse eixo o processo de acompanhamento das violações que a LGBT vive [...] quando recebe alguma denúncia algum caso que requer um monitoramento, a gente sempre busca chegar junto, principalmente com o Yuri que é o nosso advogado. Além disso, participar dos espaços que são realizados pelos órgãos públicos, algo nesse sentido, acredito (Florentino, 2022 - DêBandeira).

A orientação sexual e a identidade de gênero constituem elementos essenciais da personalidade, do direito à individualidade da pessoa e de sua autodeterminação, e como tal, é dever do Estado assegurar políticas públicas, legislativas, administrativas e de demais natureza, que se façam necessárias para que essa população tenha seu direito às liberdades fundamentais acessado¹⁸⁶. Nesse sentido, a Rede DêBandeira atua de maneira a pressionar o Poder Público a efetivar respostas concretas para as demandas LGBT+ na cidade de Mossoró. O Ministério Público parece ser um dos principais aliados nessa direção.

Agora sim, a gente briga muito com o poder público, a gente faz muitas ações. A gente dialoga com o Ministério Público também. A gente encaminha denúncia. A gente vai com a pessoa na delegacia. Porque é assim, é de unanimidade, as pessoas não querem fazer denúncia porque é maltratado nas delegacias (Joriana Pontes, 2022 - DêBandeira).

O relato da ativista Joriana possibilita entrever que o diálogo nem sempre é uma via harmônica, mas que existem conflitos, e que há a necessidade de brigar, isto é, de enfrentamento ao poder público para fazer valer os direitos e lutar pela conquista de tantos outros. Cabe salientar que esse não é um aspecto exclusivo do movimento em Mossoró. A fala de enfrentamento, também é reforçada pelo militante Ítalo, que expõe:

¹⁸⁶FREIRE, Lucas. Em defesa da dignidade: moralidades e emoções nas demandas por direitos de pessoas transexuais. Mana, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 1-30, 2020.

A principal ação dentro desse eixo é a nossa briga insistente com o meio público, com o poder público em abertura de políticas públicas. O conselho municipal de políticas públicas é uma briga da Rede de Bandeira desde a nossa primeira conferência, que foi no início da construção da Rede e até hoje nunca saiu (Ítalo Menezes, 2022 - DêBandeira).

A dimensão da justiça e do direito é muito importante para os sujeitos LGBTQ+. Para essa população, tal campo ainda é bastante incipiente, marcado por determinados avanços, mas também retrocessos. Os desafios ainda são grandes, mas é possível notar importantes conquistas, sobretudo, no campo legal. Roger Rios¹⁸⁷ destaca que, apesar da escalada neoconservadora que vivencia o país desde o período que se segue ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, e que se desdobrou na ascensão do governo de Jair Bolsonaro, grupo político predominante de tendência fascista, nas eleições de 2018, o período foi marcado, paradoxalmente, por maior reconhecimento dos direitos sexuais dos LGBTQ+.

Nesse ponto, o autor se refere particularmente às decisões do STF e jurisprudências, a exemplo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), nº 291, de 28 de outubro de 2015, na qual se julgou a inconstitucionalidade do artigo 235 do Código Penal Militar, em vista do uso de expressões discriminatórias, que faziam referência à homossexualidade de forma pejorativa. Nesse julgado, o relator, Ministro Roberto Barroso, sustentou que qualquer ato ou pretensão de empregar o art. 235 para tolher o acesso ou expulsar homossexuais das Forças Armadas, em razão da sua orientação sexual, seria inconstitucional, por violar os princípios da dignidade humana e da vedação das discriminações odiosas, bem como, o princípio da igualdade.

Em 2019, em nova decisão, o STF autorizou que as pessoas travestis e transexuais registrassem em cartório de Registro Civil nome e sexo. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275, tomou como referência expressa a identidade de gênero sob uma perspectiva não essencialista, e evocou o princípio da dignidade humana como uma de suas justificativas., nos termos do relator, o Ministro Marco Aurélio.

Dessa senda, Roger Rios também nos chama a atenção para o descompasso da tônica e discursos das decisões do STF antes e depois da referida ADPF nº 291. Segundo ele, até então, as reivindicações jurídicas dos direitos sexuais dos LGBTQ+ se pautavam muito mais sobre argumentos do direito de família, e nesse sentido, dentro de uma lógica de família heteronormativa.

¹⁸⁷RIOS, Roger Raupp. Proteção de direitos LGBTQIA+ no Direito brasileiro: momentos e descompassos jurídicos e políticos. Rev. Investig. Const., Curitiba, v. 9, n. 3, p. 659-680, set./dez., 2022.

É o que sugere a leitura de precedentes judiciais que deferem direitos ao argumento de que, afora a igualdade dos sexos, os partícipes da relação reproduzem em tudo a vivência dos casais heterossexuais - postura que facilmente desemboca numa lógica assimilacionista. Nesta, o reconhecimento dos direitos depende da satisfação de predicados como comportamento adequado, aprovação social, reprodução de uma ideologia familista, fidelidade conjugal como valor imprescindível e reiteração de papéis definidos de gênero¹⁸⁸.

Por outro lado, a decisão da ADPF citada apontava para novas argumentações e justificativas, tais como a dignidade da pessoa humana e o direito à liberdade existencial do indivíduo. Nesse sentido, destaca-se que, o princípio dignidade humana tornou-se uma grande conquista para os indivíduos LGBTQ+. Com base no fundamento da dignidade da pessoa humana, consolidado com a Constituição de 1988, tem-se que, aos cidadãos não basta apenas o direito à vida, mas é preciso viver com dignidade, e isso constitui, entre outras coisas, o acesso às condições materiais necessárias a uma vida adequada, que não se limite apenas à sobrevivência, mas à sua existência plena em sociedade.

Os indivíduos vivem em constante construção, e essas construções se convertem em valores sociais coletivos. O direito acompanha as transformações humanas e o desenvolvimento da própria sociedade, e é assim que o ordenamento também tem procurado tutelar os valores internamente construídos pelos seres humanos, figurando a pessoa humana como o centro da atividade jurídica. Destarte, o indivíduo usufrui da proteção do Estado, que deve garantir as condições concretas para o desenvolvimento pleno da pessoa humana. Ainda, segundo Cleide Fermentão:

A análise da dignidade humana englobando todos os direitos fundamentais apresenta-se, com obrigação do Estado em propiciar as condições para que as pessoas tenham uma vida digna. São consideradas agressões à dignidade humana, a ausência de condições de vida digna, como a falta de estrutura de vida, tais como ausência de moradia, habitação, educação, saúde, além de práticas de tortura, perda da liberdade, violência física e moral, racismo e outros¹⁸⁹.

As necessidades humanas não se limitam apenas às condições materiais propriamente ditas. É importante também, garantir os níveis de acesso à cultura, à educação e às sociabilidades de forma geral. Ademais, a formação plena do indivíduo reúne valores,

¹⁸⁸Ibidem, p. 665.

¹⁸⁹FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. Direito e axiologia – o valor da pessoa humana como fundamento para os direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 20, jan./jun. 2007.

conhecimentos diversos, suas escolhas, crenças e desejos. Na proteção dessa dimensão, ao Estado Moderno cabe respeitar e assegurar os direitos individuais de cada pessoa, tais como o direito à informação, ao trabalho, ao estudo, mas sobretudo, à liberdade, essa que também consiste na capacidade de escolha de cada indivíduo sobre quais são os melhores caminhos para sua realização pessoal. Ao longo de suas vidas, a pessoa humana se depara com um conjunto de oportunidades e de valores, e ela desfruta da liberdade de escolher o que é melhor para si, o que engloba sua afetividade e relacionamentos¹⁹⁰.

Considerando que se refere a uma liberdade existencial de grupos historicamente discriminados e marginalizados, o uso da orientação sexual como elemento de distinção fica vedado na justiça brasileira. Nessa dinâmica, a orientação sexual liga-se à liberdade existencial do sujeito, não se pode exigir que dela se abstenha ou se afaste o indivíduo, porque se trata de um elemento central da sua personalidade, de que depende também a sua felicidade.

No tocante à defesa do Princípio da Dignidade Humana, Lucas Freire¹⁹¹ sinaliza que, na luta pelo reconhecimento jurídico dos indivíduos LGBT+, o apelo a tal princípio tende a ultrapassar a dimensão normativa constitucionalmente estabelecida para desdobrar-se em um conjunto de estratégias discursivas, com a finalidade de acionar emoções, sentimentos de empatia e pertencimento ante ao judiciário. Essa dimensão da empatia, da comoção e sensibilização social é reforçada na fala de uma das militantes da Rede DêBandeira, que explana:

Porque falar sobre a dor emociona o outro também, porque o outro se reflete também na nossa dor. Eu acho que isso vai causando uma comoção e vai causando uma reflexão também na cabeça das pessoas da sociedade e de respeito também (Joriana Pontes, 2022 - DêBandeira).

Para Freire¹⁹², ao expor os relatos de dores e sofrimentos que marcam a trajetória de vida dos sujeitos LGBT+, também se está utilizando estrategicamente de uma forma de fazer política, na busca pelo acesso aos direitos pleiteados moral ou juridicamente legais, de modo que sim, a retórica da compaixão tem encontrado lugar nos conflitos por direitos no cenário contemporâneo.

O Princípio da Dignidade Humana engloba ainda uma combinação de direitos distintos, como a reivindicação por direito à saúde, à autodeterminação sexual e o direito à dignidade. Porém, o direito enfrenta diversos desafios entre a norma vigente na palma da lei e

¹⁹⁰Idem.

¹⁹¹FREIRE, Lucas. Op. cit., 2020.

¹⁹²Idem.

sua eficácia. Em que pese a importância da existência dos dispositivos legais para a proteção da vida humana, essa se acha constantemente violada e atacada. A crítica do militante Marcus Vinicius da Rede DêBandeira vai muito nesse sentido, pois de acordo com ele:

O maior desafio é você lutar contra essa sociedade hipócrita, né, fascista. Porque assim, por mais que se tenha lá na constituição, no Art. 5º, que somos iguais perante a lei, nós sabemos que vivemos em Estado pleno de desigualdade. Olha, nós não somos vistos como pessoas que temos os mesmos direitos. A forma é tanta que o Brasil é um país que tem o que, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto, é... lei de trânsito, lei do consumidor, gente, tá tudo na constituição.... A Lei Maria da Penha.... porque que essas leis, elas são criadas? Porque a lei maior, ela não funciona, então assim, na hora da política, a gay, a bicha, a escandalosa, ela serve.... pra segurar bandeira, sabe, pra, pra.... levantar bandeira, pra estampar a camisa, para levantar na rua, pra ir pros comícios desse povo de direita, mas na hora de ser atendido, né, pra dizer, pra buscar, pra reivindicar espaço, infelizmente a porta é batida (Marcus Vinicius, 2022 - DêBandeira).

Na fala do entrevistado, ficam explícitas as contradições das legislações brasileiras. Isso porque, a existência da lei meramente no campo formal não é suficiente para garantir por si só a sua efetividade e aplicabilidade na prática. Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha criado alguns dispositivos de proteção e garantias dos direitos da população LGBTQ+, no dia a dia, esses indivíduos continuam às margens e expostos a todos os tipos de violência.

No imaginário e na prática social ainda residem formas perversas de discriminação contra os sujeitos homossexuais, lésbicas, transexuais e bissexuais, e se conquistamos, a duras penas, alguns avanços na área legislativa, a punição ainda é um desafio. Existe, inclusive, uma resistência por parte do aparato jurídico em reconhecer o crime de homofobia, muitas vezes registrado como homicídio comum, e não, como um crime de ódio.

Nessa direção, o relatório do Instituto Matizes realizado em 2021¹⁹³ elencou 34 barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização da LGBTQfobia no Brasil, entre as quais, o modelo de policiamento que negligencia a proteção dos grupos em vulnerabilidade, quando não os reprime. Associado a isso, está também a discrepância entre as regras e práticas institucionais dos Sistemas de Segurança Pública, uma vez que, a criminalização da LGBTQfobia não acontece apenas em relação às decisões dos julgadores do Estado, mas é preciso que se crie as condições estruturais que garantam a sua efetividade. Isso perpassa por qualificação dos seus

¹⁹³BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur; MOTA, Juliana; PACHECO, Dennis; WOLF, Leona. LGBTQfobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização. São Paulo. All Out e Instituto Matizes. 2021.

profissionais e a implementação de departamentos especializados, munidos de recursos administrativos, que assegurem que a lei seja de fato respeitada.

Ademais, se o judiciário brasileiro possibilitou decisões importantes para as lutas históricas, no campo da política parlamentar, os retrocessos foram nocivos. Em 2020, o governo de Jair Bolsonaro revogou a convocação da 4ª Conferência Nacional LGBTQ+, obstruindo as possibilidades de construção dos espaços de manifestação das demandas dessa comunidade. Também foram extintos diversos conselhos de políticas públicas, dentre eles, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQ, contudo, em meio à mobilização de setores da sociedade e movimentos sociais, essa decisão foi barrada pelo próprio STF, por meio da edição do Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019. Mesmo com a sua recriação, o CNCD já não fazia menção explícita à sigla LGBTQ, bem como reduziu a representação da sociedade civil para três membros, enfraquecendo a atuação desse setor no interior da organização. Dando continuidade ao desmonte, em 2021, o Departamento de Promoção dos Direitos de LGBTQ+ foi extinto, ao ser mesclado ao Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e Populações em Situações de Risco, colocando fim à um órgão de atendimento exclusivo das demandas da população LGBTQ+¹⁹⁴.

Assim, ainda que possamos falar de avanços, também passamos por retrocessos, sendo necessário reinserir na agenda do Estado brasileiro as prioridades de desenvolver os temas de gênero, sexualidade e direitos LGBTQ+ em conjunto com a sociedade, ampliando os espaços educativos e culturais. A capacidade de as instituições do Estado garantir a proteção aos direitos depende não só das decisões formais, mas da construção de novas posturas e condutas dentro das instituições, voltadas ao exercício pleno de cidadania. A luta da Rede DêBandeira também se dá nesse sentido, isto é, de promover espaços nos quais a educação e o direito possam se articular estrategicamente.

3.2.2 Eixo 2: Educação

É certo que não se pode falar em transformação social, lutas sociais e movimentos de resistência sem uma atuação efetiva em relação à educação. Esse é um dos eixos sob os quais se orienta a Rede DêBandeira, e percebe-se que se articula diretamente com os outros dois eixos, pois de acordo com os relatos dos militantes da Rede, os espaços virtuais são amplamente

¹⁹⁴LGBTI+: entenda o desmonte nas políticas no governo Bolsonaro. Instituto Matizes, novembro de 2022. Disponível em: <https://institutomatizes.com.br/lgbti-entenda-o-desmonte-nas-politicas-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

usados para compartilhar conhecimentos e informações, não somente sobre as atividades gerais, como também sobre as leis, os direitos LGBT+ etc.

Bom, na educação a gente tem uma relação muito forte com as instituições do ensino superior. Como também sempre quando a gente é convidado para, por exemplo, facilitar espaço nas escolas públicas, algumas escolas. Inclusive recentemente tem nos procurados para fazer essa discussão dentro da instituição e a gente quando somos convocados, a gente se soma (Florentino, 2022 - DêBandeira).

O eixo da educação, nós promovemos, sempre que somos convidados ou então nós vamos e propomos as gerações escolares, a gente tem ascensão dentro das escolas para dialogar, para conversar com os estudantes, para tentar apoiar a nossa comunidade de jovens LGBTs na sua autodescoberta, como também para conscientizar os jovens no geral, da necessidade da autoidentificação, do empoderamento de o quanto a homofobia é prejudicial para a vida dos LGBTs. Então, a Rede DêBandeira tem atuado muito nisso, nesse último mês do orgulho nós fizemos em torno de cinco ações em escolas estaduais aqui em Mossoró (Ítalo Menezes, 2022 - DêBandeira).

Por exemplo, muitas pessoas que não sabem, Yuri vai, a gente vai e diz: “para você retirar faz seu nome social assim, assim, você tem que fazer isso”. Isso a gente vai norteando no que pode dentro dos nossos limites também, porque cada um trabalha, faz mil coisas para se virar na vida (Daniele Cesário, 2022 - DêBandeira).

Diante do eixo Educação, faz-se importante trazer uma discussão mais acautelada sobre as problemáticas que enfrenta o sistema educacional no país, até porque, o contexto no qual a Rede DêBandeira surgiu, isto é, entre 2013 e 2015, e os anos posteriores de sua formação, tem sido marcado por uma forte onda conservadora que invade a qualquer custo os setores e as instituições educacionais brasileiras. É um período de ataques obstinados, cujos processos, contudo, não são tão recentes.

Na dinâmica das ações governamentais introduzidas pelo Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004, em que pesem a contrariedade de setores conservadores, cujos maiores expoentes são os religiosos, sobretudo, aqueles envolvidos na política partidária, e os limites dessas ações, ganhou relevo a perspectiva do reconhecimento e da afirmação das diversidades no campo das políticas educacionais. Um conjunto de estratégias institucionalizadas vinha sendo acionado nesse sentido, a partir da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SEDAC), em 2004¹⁹⁵.

¹⁹⁵LEITE, Vanessa. Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre os discursos acionados por atores religiosos “conservadores”, em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sex. Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n 32, p. 119-142, mai./ago., 2019.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de 2009, ao incorporar as discussões e resultados da I Conferência Nacional, realizada em 2008, trouxe como uma de suas diretrizes, a inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob uma abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero¹⁹⁶.

Por meio de uma articulação entre MEC, movimentos de resistência LGBT+ e organizações da sociedade civil, em 2011, foi criado o projeto Escola sem Homofobia (ESH), causando a fúria de grupos sociais conservadores, entre os quais, articulou-se um verdadeiro pânico moral em torno do projeto. No Parlamento brasileiro, os principais nomes em oposição ao projeto, à época, foram, os então deputados Jair Messias Bolsonaro e Magno Malta. O primeiro argumentava que o programa mascarava o aliciamento de crianças, enquanto o segundo, afirmava que implementá-lo, implicaria a legalização da pedofilia. É nesse contexto que a defesa pública contrária aos avanços das lutas LGBT+ se torna uma pauta da Bancada Evangélica no Congresso. As pressões constantes por parte dos opositores levaram Dilma e o governo a desistirem, e suspenderem o programa Escola sem Homofobia¹⁹⁷.

Mas, as concessões do governo Dilma Rousseff às pressões conservadoras não pararam por aí, pois entre 2013 e 2014, novas disputas se deram no setor da educação, em razão do Plano Nacional de Educação e dos planos estaduais e municipais, dos quais a palavra gênero e a expressão “orientação sexual” foram retiradas de seus textos. A cruzada continuava, e nesse contexto, a ideologia de gênero tornou-se a possibilidade que evoca temores com relação à manutenção da instituição familiar tradicional, o desvirtuamento das crianças e o desmonte de uma ordem social hierárquica entre os sexos¹⁹⁸.

Observa-se que a rejeição às políticas públicas voltadas à afirmação, visibilidade, reconhecimento e proteção dos direitos LGBT+, reside nesse pânico de transformação social, uma vez que, historicamente a sociedade construiu a ideia de pessoas LGBT+ como uma verdadeira ameaça ao *status quo*, à manutenção das estruturas de poder da sociedade, na qual a educação ocupa um lugar fundamental¹⁹⁹. Por trás de todo esse pânico moral que faz uso a extrema direita neofascista brasileira, existe, na verdade, o temor por transformações sociais e institucionais profundas.

¹⁹⁶BRASIL, 2009.

¹⁹⁷LEITE, Vanessa. Op. cit., 2019.

¹⁹⁸Idem.

¹⁹⁹MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. Cadernos Pagu, n. 28, pp. 104-105, jan./jun. 2007.

Não por acaso, esse contexto de desmonte e retrocessos nas políticas para as diversidades e gênero serviu de pano de fundo no enfraquecimento do governo Dilma, desdobrando-se no golpe de 2016, com a então presidente da República sendo destituída do seu cargo por meio de um processo de *impeachment*, forjado pelos setores da direita e extrema direita do Congresso Nacional. É interessante perceber como todo esse movimento se articula aos interesses econômicos e políticos, uma vez que o conservadorismo moral exerce uma relação direta com o projeto de Estado mínimo, desmonte da educação, e ofensiva capitalista sobre os trabalhadores, com a retirada de direitos e ataques diretos às organizações classistas²⁰⁰ - vide a reforma trabalhista sob o governo interino de Michel Temer, em 2017.

Mas, questiona-se: Estado mínimo para quem? Muito diferente do que nos queiram fazer acreditar os setores liberais da sociedade, o Estado não é neutro, tampouco sua mão invisível. Como expressão material da sociedade, o Estado atua no sentido de garantir as condições concretas para a reprodução do capital e manutenção das estruturas sociais de poder, as quais ele, o próprio Estado, se insere. A relação entre Estado e a classe burguesa, essa que detém os meios de produção, já fora extensamente tratada por Karl Marx e Friedrich Engels, quando também afirmam:

A burguesia, por ser uma classe, não mais um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil, mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses²⁰¹.

O Estado atua de maneira ativa dentro do sistema político econômico, seja garantindo financiamento aos grandes empreendimentos capitalistas, adotando políticas de controle social, determinando os salários dos trabalhadores, criando regras trabalhistas, ou ainda mascarando as relações antagônicas entre as classes sociais. O Estado é, pois, uma instituição de classe, porém, não subordinado a ela. Um complexo de relações e correlação de forças que se estabelecem ligadas ao poder, economia e à política. Quando sob pressão dos movimentos sociais, atua no sentido de obstruir quaisquer possibilidades de mudanças estruturais na sociedade, para tanto, pode se utilizar do aparato repressor, mas também de concessões sociais,

²⁰⁰LEITE, Vanessa. Op. cit., 2019.

²⁰¹MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 75.

isto é, implementando políticas públicas que atendam algumas das demandas apresentadas pelos grupos em luta²⁰².

Dentro desse jogo político, os mecanismos culturais e educativos, como a imprensa, as escolas e as artes, são imprescindíveis à dominação de classe. Isso porque a classe economicamente dominante também é aquela que domina as ideias²⁰³, por meio das quais aprendemos a naturalizar a opressão e as desigualdades. Quanto mais instruídos dentro da lógica dominante, mais fácil de se submeter a ela.

Dessa forma, a educação é um espaço em constante disputa pelos setores reacionários da sociedade brasileira, representados também pela burguesia conservadora, em razão do seu potencial de produção do conhecimento e alcance social. Evidentemente que o temor é pela construção de uma educação para a valorização e reconhecimento das diversidades, voltada a lutar e a promover os Direitos Humanos, bem como valorizar os múltiplos saberes, possibilitando a construção de novos ideais e visões de mundo.

Nesse jogo de forças, saem na frente aqueles que ocupam os cargos de alto escalão do sistema de educação, responsáveis por definirem os rumos da educação brasileira. Sob os discursos da “ideologia” de gênero, “Kit Gay”, Doutrinação Comunista e Marxismo Cultural, as escolas e os professores tornaram-se os principais alvos dos ataques e retrocessos da reação conservadora no Brasil. Não coincidentemente, após anos de discursos de ódio contra as instituições educativas, essas têm sido barbaramente vítimas da violência em massa e ataques armados. Em contrapartida, o Estado brasileiro se mantém inerte e compactua com os ataques ao sistema público de educação.

Essas discussões são fundamentais porque nos permitem compreender a dimensão do eixo da Educação para a Rede, o que de fato atuar sobre ele significa. E significa o enfrentamento a todo o retrocesso e desmonte que vem acontecendo dentro das escolas e nas universidades públicas. Do outro lado da arena política, na base, com recursos escassos, a ocupação desses espaços pelos movimentos de resistência é de suma importância, para se construir alternativas frente aos ataques. Como nos lembra a fala da militante Joriana, ainda que um espaço com potencial de fomento às transformações e aprendizagem coletiva, a escola também constitui o lugar da reprodução de preconceitos e discriminação.

E nas escolas a gente faz muitos projetos onde a gente vai falar sobre gênero, identidade de gênero e sexualidade. Na semana do combate a LGBTfobia a

²⁰²POSSAS, Thiago Lemos. O Estado e as lutas sociais: elementos de crítica marxista. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 4, n. 1, p. 1-27, 2019.

²⁰³MARX, Karl; ENGLÉS, Friedrich. Op. cit., 2007.

gente foi em algumas escolas. Acho que a gente ia mais, a gente fazia muitos círculos e debate nas escolas. Mas com a lei municipal que não pode falar sobre identidade de gênero nas escolas, não sei se você ouviu sobre isso, que a gente também fez uma audiência pública. E nessa audiência pública desse ano a gente pediu para Câmara Municipal derrubar essa lei. Porque é o estado, estadual derrubou a lei [...] então, a lei estadual derruba essa lei municipal. Ou seja, você pode falar sobre tudo dentro da escola. Aí quando essa lei estadual saiu, a gente voltou para as escolas, a ocupar as escolas. E aí é muito interessante, porque você vê vários alunos e alunas falando sobre a violência na própria escola, o bullying, o banheiro que você não pode usar essas questões (Joriana Pontes, 2022 - DêBandeira).

Evidencia-se com a fala da entrevistada, a importância também de levar para dentro das escolas as discussões sobre gênero e demais diversidades. Não é a educação por si só que mudará os rumos da sociedade, mas a forma pela qual ela é conduzida, ou seja, como os sujeitos sociais se apropriam desse espaço e sua capacidade organizativa. Nesse sentido, a Rede DêBandeira segue também desenvolvendo ações dentro das escolas, bem como nos espaços virtuais. Segundo Marcus Vinicius, militante da Rede:

[...] nós usamos a rede, o Instagram, para também levar profissionais, pessoas para trocar experiências, né, falar de si, falar da sua atuação. Nós chegamos junto já da questão... de grêmios estudantis de algumas escolas e nas escolas já foram produzidas semanas de combate também à LGBTfobia, a discussão da questão do banheiro, a discussão da questão do nome social. Quando há conflitos, somos chamados e fazemos essas ações dentro das escolas. Já fomos para as rádios também para falar com as comunidades, com as famílias, para debates de perguntas e respostas, é... no eixo da educação. O ano passado, nós tivemos um curso chamado “transformar para saúde através da educação” (Marcus Vinicius de Medeiros, 2022 – DêBandeira).

A Semana de Combate à LGBTfobia é uma das ações promovidas pela Rede DêBandeira de maior destaque em Mossoró. “E aí o nosso carro chefe é a semana de combate LGBTfobia, que realizava anualmente a semana”, afirmou o militante Florentino (2022). Sua primeira edição aconteceu entre os dias 16 e 22 de maio de 2016, em conjunto com a Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY), e em parceria com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e a Câmara Municipal de Mossoró. Costumeiramente, ocorre nas universidades, mas também, engloba-se as escolas. Suas discussões abrangem diversas temáticas relativas às políticas públicas, direitos LGBT+ e educação. Inclusive, em meio aos ataques e ofensiva reacionária, um dos eixos de discussão da primeira Semana de combate à LGBTfobia foi a “ideologia” de gênero, esse mito mobilizado pelos setores conservadores e da extrema direita brasileira para justificar e legitimar os ataques contrários à educação para as diversidades.



FIGURA 1. 1ª Semana de Combate à LGBTfobia

Fonte: Diretoria LGBT da UNE, 2016.

Como se vê, a programação é marcada por discussões que abarcam diferentes aspectos da luta LGBT+, sendo amplamente divulgada nos espaços virtuais. Conforme os relatos dos militantes da Rede DêBandeira, a Semana de Combate à LGBTfobia se organiza da seguinte forma:

[...] a maior ação da gente é em maio, que é a semana de combate à LGBTfobia, que aí é nessa semana que as coisas, elas vão se encaixando. [...] nós solicitamos uma audiência pública na Câmara dos Vereadores, nós fazemos essa audiência, nessa audiência a gente leva essas discussões, as discussões jurídicas, as discussões de leis que foram aprovadas e não foram respeitadas ainda e dos espaços que não têm na cidade, por que, porque a semana nós fazemos envolvendo as universidades, e envolvendo os espaços públicos, então é nessa ocasião que a gente pode chamar pessoas, formar mesas de discussão, aí convidamos o pessoal da OAB, convidamos representantes do município, chamamos pessoas de outros grupos e de outras organizações sociais e comunitárias.... Né, conseguimos juntar muitas pessoas

diversas nesse momento para discutir (Marcus Vinicius de Medeiros, 2022 – DêBandeira).

Aí para abril e maio a gente começa a organizar a semana de combate à LGBTfobia. Nos reunimos, fazemos um nome, uma pauta, um tema, buscamos parceria, batemos às portas de pessoas amigas para angariar algum dinheiro que a gente possa... pelo menos, nos locomover, criar... comprar alguns materiais de bandeira, tal, tal, tal, uma água pra servir e tal. Daí vamos às parcerias com as questões das universidades, pra pautar as discussões, ver realmente quem pode articular em cada espaço, juntar um grupo de alunos para promover a ação, buscar o movimento estudantil e aí assegurar que esses espaços serão ocupados nessa semana. Vamos bater e organizamos tudo direitinho quem vai agora fazer os ofícios... para todos os vereadores, né, para levar os “sim” ou “não”, para ver quem pode puxar a sessão solene, né... a audiência pública... para aquele não (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Então, geralmente dois meses antes ou três meses antes a gente organiza e vê quem é que pode fazer e o que pode fazer. E a gente pega e seleciona escolas. Aí a gente sempre faz. A gente vai para as escolas a gente vai pedir solicitar audiência pública. Porque aí a gente tramita através de algum vereador. (Joriana Pontes, 2022 - DêBandeira).

Essas são algumas das ações por meio das quais a Rede DêBandeira busca interagir com a população de Mossoró e ter maior alcance e visibilidade da luta LGBTQ+ na cidade. Conforme os relatos supracitados, as escolas constituem locais estratégicos para a construção desses espaços, que atuam como canal de expressão das pessoas LGBTQ+ e, ao mesmo tempo, de diálogo com a sociedade civil. Outras instituições também são convidadas a participarem, como a OAB, além do movimento estudantil.

Dessa forma, é importante chamarmos atenção aqui que, se o poder executivo, na figura do prefeito se mostra inerte diante das reivindicações da rede DêBandeira, por outro lado, existem outros agentes do Estado que também se colocam como aliados dessa luta, como a Secretaria de Cultura, alguns vereadores da Câmara Municipal, por meio dos quais a rede consegue fazer transitar audiência pública, as próprias escolas, que possibilitam os espaços de discussão. O diálogo com o Poder Público também é fundamental, para angariar recursos, alocar espaços e viabilizar o processo institucional.

3.2.3 Eixo 3: Militância em mídias virtuais (MAV)

O último eixo, denominado de “Militância em mídias virtuais”, relaciona-se ao trabalho da Rede DêBandeira nas redes sociais, mídias digitais, imprensa e internet, de uma forma geral. O uso dos espaços virtuais é empregado a partir de diferentes interesses, das mais variadas

estratégias, e valendo-se dos diversos recursos disponibilizados, como *Twitter*, *Instagram*, *Facebook* e *blogs*. Segundo Ítalo Menezes, militante da Rede:

As redes, jornais, televisão, rádio, Twitter, Instagram, Facebook, a única forma de você conseguir chegar nas pessoas é se comunicando. E esses âmbitos, esses espaços que nos dão abertura, dando um pezinho para a gente, a gente está lá. Então, a Rede de Bandeira ela gosta de levar pautas importantes em momentos importantes para esses espaços, e sempre convidamos a sociedade civil a estar ingressando nos nossos encontros, nossos plenários e a ir lá debater sobre o assunto, não pode ser de qualquer forma que vai se introduzir um assunto desse, é importante o diálogo bem-feito (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

Para o militante da DêBandeira, as redes sociais constituem verdadeiros canais de diálogo com a sociedade, uma maneira de, por um lado, informar, e por outro, conferir visibilidade as ações da organização. A realidade dos movimentos sociais da contemporaneidade é bastante dinâmica. Segundo definição de Euzeneia Carlos:

[...] movimento social (ou sua rede) é uma estrutura informal de organizações, grupos e indivíduos ligados por identidades coletivas ou reconhecimento mútuo, cuja ação pode ocorrer ao longo de um *continuum* intertemporal e passar por períodos de protesto específico e/ou de articulação com canais da política institucional²⁰⁴.

Com a globalização e os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sobretudo a expansão das redes de internet, os movimentos sociais de diversos lugares do mundo, entre eles o Brasil, se diversificaram ainda mais e, também se complexaram, criando redes de apoio que ultrapassam os limites fronteiriços dos países. No caso das redes sociais, e mídias virtuais, assim como qualquer outro espaço físico, como as escolas ou os Tribunais de Justiça, estão carregadas de conflitos e disputas políticas ideológicas, bem como, marcadas pelas possibilidades de solidariedade, resistência e enfrentamento. Aqui também é preciso encarar os antagonismos da sociedade.²⁰⁵

Em contextos de forte mobilização social, como as jornadas de junho de 2013, ou mais recentemente as eleições para presidência do Brasil, ganharam relevo ferramentas como *Youtube*, *Twitter* e *Facebook*, amplamente empregadas para as manifestações públicas.

²⁰⁴CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 157, jun. 2011.

²⁰⁵Idem.

Contudo, como bem argumenta Serra Junior e Rocha²⁰⁶, as mobilizações políticas não são provocadas pela internet, mas pelo uso estratégico de que fazem os grupos em luta, demandando os problemas enfrentados pela sociedade, como as injustiças, desigualdades, fome e pobreza.

As ações virtuais contribuem para a construção sistemática de uma pauta coletiva. Os recursos tecnológicos são mecanismos facilitadores de difusão de ideias e narrativas construídas pelos indivíduos. Por meio do seu emprego, novas oportunidades poderão surgir nos processos de lutas populares e formas diversas de articulação social²⁰⁷.

Nesse sentido, a construção de fóruns de discussão na internet pode funcionar como mecanismo importante de organização dos grupos sociais. Nesses espaços, o empoderamento das organizações locais também se constrói, se reconstitui e fortalece de maneira mais efetiva, porque ali vão se desenvolvendo também, propostas coletivas para a transformação da sociedade. Outro ponto de relevância é que se trata de um espaço onde é possível exercer democraticamente a participação popular, pois todos os interessados podem se comprometer a participar²⁰⁸.

Não foi mencionado pelos entrevistados da DêBandeira se a Rede já trabalha com essa perspectiva ou se possui algum fórum de discussão nas redes. Mas, a organização compreende muito bem a dimensão das redes sociais no trabalho de formação e alcance das massas. O uso das mídias constitui uma das principais formas que a Rede DêBandeira encontra para chegar até a população, levar seus projetos ao conhecimento do público e integrar novos militantes à organização. Durante o período de pandemia, as redes sociais constituíram a principal ferramenta de ativismo da Rede, conforme relatos.

[...] nesses últimos tempos, principalmente em período de pandêmico, muita plenária de forma virtual, no Zoom, no Meet, sempre provocando, tentando trazer o que que a gente construiu no Instagram para dentro de uma sala virtual dessa, debatendo vários assuntos importantes. Então acho que, da pandemia para cá a gente pode dizer que a militância virtual da Rede de Bandeira ela avançou muito. Nossa maior tarefa agora é sair da glória da Militância em Ambiente Virtual e ir para a prática, para lutar nesse período eleitoral que a gente está vivendo (Ítalo Menezes, 2022 – DêBandeira).

A fala do militante Ítalo Menezes traz a necessidade de se ultrapassar os espaços da rede para situar-se no campo da ação prática. Essa perspectiva vai ao encontro das formulações de Serra Junior e Rocha, quando afirmam:

²⁰⁶SERRA JÚNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes Maria Leitão Nunes. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 205-213, jul./dez. 2013.

²⁰⁷Idem.

²⁰⁸CARLOS, Euzeneia. Op. cit., 2011.

Colocar a ação colaborativa da sociedade em torno da mobilização de recursos para a solução de problemáticas difusas não despertará o espírito de superação necessário a uma nova organização social. Portanto, é nas ruas, no mundo real, que a classe trabalhadora deverá posicionar-se para reivindicar mudanças na estrutura do atual sistema de dominação, podendo, obviamente, ser mobilizada com o uso de quaisquer meios de comunicação disponíveis²⁰⁹.

Ou seja, por mais que os espaços virtuais constituam dispositivos estratégicos, eles por si só não garantem a pressão necessária para as mudanças em âmbito do Poder Público. Não são os recursos tecnológicos capazes de promover as transformações sociais, mas essas se acham ligadas à capacidade organizativa dos setores em luta. As tecnologias podem, e devem ser empregadas para fins emancipatórios, mas o que se quer chamar atenção aqui é que, sua capacidade reivindicatória não se dá de maneira idealista²¹⁰.

A internet não constitui o único ou principal meio de articulação e mobilização social. Além disso, esses recursos são desenvolvidos dentro de uma lógica do sistema de exploração e opressão. Como destaca Serra Junior e Rocha:

[...] até mesmo as possibilidades democráticas que surgiriam, a partir do uso massivo dos dispositivos portáteis na construção de uma suposta inteligência coletiva participativa, são ameaçadas pela estrutura capitalista que tenta controlar ideologicamente as redes digitais por meio do mesmo arsenal utilizado nas mídias tradicionais. Constatamos que as mudanças produzidas pela sociedade da informação não eliminaram as bases estruturais que a sustenta: a sociedade capitalista. Consequentemente, a luta de classes não foi substituída ou acabou²¹¹.

A internet por ser esse espaço de dimensões múltiplas, pode ser utilizada de diversas formas, inclusive, para propagar o ódio e as chamadas *fakes News*. São exemplos notórios de como as redes podem funcionar mais uma vez como suporte para manutenção de uma lógica excludente e discriminatória.

As ações de mídia da Rede DêBandeira não se limitam apenas aos espaços virtuais. O grupo também atua na produção e panfletagens de materiais impressos, cartilhas, cartas e cartazes de divulgação. Contudo, esses mecanismos tendem a ser mais custosos, demandando maiores investimentos. Outro ponto destacado nesse eixo é a relação da Rede com a mídia local. Segundo os militantes, os jornalistas e a imprensa tendem a ser receptivos.

²⁰⁹ SERRA JÚNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes Maria Leitão Nunes. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 205-213, jul./dez. 2013.

²¹⁰ SERRA JÚNIOR; ROCHA, Op. cit., 2013.

²¹¹ Ibidem, p. 210.

Nós somos chamados aqui na TV a cabo. Mas também temos entrevista na InterTV que é com audiência maior. Então assim, a gente se apresenta à sociedade pela via mesmo da resistência e luta dos direitos LGBTQIA+. E aí sobre algumas ações que a gente está falando que a gente está fazendo para a sociedade, para todos e todas, logicamente mais voltado para nossa população LGBT. (Joriana Pontes, 2022 - DêBandeira).

A gente procura os meios de comunicação, procura os blogs os sites a mídia em si para sempre dar essa visibilidade. E o importante que a gente sempre teve muita abertura na mídia em Mossoró. Sempre quando a gente desenvolve um tipo de ação, eles sempre chegam juntos, se oferecem para poder estar acompanhando esses espaços. Acredito dessa forma e obviamente no diálogo dos próprios membros junto as LGBT que conhecemos. Então, é fortalecido a partir dessa estratégia (Florentino, 2022 – DêBandeira).

A Rede DêBandeira busca se apropriar dos espaços da mídia como locais alternativos para a expressão e manifestação das demandas LGBTQIA+. Uma outra dimensão das redes sociais, é funcionar como um canal de denúncias para as vítimas de violência.

Nas redes sociais da gente, nós tivemos muito pedido de socorro. Socorro, me ajude, socorro, me ajude, por conta de violência. Então eu até contrai uma ansiedade, e saí um pouco das redes sociais, e falei para o pessoal, gente, eu não aguento mais, eu tô em casa, eu tô tenso, e aí eu recebo mensagem de aluno, de jovem, pedindo socorro, e aí a gente pode fazer o quê, a gente pode só conversar.... só conversa eles não querem, eles querem um abrigo, eles querem um alento.... porque..... por mais que a população LGBT às vezes vá para a escola e não fique em sala de aula, mas é um momento, né, de encontrar os amigos, as pessoas, de brincar, esquecer um pouquinho, sabe.... é.... as dores da vida, muitas vezes dentro da família (Marcus Vinicius, 2022 – DêBandeira).

Corroborar-se então, que os desafios são inúmeros, já que cotidianamente os militantes da Rede se deparam com demandas diversas e a atuação do Poder Público de Mossoró ainda é irrisória. Nesse sentido, considera-se que o trabalho com as mídias pode fomentar novas estratégias de articulação, mas os problemas cotidianos acontecem na vida coletiva e devem ser enfrentados concretamente. Daí, mais um grande desafio da Rede, a consolidação das mídias como espaços de construção e redefinição dos rumos da luta, a qual não se encerra nos recursos tecnológicos, esses são um meio, mas não um fim em si mesmo.

CONCLUSÃO

Com a presente dissertação objetivou-se analisar as táticas empregadas pela Rede DêBandeira, entre os anos de 2015 e 2020, no que tange à luta pelos direitos LGBTQ+ na cidade de Mossoró/RN. Ponderando essa perspectiva, e compreendendo o conceito de tática, a partir de Certeau, como ações mobilizadas por aqueles que não possuem o poder, mas que desenvolvem capacidade organizativa para impor seus projetos alternativos, dessa senda, destacaram-se os processos e formas de organização da Rede DêBandeira, composta por sujeitos que diante dos preconceitos, da exclusão e violência, forjam no interior da luta organizada, formas de resistência cotidiana a partir do campo político.

Nesse sentido, analisou-se os três eixos de atuação da Rede DêBandeira, a saber: justiça, direitos humanos e políticas públicas; educação e militância virtual. Perceba, caro leitor, que esses três eixos se articulam ao contexto histórico e político de formação da Rede, pois abrangem temas cuja relevância não perdeu sua atualidade, e que denunciam a omissão do Estado brasileiro frente às garantias de direitos básicos à população LGBTQ+, bem como os ataques dos setores conservadores às questões relativas ao gênero e a sexualidade nas escolas, e ainda, a utilização dos ambientes virtuais a serviço da ascensão de grupos de tendências fascistas no país.

No eixo justiça, direitos humanos e políticas públicas, constatou-se que este perpassa por três pontos principais: informar/orientar sobre os direitos, cobrar e denunciar as autoridades o reconhecimento do crime de LGBTQfobia e dialogar com os órgãos de Justiça, Ministério Público e OAB. Dentro dessa perspectiva, a Rede DêBandeira busca pressionar as autoridades públicas a efetivarem os direitos e as demandas da população LGBTQ+ na cidade, e fazem isso, por meio dos espaços institucionais: conselhos, audiências públicas, conferências, mas também, no trato cotidiano, no corpo a corpo, por meio do diálogo direto com representantes do Poder Público e dos operadores do Direito, além de se utilizar dos espaços da imprensa.

No eixo da Educação, a tática da Rede DêBandeira pode ser entendida a partir de mecanismos como a Semana de Combate à LGBTQfobia, a qual se realiza anualmente nas escolas e universidades de Mossoró, um espaço que demanda capacidade organizativa dos atores e que envolve um conjunto de ações políticas e institucionais, com intuito de angariar recursos e investimentos, garantir a participação da comunidade e organizar os espaços de produção. Nessa dinâmica, a Educação é o eixo no qual se situa a informação e a formação política, daí a iniciativa pelo fomento de espaços de debates dentro das instituições de ensino, principalmente nas universidades, mas sem deixar de englobar as escolas. São palestras, oficinas e outras atividades que visam aproximar o movimento da realidade vivida, do cotidiano dos jovens, podendo gerar novas formas de sociabilidades e aprendizagens coletivas.

A categoria de tática também pode ser aplicada para compreender o uso da internet e mídias virtuais como mecanismo para práticas de resistência, no âmbito dos movimentos sociais, e particularmente da Rede DêBandeira. Como observamos, se as conferências, audiências públicas e os conselhos municipais e estaduais funcionam, pelo menos teoricamente, como espaços institucionais abertos à participação popular e local de expressão das demandas das pessoas LGBTQ+, esses mecanismos são desafiantes, pois além de não terem caráter deliberativo, como no caso das Audiências Públicas, em que o Poder Público fica desobrigado de acatar aos interesses manifestados pelos participantes, eles também contam com os empecilhos institucionais, pois como ressaltado nas falas dos entrevistados, existe resistência por parte dos governantes de Mossoró em fomentar esses espaços de discussão.

A rede Dêbandeira tem atuado para construir e fortalecer os espaços de participação popular na cidade de Mossoró. Pode-se afirmar que uma das principais lutas do coletivo atualmente é que o Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBTQ+, que já existe a âmbito Estadual, seja implementado nessa cidade. O projeto já foi aprovado, mas nunca saiu do papel. Disso tudo, depreende-se que os espaços da internet e das redes sociais, como fóruns de discussões, podem servir como espaços complementares às atividades e debates entre a Rede e a população mossoroense, possibilitando também a construção pragmática de propostas coletivas a serem encaminhadas institucionalmente. Em tempos de difusão da maquinaria discursivas de *fakes news*, relativismos e crimes de ódio na internet, o ambiente virtual pode ser recriado para construção de movimentos e projetos sociais alternativos, levando informação e possibilitando formação educativa, política e cultural.

Aqui, chama-se atenção para dois pontos principais, que embora distintos, se articulam. O primeiro é que, apesar das potencialidades apresentadas pelos recursos tecnológicos, constituindo um lugar próprio da construção de novas formas de reivindicação e mobilização política da sociedade civil, não se pode acreditar que a internet é um meio suficiente para se alcançar a população, uma vez que, nem todos têm o mesmo nível ou chegam a acessar a tecnologia facilmente. Segundo, porque esse tipo de comunicação nem sempre é efetiva para todos. Daí a importância dos espaços presenciais de articulação da militância, e sobretudo, de ações para fora do ambiente virtual.

O que se observou é que nesse eixo, especificamente, as ações da Rede ficam mais restritas à divulgação de materiais e alimentação das redes sociais. O Instagram do coletivo é composto por 463 publicações, entre fotos e vídeos. Durante às eleições de 2022, a Rede saiu abertamente em campanha ferrenha para o candidato, agora Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Isso não só em razão da ligação de muitos dos seus membros com o Partido

dos Trabalhadores, tendo em vista que esse coletivo se afirmar plural e independente, mas sobretudo, por causa de uma defesa maior dos Direitos Humanos dos LGBT+ no cenário político, à época, marcado por ataques do governo de oposição aos direitos, às conquistas e políticas para essa população.

Todavia, apesar do trabalho extenso nas redes sociais, vale ressaltar que o uso dos recursos tecnológicos precisa ser articulado a uma estratégia política. Nessa dinâmica, importa ultrapassar as comunidades virtuais para concentrar-se nas ações práticas e mobilizações de massas, nas ruas, com intuito de pressionar o Poder Público, conferir visibilidade às pautas e fomentar a capacidade organizativa dos movimentos sociais. Nisso, a articulação com outros grupos e setores em luta se faz imprescindível. Mais do que um diálogo, é preciso definir caminhos conjuntos para a organização.

O segundo ponto vai na mesma direção. Percebe-se que muitas ações da Rede DêBandeira se orientam por um viés institucional, o que permite que essa organização transite por espaços institucionalizados. O foco está na conquista e garantia dos direitos. Para tanto, participam de conselhos, audiências, dialogam com a Câmara de Vereadores, com órgãos do Ministério Público e com a OAB. Atuam em conjunto com as universidades e a imprensa. A tática de ação por dentro dos espaços de poder político confere credibilidade ao coletivo, além de oportunizar espaços de maior visibilidade, fomento de recursos e investimentos.

Contudo, é possível constatar nas falas dos militantes que o grande desafio está na ausência de interesse dos governantes de Mossoró em efetivar respostas concretas às demandas dos LGBT+. A inércia do Poder Público foi levantada em diversos momentos da entrevista. Justamente por tratarem de grupos que detêm o poder de decisão sobre os recursos disponíveis, se acham à vontade para dar às cartas do jogo político. Faz parte das estratégias desses grupos estabelecer as balizas capazes de cercear as ações dos grupos sociais em luta.

Isso nos leva a refletir em alternativas que ultrapassem o diálogo formal parlamentar. Mais uma vez, ressalta-se que está na capacidade organizativa dos sujeitos em luta as reais possibilidades de transformação da realidade. A institucionalização das demandas sociais não é o único, nem sequer o melhor caminho para efetivar direitos. São os movimentos sociais e suas organizações que devem pressionar o Estado, de modo a impor projetos alternativos. Acreditamos que o grande desafio, e a força, da Rede DêBandeira, e dos movimentos sociais contemporâneos, reside justamente na capacidade de mobilizar politicamente os setores da sociedade, conclamando às massas a ocuparem os espaços da política, mas também das ruas.

A capacidade de os movimentos sociais imporem seus projetos alternativos está justamente na sua capacidade organizativa, de construção junto às massas em direção a uma ação transformadora das estruturas sociais.

O alívio para os movimentos sociais de esquerda após as últimas eleições, talvez, tenha contribuído para se criar uma sensação de suficiência, “vencemos o inimigo”. Porém, o bolsonarismo, e tudo que ele se representa, não pode ser combatido e vencido somente nas urnas. Trata-se de práticas sociais que reverberam cotidianamente, desdobrando-se em ações concretas de violência e massacres. A estratégia do medo tem dado a tônica na política brasileira, o que impõe a necessidade de uma articulação nacional para mudanças reais nesse cenário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. Gênero e Políticas Públicas: autonomia política, democracia paritária e empoderamento das mulheres. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3241/9/Aula%207_Matos%20e%20Lins_CNPMs.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.
- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 01, p. 185-213, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- ALMEIDA, Valdebergue Lucio de Almeida; ALVES, Luciano Silva. A criminalização da homofobia: a inércia do poder legislativo. 2019. 12f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG, Várzea Grande – MT, 2019. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/1360/1297>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BARROS, José D’ Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, p. 322, 2011.
- BEZERRA, Waldez Cavalcante; PEREIRA, Beatriz Prado; BRAGA, Iara Falleiros. Estado e sociedade civil em Gramsci: notas para discutir a institucionalização das demandas sociais no capitalismo e a dimensão social da terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos – SP, v. 29, p. 7, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/fRDMtXTfwscxDDsbjTDZYCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Maio de 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1006>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur; MOTA, Juliana; PACHECO, Dennis; WOLF, Leona. **LGBTifobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização**. São Paulo. All Out e Instituto Matizes. 2021.
- CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/HPcYGVswbvdFjJGGpLnk6Zd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Nova direita, bolsonarismo e a urgência da luta social contra o atual movimento reacionário no Brasil. In: BUZZETO, Marcelo (Org.). **Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016-2020)**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CÉSAR, João Batista Martins. Audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. **RVMD**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 359, jul./dez., 2011.

CESÁRIO, Danielle. **Entrevista concedida a Vando Rocha da Silva**. Mossoró/RN, 15 jun. 2022.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ; Sebastião Velasco; CODAS, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

COELHO, Marcus Venicius de Brito. **Construção de identidade da população LGBT: diálogos sobre identidade, sexualidade e gênero**. 2021. Disponível em: <<https://www.lgbtpsb.org.br/2021/12/15/construcao-de-identidade-da-populacao-lgbt-dialogos-sobre-identidade-sexualidade-e-genero/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

COELHO NETO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador - ideias arriscadas sobre algumas questões de método. **História & Luta de Classes**, n. 9, p. 7-16, jun. 2010.

COPELLI, Alexandre Lauriano. Gays de direita e a nova onda conservadora: a negação de si mesmo e a contradição do conservadorismo nos costumes por parte de membros da comunidade LGBT+. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 102-123, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/33044>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, Natal/RN, v.3, n. 4, p. 131-158, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 74-89, jan./jun., 2021.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. Direito e axiologia – o valor da pessoa humana como fundamento para os direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 20, jan./jun. 2007.

FERREIRA, Juliana Maria Matos. **O modelo participativo de processo coletivo** – as ações coletivas como ações temáticas. 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte, 2009.

FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, v. 13, n. 2, p. 234-239, abr./jun., 2019. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/134446>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

FLORENTINO, Nilson. **Entrevista concedida a Vando Rocha da Silva**. Mossoró/RN, 21 nov. 2022.

FRANÇA, Rebecka de. **Transcendendo Territórios: A Geografia da Violência sobre a população LGBT do Estado do Rio Grande do Norte**. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018.

FREIRE, Lucas. **Em defesa da dignidade: moralidades e emoções nas demandas por direitos de pessoas transexuais**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 1-30, 2020.

FREITAS, Elizama de Lima; SILVA, Joicy Eleiny. Ressignificação enquanto ferramenta de autoafirmação através da perspectiva da bicha. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE. 18., 2016, Caruaru. **Anais...** Caruaru: INTERCOM, 2016. p. 1-10. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1634-1.pdf>>.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

GAMA, Maria Clara Brito. O Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 04, n. 14, p. 82-108, mai./ago., 2021. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12155>><<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12155>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GOHAN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333, ago. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; LACERDA, Milena Carlos. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos lgbti no brasil sob ascensão do bolsonarismo. In: IRINEU, B. A. et al. (Orgs.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 98-115.

JUNIOR, Nilson. **Entrevista concedida a Vando Rocha da Silva**. Mossoró/RN, 21 nov. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502 set./dez., 2018.

KMIECIK, Daiana; MELLO, Eduardo Gomes de. A atuação dos vereadores na câmara legislativa de Papanduva, sua representação no comprimento de suas funções. **ÁGORA: Revista de Divulgação Científica**, Mafra-SC, v. 16, n. 2, p. 264-272, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. p. 423.

LEITE, Vanessa. Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre os discursos acionados por atores religiosos “conservadores”, em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sex. Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n 32, p. 119-142, mai./ago., 2019.

LENARDÃO, Elsio. A relação entre "modernização" neoliberal e práticas políticas "atrasadas" no Brasil dos anos 1990. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 197-214, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/F4ZSgN94CSm8mSPn5X8jkXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LIMA, Michele Pires; SAMPAIO, Patrícia Melo. Pederastas e Meretrizes: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1972). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/JKWntC6dkPCjpRXtXfFzYzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 dez. 2022.

MANO, Maíra Kubík Taveira. **Deserto verde, imprensa marrom: o protagonismo político das mulheres nas páginas dos jornais**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <Maira Kubik Taveira Mano.pdf (pucsp.br)>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MARASCHIN, Claudio; OLIVEIRA, Scarlat D’Arc Lima de; MACEDO, Wendel Alves Sales. A estigmatização do LGBTQIAP+ no acesso à justiça e a desigualdade no reconhecimento e efetividade de seus direitos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA “DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO”. 2., 2020, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo - USP, 2020. p. 31. Disponível em: <<https://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2022/03/Livro-1-Anais-do-II-Seminario.pdf#page=25>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MARTINS, Heloisa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MARTINS, Marcelo Feijó; MARTINS, Simone; OLIVEIRA, Adriel Rodrigues de; SOARES, Jéferson Boechat. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 151-185, abr./jun., 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MEDEIROS, Marcus Vinicius. **Entrevista concedida a Vando Rocha da Silva**. Mossoró/RN, 9 abr. 2022.

MENEZES, Italo. **Entrevista concedida a Vando Rocha da Silva**. Mossoró/RN, 10 jul. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero”, no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas – SP, v. 62, p. 1-14, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, pp. 104-105, jan./jun. 2007.

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antísteses**, Londrina, v. 4, n. 8, p. 949-962, 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antisteses/article/view/7153/9668>. Acesso em: 18 mai. 2022.

MOURA, Iago Henrique Fernandes de Sousa. **“Estamos em plena construção”**: Movimento LGBT em Mossoró-RN entre ousadias e desafios. 2017. 224 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2017.

NASCIMENTO, Andrew Feitosa do. Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil Contemporâneo. **Albuquerque – Revista de História**, Aquidaunas/MS, v. 7, n. 13, p. 62-84, jan./jun., 2015.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

POSSAS, Thiago Lemos. O Estado e as lutas sociais: elementos de crítica marxista. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 4, n. 1, p. 1-27, 2019.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

RÉMOND, René. Do Político. In: **Por uma nova História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editoria FVG, 2003.

RIOS, Roger Raupp. Proteção de direitos LGBTQIA+ no Direito brasileiro: momentos e descompassos jurídicos e políticos. **Rev. Investig. Const.**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 659-680, set./dez., 2022.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SERRA JÚNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes Maria Leitão Nunes. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 205-213, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/5gsbm9b6QGtTCFfdpTLs87G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura militar**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOARES, Alexandre. Sebastião Ferrari. A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990). **Fragmentum**, Santa Maria, n. 29, p. 13-20, abr./jun., 2011.

SOBRAL, Thasio Fernandes. **O crime do Lampião da Esquina (1978-1979)**. Veredas da História, Salvador - BA, v. 12, n. 1, pp. 105-127, jul., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/47858/26058>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SOUZA, Rafael de. **Saindo do Gueto**: O movimento homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982. 2013. 138f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO I: DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Nome completo
2. Naturalidade
3. Idade
4. Escolaridade
5. Profissão
6. Vínculo Empregatício
7. Estado Civil
8. Orientação Sexual
9. Identidade de Gênero

BLOCO II: “QUEBRANDO O GELO”: CONHECENDO UM POUCO DAS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS

1. Quais os maiores desafios você enfrenta em relação à sexualidade e/ou identidade de gênero?
2. Quais experiências fizeram você sentir a necessidade de se engajar em um movimento político de luta pelos direitos LGBT+?
3. Você tem vontade ou já participa de outras organizações ou partidos políticos?
4. Se identifica com alguma corrente ideológica? (Podendo ser esquerda, direita, panafricanista)
5. Segue algum dogma religioso? Existem conflitos entre a sua religião e sua sexualidade/identidade de gênero? Como você entende essas questões?

BLOCO III: DA RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO

1. Como e quando você se aproximou da DêBandeira? E o que te trouxe até essa organização?
2. Quando você entrou para a organização, quantas pessoas participavam da mesma? Atualmente, quantas pessoas compõem as fileiras da DêBandeira?

3. Como você explica esse (crescimento ou recrudescimento)?
4. Quais as atividades que desempenha dentro da organização?
5. Com o que você mais se identifica em relação a essa organização?

BLOCO IV: BREVE HISTÓRICO DA REDE DÊBANDEIRA

1. Como surgiu a rede DêBandeira e quais os motivos/objetivos para sua fundação?
2. O que permitiu que a DêBandeira se tornasse realidade?
3. Quem foram os primeiros idealizadores?
4. Como se deu o processo burocrático de reconhecimento e consolidação da Rede?
5. Quais resistências encontraram para a consolidação desse projeto?
6. Quais os principais desafios que tiveram de enfrentar no início? Ocorreram mudanças nesse sentido?

BLOCO V: DA ORGANIZAÇÃO

1. Como se organiza internamente a administração da DêBandeira?
2. Quantos setores vocês têm hoje e quantas pessoas atuam nesses setores?
3. Quais atendimentos são disponibilizados pela DêBandeira? Vocês disponibilizam atendimento jurídico, por exemplo?
4. A DêBandeira reúne em suas fileiras pessoas de diferentes lugares sociais, profissões e pensamentos. Existem muitos conflitos internos e choques de ideias relacionados a como a luta deve ser pautada? Como encaram e solucionam os conflitos internos?

BLOCO VI: DAS AÇÕES PRÁTICAS DESENVOLVIDAS PELA DÊBANDEIRA

1. Quantas pessoas são beneficiadas/atendidas pela Rede?
2. Quais ações a DêBandeira têm efetivado em relação aos três eixos que norteiam a organização? Justiça, Direitos Humanos e Políticas Públicas; Educação e Militância em Ambientes Virtuais – MAVI.
3. Como divulgam o trabalho da Rede para a sociedade de Mossoró? Vocês produzem algum material informativo, audiovisual, ou panfletos impressos, manifestos?
4. Como a Rede tem atuado em casos de Violência Lgbtfóbica em Mossoró?
5. Como é construída e qual a dinâmica das Semanas de Combate à Lgbtfobia?

6. Na Pandemia a Rede continuou funcionando. Quais as ações foram desenvolvidas durante o período?

BLOCO VII: DAS TÁTICAS EMPREGADAS PELA DÊBANDEIRA

1. A Rede DêBandeira mantém relação com outras instituições ou grupos organizados?
2. Qual a principal luta, ou aquela mais urgente, pautada pela DêBandeira atualmente?
3. Como seria essa Construção do Conselho Municipal de Políticas Públicas e Direitos Assegurados para LGBT+ e qual a sua importância?
4. Como fazem para se inserirem nos espaços da política formal e das formulações de políticas públicas voltadas à população LGBT+ em Mossoró?
5. Existem resistências por parte do poder público e setores políticos à Rede?

BLOCO VIII: ÚLTIMAS PERCEPÇÕES

1. Quais os desafios atuais enfrentados pela Rede DêBandeira?
2. Qual a importância você atribui à essa organização?
3. Qual a importância da sua participação na Rede DêBandeira?
4. Como você acha que a sociedade em Mossoró tem recebido vocês? E a comunidade LGBT+, quais as percepções desses sujeitos podem ser observadas em relação à Rede?